UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MAX LUIZ GIMENES

**O “rosa burguês da revolução”: Antonio Candido e a “missão” do intelectual no Brasil
moderno**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo para a obtenção do título de mestre em
sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Maria Arminda do
Nascimento Arruda

São Paulo

2018

GIMENES, Max Luiz. **O “rosa burguês da revolução”**: Antonio Candido e a “missão” do intelectual no Brasil moderno. 2018. 134 f. Dissertação (mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À memória de minha vó Aninha e de minha nona Linda, que infelizmente não puderam viver para ver esta singela obra de sua obra.

Agradecimentos

Seria pretensioso acreditar na possibilidade de, nas limitadas linhas destes agradecimentos, contemplar todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que eu me encaminhasse para uma pós-graduação e, uma vez nela, desenvolvesse o tipo de trabalho que agora culmina nestas páginas.

Penso que essa impossibilidade de justiça total não deve, contudo, redimir-me do esforço de tentar chegar o mais próximo possível desse horizonte, visto que sem boa parte das pessoas que serão lembradas a seguir esta pesquisa simplesmente não existiria, ou ao menos não desta maneira.

Começando literalmente do começo, sou grato sobretudo à minha mãe Rosa Maria de Oliveira e ao meu pai Luiz Carlos Gimenes, responsáveis pelos alicerces sobre os quais todo o resto depois viria a se assentar, e à Carmem Gimenes, madrinha em sentido quase fantástico. É verdade que o edifício posto de pé às vezes treme, talvez porque não tenha sido projetado para suportar o peso desse andar a mais que foi a pós-graduação; seja como for, a confiança dos meus pais foi fundamental para que as coisas simplesmente não desmoronassem no meio do caminho.

É forçoso notar que um jovem de origem menos privilegiada não acaba na universidade pública, muito menos na pós-graduação e em humanidades, sem que tenha havido a intervenção de algo ou alguém que o tenha desviado de reproduzir seu destino social “natural”. Deixando de lado os “algos” em prol dos “alguéns”, a quem se pode agradecer (porque os “algos” em geral resta apenas lamentar), eu diria que é aqui que entra a influência decisiva daqueles professores do ensino fundamental e médio que, pelo amor com que fazem o que fazem, acabam por arrebatrar um ou outro aluno para seus objetos de interesse.

Nesse sentido, gostaria de agradecer especialmente aos ótimos professores de português que tive em quase toda a minha trajetória escolar, à Valéria, ao Fernando e à Patrícia Arimura, que contribuíram para despertar em mim a paixão pela leitura e pela escrita, indispensáveis às ciências humanas; ao José Alves de Campos, professor de física no ensino médio e amigo, por ter estado ao meu lado no importante momento em que eu dava os meus primeiros passos no terreno então completamente desconhecido da militância política; ao Pascoal Soto e ao Gilberto Maringoni, mestres em sentido não oficial além de amigos, por me terem descerrado as portas do mundo intelectual e servido sempre de referência ao mesmo tempo segura e aberta; ao corpo docente de relações internacionais do Centro Universitário Belas Artes (curso que frequentei

por breve período), pelo estímulo de seguir com os estudos, e também ao seu corpo discente, pela convivência democrática dentro do espectro da esquerda e entre as diferentes visões políticas, que legou boas amizades e um polêmico mas divertido grupo de WhatsApp.

Uma vez na Universidade de São Paulo, muitas são as experiências coletivas a que devo agradecer e que me proporcionaram além de tudo amizades fundamentais; a todas e todos que compuseram ou apoiaram a gestão Cirandeia do centro acadêmico de ciências sociais, de cuja prática política e conflitos derivou parte considerável das preocupações que moveram esta pesquisa, ao Gabs Neves Martins, de inesgotável e inspiradora energia revolucionária e posteriormente companheiro de casa, ao Doug Yoshio Miyamoto, de responsabilidade e senso de coletividade inquebrantáveis, à Fê Ortega, de rara sensibilidade, à Marina Blank, de monumental sensatez e indisfarçável determinação, ao Bruno Casalotti, pelo alto nível dos debates mais casuais, e à Jacque Moraes Teixeira, um anjo que caiu no meio de todos nós, no bom sentido da expressão; ainda no âmbito do movimento estudantil, sou grato aos colegas de coletivo Contraponto, especialmente aos muito queridos irmãos Zapata (Bu, Juju e Nan), ao Bruno Ranieri “Surfs”, à Carol Peters, ao Cesinha Buono, à Fernandinha Campos, à Lira Godoy, à Robertinha Costa, ao Vinícius Moraes e à Vivian Valente, além do já referido Doug, pelo companheirismo em sentido amplo; e também ao Carlos Menegozzo “Virtude”, nosso antepassado que me ajudou com informações sobre a historiografia do Partido dos Trabalhadores.

Aos colegas de *Primeiros Estudos*, revista de graduação em que encontrei um ambiente fraterno para o meu amadurecimento acadêmico e para o cultivo de amizades duradouras, à Barbara Soares, nossa ex-chefe e exemplo grandioso de superação, à Isabel Furlan Jorge, atualmente companheira de casa e forte candidata a constar também em agradecimentos de futuras gerações em virtude de sua dedicação à educação pública, ao Thiago Oliveira, pelo infatigável bom humor e pela revisão desde Londres da tradução para o inglês de título e resumo deste trabalho, ao Mike Anielewicz, pelo sincero e contagiante interesse de sempre por tudo e todos, ao Diogo Barbosa Maciel, atualmente também companheiro de casa além de grande parceiro intelectual e de torcida pelo Verdão, à Adriana Matos, por tudo que eu jamais me atreveria a reduzir às poucas palavras que cabem neste espaço; aos colegas de Articulação Discente para o Pensamento Brasileiro na USP, pela construção conjunta de um clima mais favorável à recuperação e discussão da tradição intelectual brasileira, seja por meio dos eventos que organizamos ou pelas oportunidades de troca em momentos diversos, ao Léo Brito, nosso irmão mais velho, ao Rafael Marino e ao Gabriel Siracusa, pessoas verdadeiramente

extraordinárias, e à Ana Beatriz de Carvalho e Silva e ao Luiz Fernando Aguiar, casal querido; aos colegas do grupo de pesquisa “Radiografia do Brasil Contemporâneo” do IPEA, pela experiência do trabalho coletivo, especialmente ao Arthur Bueno e ao Fernando Araújo, pessoas de inacreditável generosidade, e ao Jessé Souza, pela oportunidade e o aprendizado com a pesquisa; ao Núcleo de Estudos de Sociologia da Cultura da USP, do qual fui participante bissexto, em especial ao meu grande amigo Marcello Stella e aos meus colegas de orientação, ao João Ivo Guimarães, à Lays Edoardo, ao Pedro Serra e ao Rodrigo Amaral; ao Grupo Interdisciplinar de Teoria Crítica, o Grite, para o qual me convidou o quarteto fantástico da novíssima teoria crítica uspiana (as já referidas Bárbara e Adriana, mais Gaby Oliveira e Rachel Eckert), pelos estudos e debates coletivos, que transparecem nestas páginas principalmente através da presença das teóricas críticas feministas; à Rachel, também pela vida compartilhada a dois no último ano, quando não faltou carinho e compreensão, inclusive nos momentos mais difíceis, como o da finalização da escrita desta dissertação.

Agradeço também aos meus colegas de turma de mestrado, pela convivência em geral bastante agradável e estimulante e pelas leituras e comentários sobre a pesquisa durante a disciplina de Análise de Projetos I e posteriormente; aos colegas de representação discente na pós-graduação, ao Fran Tomei, à Karina Fasson e à Lilika Krohn, companheiros de uma luta muitas vezes inglória, e também àqueles que nos precederam no cargo e legaram uma herança bendita, Bruninha Nicodemos, Monise Picanço, Rogério Barbosa e o já referido Thiago; aos funcionários do Departamento de Sociologia, Leci Reis, Gustavo Mascarenhas, Evânia Guilhon e Sá, Janeide Trovão, Zé Nascimento, Érica Queiroz e Raphael Mott, além da Simonia Santos (funcionária da FFLCH), todos sempre a postos para viabilizar as melhores condições possíveis para o bom andamento do trabalho meu e também dos meus colegas; aos professores do Departamento de Sociologia, ao Leopoldo Waizbort, pelas conversas que levaram ao problema de pesquisa na iniciação científica, à Sylvia Garcia, pelo exemplo de compromisso como professora e pelo estímulo e apoio durante a matéria de Elaboração de Projetos ainda na graduação, à Maria Helena Oliva, pela cativante generosidade e pelo ambiente aconchegante que ajudou a criar para as discussões da já referida disciplina de Análise de Projetos I; ao Bernardo Ricupero, pelo curso arrebatador que ministrou durante a minha graduação, o qual acabou me desviando decisivamente para as veredas do pensamento político brasileiro, e pela participação no exame de qualificação e na banca examinadora do trabalho; ao professor Marcelo Ridenti, pelos comentários, críticas e sugestões no exame de qualificação; ao Ricardo Mariano, pela amistosa acolhida numa enriquecedora experiência de estágio em docência

durante a pós; ao Luiz Jackson, pelas aulas de sociologia brasileira, a amizade e a participação na banca examinadora do trabalho; à Márcia Lima, pela atuação conjunta na organização das atividades discentes do PPGS-USP e também pela agradável surpresa da amizade; ao exuberante professor Joaquim Alves de Aguiar, que ministrava cursos sobre Antonio Candido no curso de letras e infelizmente nos deixou antes da conclusão desta pesquisa (e em memória de quem ela também é, de certo modo, dedicada); ao professor Alexandre Hecker, pela cessão de material do jornal *Folha Socialista* útil à pesquisa e pela participação na banca examinadora do trabalho; ao colega da pós em teoria literária Daniel Arantes, pelo compartilhamento de material relativo à revista *Clima* e aos rodapés publicados por Candido na imprensa paulista; e à Maria Arminda do Nascimento Arruda, orientadora e amiga sempre disposta e interessada, por quem aliás nutro o maior respeito e admiração, pelo acompanhamento atento e generoso do trabalho e pela confiança e afeição pessoais, que fizeram da convivência destes últimos anos uma experiência privilegiada de aprendizado em sentido amplo.

Por fim, agradeço às minhas queridas irmãs Gabi Mandú Gimenes e Nanda Mandú Gimenes, pelo permanente companheirismo que não deixa faltar sentido à vida, e à minha madrastra Cláudia Mandú, competente guardiã desse tesouro de valor inestimável.

Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), cujo auxílio financeiro sob os processos de número 2014/24794-9 e 2016/09913-7 foi efetivamente indispensável para a concretização desta pesquisa.

“Se não estamos em uma igreja, não nos preocupamos com as heresias; é apenas (embora frequente) o marxismo mais rotineiro, ou o revolucionarismo mais idealista, que projeta esse tipo de formação autoritária e baseada em crenças. O único critério sério era o da teoria e da prática reais” (WILLIAMS, 2011 [1980], p. 28-29).

Resumo

GIMENES, Max Luiz. **O “rosa burguês da revolução”**: Antonio Candido e a “missão” do intelectual no Brasil moderno. 2018. 134 f. Dissertação (mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Localizado no âmbito temático dos estudos acerca do pensamento brasileiro em interface com a sociologia da cultura e dos intelectuais, o presente trabalho investiga a atuação política tanto teórica quanto prática de Antonio Candido, no período anterior à sua migração institucional da sociologia para as letras e posterior consagração como intelectual. Em especial, busca-se investigar o modo original e profícuo com que ele procurou reconciliar socialismo e democracia, bem como militância política e estudo acadêmico, num momento histórico em que esses elementos lhe apareciam como pares contraditórios e em realidade concreta diversa da que serviu de base para o desenvolvimento da matriz teórica europeia na qual sua geração fora formada. Para tanto, examinam-se textos publicados pelo autor no período e também a bibliografia a respeito das iniciativas culturais e políticas de que ele fez parte à época para fins de contextualização. Com isso, pretende-se demonstrar como o autor encontrou soluções que lançaram as bases para uma orientação possível da ação política da fração de classe social com a qual se identificava, a pequena e média burguesia de intelectuais e artistas comprometidos com valores de igualdade social. Essa plataforma, também denominada como “radicalismo das classes médias”, liga-se ao diagnóstico do autor sobre os obstáculos que o processo histórico brasileiro, de passado colonial, antepunha à modernização do país e à emancipação de seus grupos sociais dominados e visa, por meio da “missão” que atribuí ao intelectual, a favorecer a aliança política entre as classes médias e os grupos dominados como forma de realizar as transformações necessárias à construção de um Brasil mais moderno e igualitário.

Palavras-chave: Antonio Candido. Pensamento brasileiro. Intelectuais e política. Socialismo e democracia.

Abstract

GIMENES, Max Luiz. **The “bourgeois pink of revolution”**: Antonio Candido and the “mission” of intellectual in modern Brazil. 2018. 134 f. Dissertação (mestrado em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

In this work situated in the boundary between the thematic scope of the studies about the Brazilian thought and the Sociology of Culture and Intellectuals we investigate the Antonio Candido's political action, both in theoretical and practical perspectives, in the period anteceding his institutional migration from Sociology to Languages and his later consecration as an intellectual. Particularly, we seek to investigate the original and fruitful way by which the author tried to reconcile socialism and democracy, as well as political activism and academic study, in a historical moment when these elements appeared to him as contradictory pairs and in a concrete reality different from the one that served as basis for the development of the European theoretical matrix in which his generation had been formed. We examine texts published by the author in the period and also the bibliography regarding cultural and political initiatives of which he was part at the time for purposes of contextualization. We thus try to demonstrate how the author found solutions that laid the bases for a possible orientation of political action for the fraction of the social class with which he was identified, the small and middle bourgeoisie of intellectuals and artists committed with social equality. This platform, also called "radicalism of the middle classes", is linked to the author's diagnosis of the obstacles that the Brazilian historical process and its colonial past forefoot to the modernization of the country and to the emancipation of its dominated social groups. And it aims for favoring the political alliance between middle classes and dominated groups through the "mission" attributed to intellectuals as a way of making the necessary transformations for the construction of a more modern and egalitarian country in Brazil.

Keywords: Antonio Candido. Brazilian thought. Intellectuals and politics. Socialism and democracy.

Sumário

1 Introdução	12
2 A prática: contextos e disputas (1918-1958)	21
2.1 A Faculdade de Filosofia	33
2.2 De <i>Clima</i> à imprensa paulista	37
2.3 Do Grupo Radical de Ação Popular à União Democrática Socialista	46
2.4 Da Esquerda Democrática ao Partido Socialista Brasileiro	50
3 A teoria: textos e diagnósticos (1943-1954)	59
3.1 <i>Brigada ligeira</i>	63
3.2 <i>O método crítico de Sílvio Romero</i>	75
3.3 <i>Os parceiros do Rio Bonito</i>	81
3.4 Escritos vários	91
4 O radicalismo como “missão” do intelectual	108
4.1 Gênese e construção de uma plataforma	109
4.2 Uma plataforma para novas gerações	118
Referências	123
Anexo – “Encarando o futuro (I)” – Antonio Candido	132

1 Introdução

Se é verdade que “a escolha de trajetórias dos intelectuais que elegemos como temas de análise deriva de respostas oferecidas por esses autores às nossas perguntas” (ARRUDA, 20009, p. 312), por concordância ou discordância delas mas dificilmente com indiferença asséptica, com esta pesquisa não poderia ser diferente.

Pode-se dizer que a trajetória do consagrado cientista social e crítico literário Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017) oferece muitas respostas às perguntas de quem porventura se coloque como problema, por exemplo, as possibilidades de se reconciliar socialismo e democracia, ou militância política e produção de conhecimento, e isso não apenas pelo enfrentamento abstrato ou meramente teórico dessas questões, mas também em sua prática, enraizada na realidade concreta da experiência histórica brasileira.

Senão vejamos o que afirma a seu respeito o importante filósofo e historiador das ideias de esquerda no Brasil Leandro Konder:

Antonio Candido passa, então [sob a influência do amigo Paulo Emílio Salles Gomes], a se mover entre dois fogos, sob a pressão tanto de uma ideologia liberal “moderada”, eventualmente social-democrática, como de uma ideologia comprometida com a manipulação criada pelo sistema do comunismo leninista. O stalinismo falava grosso: a cúpula dos partidos comunistas se permitia fazer todos os acordos e conchavos que lhe parecessem convenientes, mas se apresentava como detentora do monopólio do genuíno espírito revolucionário e caracterizava como “reformistas” ou “vacilantes” aqueles que não se compunham com sua liderança. Por outro lado, os liberais e os reformistas aproveitavam o endurecimento da linguagem dos comunistas, o “doutrinarismo” deles, para sabotar os esforços daqueles que buscavam uma “terceira via”, um caminho revolucionário independente. Diziam-lhes, com pragmático descaramento: “se vocês não ficarem conosco, estarão levando água para o moinho dos fanáticos, dos agentes de Moscou. Se não nos apoiarem, estarão agindo como teleguiados do Kremlin; estarão sendo usados por Stálin como inocentes úteis”.

Como alguém poderia caminhar sem vacilações por uma estrada tão nova, por uma trilha tão despovoada? Como poderia avançar com firmeza se sentindo posto sob tanta suspeita?

Antonio Candido conseguiu preservar sua inteireza, sua lucidez e – o que era especialmente difícil – sua posição democrática e socialista (KONDER, 1991, p. 81-82).

Ou ainda:

Na medida em que se sentia eticamente obrigado a fazer política porém ao mesmo tempo permanecia fiel à sua vocação de crítico literário (“não tenho vocação política”), Antonio Candido foi capaz de mergulhar na ação sem ser levado pelo rio da militância. Foi capaz de participar da luta sem ceder à pressão dos esquematismos maniqueístas e sem abrir mão da sua preocupação pessoal com os matizes e a complexidade. E essas características fazem dele,

realmente, um caso muito raro, não só na vida cultural brasileira, mas na história da cultura do século XX, em geral (*ibidem*, p. 85).

A discussão proposta por este trabalho pretende sugerir a hipótese de que essas diferentes características da atuação política de Candido, a reconciliação entre socialismo e democracia e entre militância política e produção de conhecimento, foram possíveis em grande medida pela posição privilegiada do autor como intelectual acadêmico profissional e, sobretudo, pela reflexividade por meio da qual procurou ocupá-la e desempenhar o papel que lhe correspondia. Ou seja, ao refletir sobre a própria posição e tomar consciência das possibilidades e limites que ela, enquanto tal, oferecia para uma prática política orientada para a emancipação, compromisso que derivava de suas convicções socialistas anteriores ao ingresso na vida acadêmica, pensa-se que o autor pôde avançar mais do que os pares em termos da consistência e durabilidade de seus achados, nesse sentido da já referida reflexividade. Pode-se dizer, se quisermos assim, que ele atingiu um “máximo de consciência possível” para a fração radical da classe média de intelectuais e artistas que, por trajetória familiar tradicional descendente, ele viria a compor.

É com esse objeto de estudos e essas preocupações de fundo, a saber, a atuação política tanto teórica quanto prática de Candido e sua maneira original de reconciliar coisas por vezes tidas como irreconciliáveis, que esta pesquisa se insere na interface entre as áreas temáticas mais amplas dos estudos sobre o pensamento político-social brasileiro e da sociologia da cultura, esta na vertente da “história da vida intelectual” (ARRUDA, 2001, p. 100). É importante diferenciar essa vertente, em que as formas precedem o processo social na análise, de uma outra tendência inaugurada no Brasil por Sérgio Miceli no final dos anos 1970 e que floresceu na passagem dos anos 1980 para 1990 até se tornar hoje muito corrente, a qual poderíamos chamar de uma “sociologia da vida intelectual” ou de “autorreflexão da sociologia”, de inspiração sobretudo bourdieusiana e foco nas condições de produção das obras no interior de determinado momento do processo social (*ibidem*, p. 101).¹ Tal diferenciação não

¹ Sobre o debate internacional acerca de uma “sociologia dos intelectuais”, ver Kurzman e Owens (2002). Eles situam bem a emergência do campo de estudos no começo do século XX com o caso Dreyfus e as vertentes de abordagem que se desenvolveram desde então, que segundo eles seriam três, “relatively class-less” (Mannheim), “primarily class-bond” (Gramsci) e “potentially class-in-them-selves” (Bourdieu), mas deixam a desejar, a meu ver, ao construir uma argumentação que sugere uma linha cronológica evolutiva entre essas vertentes e ao não problematizar o fato de que, na prática, o fenômeno da vida intelectual é composto da inter-relação dinâmica entre esses três fatores e níveis de explicação, como a saudável aspiração de universalidade, os incontornáveis interesses e disposições de classe e as possibilidades e limites objetivos do pertencimento a um campo específico de atuação, como no caso o acadêmico ou científico. Assim, mais do que escolher entre uma dessas vertentes e focos de análise, pensa-se aqui que o ideal seja buscar uma combinação deles ajustada às necessidades do fenômeno que se busca explicar.

deve, contudo, sugerir um antagonismo entre ambas as abordagens, que são igualmente legítimas e até complementares, na medida em que privilegiam dimensões diferentes da explicação do fenômeno de construção das ideias. Trata-se aqui, tão-somente, de adequar desde logo as expectativas do eventual leitor.

A interface entre essa vertente da sociologia da cultura, de “história da vida intelectual”, e a área de estudos do pensamento político-social brasileiro, para além da convergência metodológica que será discutida mais adiante, dá-se uma vez que este trabalho se ocupa da discussão da atuação de Candido no período em que ele teve de se haver com as contradições ensejadas por sua profissionalização acadêmica na universidade e seu concomitante ingresso na militância política em organizações de esquerda, nos primeiros anos da década de 1940. Ou seja, durante a “importante fase intermédia de transição (1930-1940)” entre os dois modos de produção de conhecimento sobre a sociedade na história da vida intelectual brasileira, o não especializado, da segunda metade do século XIX até 1930, e o especializado, após 1940 (CANDIDO, 2006 [1959], p. 271). Como se sabe, a matéria-prima dos estudos sobre o pensamento político-social brasileiro são as interpretações do Brasil, reflexões geralmente empreendidas por autores da tradição intelectual brasileira anteriores, paralelos ou pioneiros em relação à especialização acadêmica ocorrida nesse período, entre as décadas de 1930 e 1940. Trata-se dos nossos “clássicos”, que justamente pelo caráter ainda não fragmentário de suas reflexões acabam não pertencendo a nenhuma disciplina específica do moderno regime de produção do conhecimento. Ao contrário, podem dizer respeito e ser mobilizados por várias delas, a depender do interesse do pesquisador.

Isso porque não há propriamente rupturas entre a tradição intelectual anterior e posterior à especialização acadêmica (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 478; BRANDÃO, 2010, p. 368), sendo a primeira elemento constitutivo da segunda, na medida em que permitiu a ela consolidar-se, pelo acúmulo legado de reflexões sobre momentos diferentes do mesmo processo social, tradições das quais os primeiros intelectuais brasileiros não dispunham. Assim, a não ser que se admitam teses aparentadas às de “fim da história”, todo processo social continua aberto, sendo portanto de interesse das disciplinas especializadas como a sociologia ou a teoria política o conhecimento dos trabalhos anteriores que tomaram por objeto esse mesmo processo social, como apoio a fim de que possam conhecer melhor a gênese do presente e as possibilidades objetivas de andamento futuro da história nacional. Nesse sentido, a área “constitui um espaço social de comunicação entre presente, passado e futuro que pode nos ajudar a compreender

melhor o processo social que o nosso presente ainda oculta” (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 494; cf. SCHWARCZ; BOTELHO, 2009, p. 15).

Vale assinalar ainda que a interface pretendida no presente trabalho não é apenas de áreas temáticas no interior da sociologia, mas também disciplinar, posto que ele tenciona recuperar achados do autor estudado com validade atual no âmbito da teoria e prática políticas, e não dos temas, problemas, metodologias e teorias sociológicas. Com isso, pretende-se também superar o que para muitos é um falso problema: a visão disjuntiva “nem inevitável nem tampouco desejável” no estudo dos clássicos em geral, e aplicável ao estudo dos clássicos do pensamento brasileiro em particular, entre as abordagens “contextualista”, que propõe a recuperação da intencionalidade do autor e do contexto original de elaboração e recepção dos trabalhos, e “analítica”, que afirma a validade da retomada dos textos em função de questões postas pelo presente. Busca-se, em vez disso, um entendimento contemporâneo desses autores justamente na tensão entre sua intencionalidade e os significados heurísticos daquilo que realizaram para a compreensão e intervenção na sociedade atual (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 492).

Pensando na interface mais geral entre pensamento político-social e sociologia, Bottomore e Nisbet (1980, pp. 8-9) diferenciam esta como sendo uma “ciência nova”, cujo surgimento remonta ao século XVIII no contexto do desenvolvimento do pensamento sobre a sociedade; já este, o pensamento político-social, teria história “equivalente à história da própria humanidade”. Uma das diferenças entre essas modalidades de produção de conhecimento, segundo os autores, é quanto à precisão do objeto de estudos, a sociologia distinguindo a sociedade do Estado e da política, especialização que no mais, convém complementar, mostra-se paralela ao processo moderno de crescente complexificação da própria vida social e autonomização de suas esferas, as quais passam a ser então objetos de disciplinas cada vez mais específicas. Isso nos permite compreender quanto ao caso do Brasil o porquê de, a despeito de aparecer de modo variado nos estudos da área (“pensamento brasileiro”, “pensamento social brasileiro”, “pensamento político brasileiro” etc.), o termo mais adequado pareça ser, como sugere Brandão (2007, p. 25) seguindo Wanderley Guilherme dos Santos, “pensamento político-social brasileiro”.

Seguindo a convergência de procedimentos metodológicos das áreas de interface da pesquisa, então o movimento analítico aqui empreendido é aquele que parte das formas em

direção ao processo social,² o que no caso deste trabalho de história social das ideias políticas de um autor significa uma hermenêutica dos textos selecionados para exame e sua consequente e necessária referência ao contexto de produção. A divisão entre contexto e texto, como proposta pela estruturação dos capítulos, não deve, contudo, reificar uma dualidade que, na prática do processo social, opera de modo dinâmico, considerando que um texto é, ao mesmo tempo, produto e produtor de contextos, assim como um contexto é produto e produtor de textos, contradição esta que movimenta a história humana e é, ao fim e ao cabo, a própria razão de ser do estudo das ideias, quando encaradas dessa perspectiva mais ampla.

O foco aqui proposto recai, então, sobre a mediação na forma entre o que de um processo social é cristalizado nela (atenção para os condicionantes da trajetória que tendem a reproduzir as estruturas da sociedade) e o que nela é proposto de novo para a ação humana futura (as normatividades que “apostam” em transformação social orientada por determinados valores, por exemplo, para usar termo caro a Goldmann). Nisso, aliás, não se faz mais também do que seguir o processo de análise proposto pelo sociólogo franco-romeno, de acordo com o qual o “movimento contínuo da compreensão de um fenômeno para a sua explicação” é redutível a dois níveis, representados pelo par compreensão-explicação (cf. GOLDMANN, 1967b). O primeiro nível, a compreensão, é o de interpretação das relações entre os elementos internos ao objeto estudado (um *em que* consiste e *como* funciona); o segundo nível, a explicação, é exterior e consiste na inserção dessa estrutura particular em um todo maior enquanto parte dele (um *por quê* é assim e não de outra maneira e *para quê* serve sendo assim). A premissa metodológica que subjaz a esse movimento é a do caráter funcional da parte na totalidade, e todo movimento de compreensão de uma estrutura mais ampla permite a explicação do significado e do sentido dos elementos que a compõem como partes. Movimento que é, contudo, heurístico, uma vez

² Trata-se da célebre fórmula de forma e processo social de Lukács. Não à toa, Lynch (2016, p. 109) classifica a vertente dos estudos do pensamento político-social que inspira este trabalho como “lukacsiana”, em oposição à “mannheimiana” e à “gramsciana”: “Os lukacsianos têm o seu quartel-general na USP, instituição na qual há muito o estudo do pensamento brasileiro sofre a influência da abordagem socioliterária inaugurada por Antonio Candido e da visão de mundo marxista que dominou duradouramente o conjunto da FFLCH. Assim, é visível nos escritos de Gildo Marçal Brandão, antigo militante comunista e intelectual público do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), o marxismo hegeliano de György Lukács em *História e consciência de classe*; este foi desenvolvido por Lucien Goldmann para o estudo das ciências sociais e aclimatado em São Paulo por seu discípulo, Michael Löwy. O resultado transparece nos escritos que compuseram o livro *Linhagens do pensamento político brasileiro* (2010)”. A referência à influência de Candido também é índice de suas convergências com Lukács e seu pioneirismo no Brasil em termos de “marxismo ocidental”, como se discutirá adiante. Além disso, a passagem evidencia as convergências teórico-metodológicas das áreas de inserção deste trabalho, como a relação entre o estudo das linhagens de pensamento político no Brasil por Brandão (2007) e a influência sobre ele do programa de pesquisa sugerido por Goldmann (1967b, p. 24) para a sociologia da cultura, a saber, a elaboração das tipologias de visões de mundo relativas aos grupos sociais em relação na sociedade. Löwy procurou fazê-lo com a visão de mundo romântica (LÖWY; NAÏR, 2015 [1992]), com impacto sobre a sociologia da cultura feita no Brasil por exemplo por Ridenti (2010; 2014) etc.

que se pensa “ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer as partes” (*ibidem*, p. 6). É nesse sentido que se pretende desempenhar então as “tarefas” atribuídas por Goldmann ao sociólogo da cultura interessado em entender as formas, ou seja, tentar encontrar um eixo que dê unidade a uma obra e procurar referi-la à estrutura social mais ampla do tempo, como suas disputas institucionais na academia e na política partidária, por exemplo.

Assim, também não se faz mais do que seguir o conselho de Brandão (2007, pp. 43-44), de acordo com o qual o “mais seguro é ir das ideias e das formas ao social – na verdade, tomar as formas como cristalizações do social, decantações da experiência – sob pena de introduzir na análise pressupostos deterministas e cancelar a priori a riqueza das mediações”. Apesar disso, vale destacar que o movimento da investigação e da exposição neste trabalho não coincidem, uma vez que se pensa ser mais eficiente, em termos da apresentação de uma explicação, partir do mais geral ao particular, como aliás fazia Candido em suas notas de rodapé na *Folha da Manhã*: primeiro situar para depois discutir uma obra e poder relacioná-la aos elementos externos já apresentados ao eventual leitor anteriormente.

Por fim, antes de passarmos à apresentação dos próximos capítulos (quatro ao todo, sendo esta introdução, por razões formais, o primeiro), são necessários alguns esclarecimentos derradeiros: em primeiro lugar, apesar de poder ser alinhado à vertente “lukacsiana” dos estudos sobre o pensamento político-social brasileiro conforme terminologia de Lynch já mencionada, o presente trabalho não tem caráter comparativo, intra ou inter linhagens de pensamento, por exemplo, embora lhes reconheça o valor e, em última instância, tenha a pretensão de colaborar com o acúmulo nessa linha de reflexão. Afinal, o estudo nessa chave, como discutiremos adiante, permite formular ou discriminar

na evolução política e ideológica brasileira a existência de “estilos” determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsomem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual (BRANDÃO, 2007, p. 29).

A passagem acima demarca a já referida continuidade entre os períodos anterior e posterior à institucionalização acadêmica e também a importância não apenas cognitiva das interpretações do Brasil para o momento de que falam, mas também como “forças sociais” que cumulativamente dão inteligibilidade às disputas de poder travadas na sociedade brasileira, o que defende a área de estudos contra ideias como, por exemplo, a de “conhecimento antiquário” (SCHWARCZ; BOTELHO, 2009, p. 13). Nesse sentido, a ideia de linhagem, admitida de

maneira livre como ideologia, visão de mundo ou estrutura de sentimentos, engloba a um só tempo campo ideológico (e respectivas expressões partidárias) e campo teórico, para os quais se defende ter o autor em exame contribuído de maneira decisiva, a partir de sua nova forma de pensar a intervenção dos intelectuais, com desdobramentos importantes então para o campo ideológico da esquerda, pela ideia de socialismo democrático, e para o chamado campo teórico crítico, por sua produção matizada mas nem por isso pretensamente neutra de conhecimento.

Para demonstrá-lo, em vez do estudo comparativo, fez-se simplesmente um “estudo de autor”, entendida essa vertente como de monografias dedicadas a um único intérprete do Brasil (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 485). E tal estudo se fez buscando contribuir com a área não pela originalidade dos materiais empíricos utilizados,³ mas pela tentativa de suprir uma lacuna entre as dimensões geralmente abordadas da atuação do autor. Pensa-se que a política seja uma dimensão menos explorada de sua atuação, ainda que frequentemente referida, principalmente em depoimentos.⁴ Se tomarmos, por exemplo, os dois livros de divulgação da área recém-publicados (cf. JACKSON, 2009; AGUIAR, 2014), ganham relevo nos capítulos dedicados a Candido a sociologia e/ou a crítica literária, restando secundarizada a questão política.⁵

No segundo capítulo, dedicado aos contextos, será discutida a atuação de Candido em instituições e coletivos diversos, com interesse específico no ativismo político. O período abarca desde seu ingresso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), no fim da década de 1930, até seu afastamento da militância partidária, na primeira metade da década de 1950.⁶ Entre um momento e outro, Candido formou o grupo de amigos que editaria a revista *Clima*, organizou o pequeno Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), fundou a União Democrática Socialista (UDS) e somou-se com esta à Esquerda

³ Infelizmente, houve contato muito tardiamente com parte dos textos publicados pelo autor na imprensa tanto empresarial como partidária entre as décadas de 1940 e 1950, portanto sem tempo hábil nem planejamento prévio para um tratamento sistemático desse material, o que se pretende fazer num futuro próximo; de todo modo, resolveu-se publicar como anexo a este trabalho uma coluna escrita para o jornal *Folha Socialista*, que chama a atenção por sua relevância para o argumento do trabalho e por não se encontrar disponível ao leitor interessado nem na coletânea de Dantas (2002a), nem em nenhum outro trabalho que seja de meu conhecimento.

⁴ Ver, nesse sentido, os livros de homenagem: LAFER, 1979; D'INCAO; SCARABÓTOLO, 1992; AGUIAR, 1999.

⁵ Houve contato tardiamente também com dois trabalhos acadêmicos que de modo mais amplo (história do Partido Socialista Brasileiro) ou específico (formação de Antonio Candido) se relacionam com a questão desta pesquisa, os quais faço questão de mencionar aqui a título de registro, para uma eventual retomada posterior: respectivamente, RENZI, 1994; ANTUNES, 2017.

⁶ Como não se trata de um afastamento formal, é difícil fixar uma data precisa, que varia de 1950 (nota biográfica da primeira edição de *Os parceiros do Rio Bonito*) até 1951 (HECKER, oralmente), 1952 (DANTAS, 2002, p. 330) e 1954 (PONTES, 1998, p. 206). Adotei este último ano como referência para o recorte, a fim de incluir na discussão dos textos a tese de doutorado do autor, defendida justamente nesse ano, e também porque há texto publicado pelo autor na *Folha Socialista*, jornal do PSB, com data de 1953 (ver CANDIDO, 2002k). O próprio Candido chega a escrever a informação em prefácio ao livro sobre o PSB de Gustin e Vieira (1995, p. 11). De qualquer modo, a controvérsia evidencia o caráter progressivo e não propriamente de ruptura do afastamento.

Democrática (ED), rebatizada posteriormente como Partido Socialista Brasileiro (PSB). Tratam-se todos de movimentos de vanguarda, na crítica cultural como na intervenção ideológica e partidária, em geral envolvendo membros não só do mesmo grupo social como também do mesmo círculo afetivo. Nesse sentido, tiveram seu ponto de apoio na posição de intelectuais acadêmicos dos membros do grupo de amigos de *Clima*, de onde puderam travar uma disputa sem trégua pela modernização da cultura brasileira inclusive no terreno das ideologias políticas. Para tanto, disputaram espaço com a velha direita e a que então se apresentava como nova, bem como com a esquerda comunista e trabalhista, às quais Candido e seus colegas opunham o desafio moderno da democracia. Nessa disputa, contaram com a aproximação de outros grupos para a formação do PSB, o que também não ocorreu sem contradições internas, como se discutirá adiante. Afinal, pensa-se que tais disputas, se não determinam, certamente influem sobre decisões e eventuais sucessos ou fracassos de planos e tomadas de posição.

No terceiro capítulo, dedicado aos textos, será discutida uma seleção da bibliografia de Candido escrita ou publicada entre 1943, quando da redação e primeira publicação na imprensa dos artigos que viriam a compor seu livro inicial, *Brigada ligeira*, de 1945, até 1954, momento em que Candido ao mesmo tempo defende sua tese de doutoramento em sociologia, *Os parceiros do Rio Bonito*, e se afasta definitivamente da militância no PSB, ainda que sem abandoná-lo formalmente. Pensa-se que esse duplo acontecimento encerra, de certa forma, um ciclo, na medida em que o autor prepara a migração institucional para a área de letras que empreenderá a partir de 1958, onde precisará de algum modo se concentrar em disputar legitimidade ante outras abordagens que recusavam sua orientação sociológica anterior, e também se afasta da militância partidária e das teorizações da prática política dos coletivos a que esteve anteriormente vinculado. Tal afastamento parece se agravar com a polarização da década de 1960 e o golpe de 1964.

No quarto e último capítulo, espécie de síntese entre contextos e textos e uma forma de conclusão, busca-se relacionar os problemas postos pela realidade da época e as soluções dadas por Candido em seus trabalhos. E isso em função da questão colocada pela pesquisa, sobre a possível “missão” dos intelectuais brasileiros comprometidos com a igualdade social, e como ela atravessa essa fase da trajetória do autor e se liga a reflexões posteriores suas de caráter mais político, como *Teresina etc.*, de 1980; a segunda parte de *Vários escritos*, livro publicado originalmente em 1970, mas com a parte política acrescentada apenas posteriormente, a partir da terceira edição da obra, de 1995; a entrevista em que ele cunha o termo “radicalismo”, de

1974; e o “PS” de 1986 a seu célebre prefácio a *Raízes do Brasil*, de 1967. Com isso, espera-se ao final oferecer um esboço de sistematização da plataforma do “radicalismo das classes média” construída pelo autor e uma interpretação do seu sentido e atualidade tendo em vista a própria interpretação do Brasil proposta por ele.

2 A prática: contextos e disputas (1918-1958)

Nascido no Rio de Janeiro em 1918 numa família tradicional em processo de declínio, de fazendeiros mineiros por parte de pai e proveniente de um ramo das camadas superiores da burocracia do Estado por parte de mãe, Antonio Candido de Mello e Souza passou a infância no sul de Minas Gerais, em Santa Rita de Cássia, para onde a família se mudara quando tinha apenas oito meses de idade.

Em fins de 1928, a família embarcou no navio *Alcântara* para a França, onde o pai médico, contratado pelo governo mineiro para dirigir os serviços termais de Poços de Caldas, buscava especialização. Lá, Candido aprendeu sobre língua e cultura francesa e história europeia com a muito católica, monarquista e conservadora *mademoiselle* Marie Rohlf de Sussex, espécie de “preceptora”, que também o levava, junto com os dois irmãos mais novos, para visitar museus, onde lhes explicava as obras. Apesar da pouca idade, contava dez anos quando da partida, e do pouco tempo de estadia, um ano, a experiência o marcou profundamente: “Talvez essa viagem tenha sido a coisa mais importante da minha vida intelectual” (CANDIDO, 2002f, p. 151).

De volta ao Brasil em fins de 1929, a família se instalou em Poços de Caldas, numa casa em que pai e mãe tinham para si uma biblioteca, revelando traço para o qual o próprio Candido chama a atenção: a mãe fazia parte de uma família de tradição de mulheres cultas. A dele, que era culta, era também muito religiosa e conservadora, o que ele admite ter sido também até os treze ou catorze anos. Data desse período, 1931, a convivência com Teresina Carini Rocchi, contato que se manteria até a morte desta, em 1954.

Teresina era uma imigrante italiana de tendências esquerdistas e postura antifascista, que viera ao Brasil em 1890 com o marido músico de orquestra em turnê de uma companhia de ópera, da qual fazia parte também Arturo Toscanini, e por aqui acabou ficando, em função de crise na Itália e ofertas locais. Viveram primeiramente em São Paulo e depois em Poços de Caldas, para onde Teresina foi em 1910 a convite do prefeito, que era amigo dela e do marido, de quem ela se separou na ocasião. A caracterização de sua intervenção pública já é, de certo modo, algo que se inscreve no que discutiremos mais adiante como o radicalismo das classes médias de intelectuais e artistas, nas suas ambiguidades e função histórica: “Era figura obrigatória nas reuniões operárias, nas sessões culturais populares, nos movimentos reivindicatórios e de solidariedade, mas também nas conferências, cursos e concertos da burguesia” (CANDIDO, 2007a, p. 22).

É interessante observar como Candido, já maduro, percebe a formação de uma “cultura paralela” nesse momento, de intercâmbio entre imigrantes europeus intelectualizados e operários. Ele reconhece a raiz “anarquista” (e liberal) da crença no poder transformador do saber e da arte e censura a atitude conteudista falsamente humanizadora e revolucionária (não completamente superada na esquerda), às quais ele se opunha, a despeito de atribuir a intelectuais e artistas, e portanto ao saber e à arte, uma função na luta emancipatória:

Tudo isso contribuiu para uma espécie de cultura até certo ponto à margem da cultura dominante. Na convivência socialista e anarquista ela se manifestava em piqueniques, concertos, conferências, cantos, recitais de poesia, colaboração em pequenos jornais, troca de livros. Era o tempo em que o socialismo e sobretudo o anarquismo pressupunham uma crença muito forte na capacidade revolucionária (transformadora e humanizadora) do saber e da arte. Quanto à literatura, isso ocorria no sentido do que se poderia chamar uma cultura dos conteúdos, inteiramente voltada para mensagem explícita das obras, sem preocupação específica pelo caráter avançado ou não da forma, que inclusive poderia ser a mais acadêmica (*ibidem*, p. 53).

O final do século XIX em São Paulo foi do desenvolvimento de movimentos radicais, como por exemplo a fundação no começo da década de 1890 do primeiro partido socialista de que se tem notícia no Brasil, no Rio de Janeiro, mas com representação em outros estados como São Paulo,⁷ e também em 1900 da Liga Democrática Italiana, “constituída por republicanos, socialistas e anarquistas para estimular o movimento operário em contraposição às organizações conservadoras da colônia”, e da qual nasceu o jornal *Avanti!*, de título igual ao do jornal do Partido Socialista Italiano (PSI), que circulava na Itália desde 1896 (*ibidem*, p. 56). Entre redatores e diretores, estavam Alcibiade Bertolotti e Alceste de Ambris, amigos de Teresina. Com sede na Liga e participação do grupo reunido em torno do jornal, é fundado o Centro Socialista Internacional, nome organizatório do PSB de 1902, o segundo de que se tem notícia.⁸

Em Poços de Caldas, Teresina se afastaria dessa militância, que a aproximara dos nomes citados e também de outros importantes como Edgard Leuenroth, Antonio Piccarolo⁹ e Edmondo Rossoni. Mas manteria os livros e as convicções, que influenciariam politicamente Candido, para o qual também abriu o mundo da cultura italiana em geral. Essa influência é da maior importância quando observamos que dela Candido absorveu a ideia de socialismo teoricamente amplo e como “concepção integral”, que não se manifesta apenas em pensamento e ação propriamente políticos, mas implica uma ética e um sentimento capazes de se manifestar no cotidiano. Vejamos:

⁷ Sobre o assunto, ver HECKER, 1988, p. 51; CARONE, 1976b, p. 432; CARONE, 1985, p. 312.

⁸ Sobre o assunto, ver CARONE, 1976b, p. 432; CANDIDO, 2007a, p. 56.

⁹ Sobre este, ver HECKER, 1989.

Não foi grande militante e não marcou o seu tempo, nem mesmo na escala modesta dos companheiros de luta em São Paulo, nos primeiros anos do século. Mas foi excepcional pela maneira por que vivia em cada instante as suas ideias, sentindo e praticando em relação ao próximo a fraternidade igualitária que elas pressupõem, e que permite fazer da vida uma tentativa de superar o egoísmo, o preconceito, o gosto da dominação, o apego aos bens materiais, a reverência pelos apoios grotescos da vaidade.

Teresina ilustrava de maneira admirável o que é “ser socialista”, - aparentemente um paradoxo, porque em geral focalizamos no socialismo o pensar e o agir, enquadrados em organizações ou produzindo atos e obras especificamente políticos. Isto faz esquecer que devem existir também os sentimentos e a ética de um socialista. Ela passou a maior parte da vida fora da ação partidária, vivendo os últimos quarenta anos quase isolada politicamente numa cidade pequena. Talvez esta circunstância haja estimulado a densa precipitação de um “modo de ser”, segundo o qual a revolução se torna concepção integral, iluminando e condicionando o pormenor dos atos e a tonalidade da vida. À sua maneira, foi portanto uma revolucionária, embora a mais complexa que se possa imaginar, englobando fraternalmente as ideologias do contra de Rousseau a Lênin. A sua grande força foi a coerência com que abrigou todas essas camadas sem fazer confusão, absorvendo dois séculos de pensamento libertador e outras modalidades que reinterpretava conforme este (*ibidem*, p. 33-34).

Outra mulher importante na educação de Candido foi Maria Ovídia Junqueira, sua professora a partir de 1930. Nesse ano, ela lhe deu aulas de todas as matérias no chamado “curso de admissão”, facultativo e equivalente então ao quinto ano primário, precedendo o ginásio. Durante os quatro anos seguintes de ginásio, ela continuaria lhe dando aulas, mas apenas como professora de língua inglesa. Além da introdução à cultura do mundo anglo-saxônico, Candido (2002f, p. 152) credita a ela o hábito de ler a Bíblia, ela que era protestante de formação estadunidense. Tanto ela como Teresina eram amigas da mãe de Candido, e as três, junto a *mademoiselle* Sussex, cumpriram papel formativo decisivo para ele.¹⁰

Como já foi dito, até o começo da década de 1930 Candido se considerava conservador como a mãe e a educação que tivera na França, passando a um influxo à esquerda após o contato com Teresina. Em 1934, outro acontecimento o empurrou nesse sentido: a entrada para a Academia Ginásiana de Letras do Ginásio Municipal de Poços de Caldas, fundada por José Bonifácio de Andrada, de quem se tornaria amigo, assim como do irmão dele, Antônio Carlos, ambos de esquerda. É quando escreve seu primeiro artigo, para o jornal da academia, *Ariel*, que tem como tema a cultura alemã, que o marcara na visita a Berlim no verão de 1929, quando da estadia na Europa. As leituras que faz nesse momento são *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, e *A história do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, além de volumes da coleção

¹⁰ Fugiria ao escopo deste trabalho, mas nem por isso é algo menos digno de nota, que deve haver relação entre as maneiras e disposições por assim dizer sensíveis e não impositivas de um homem como Candido e a educação recebida predominantemente por mulheres de personalidade forte.

Brasiliense, da Companhia Editora Nacional, que seu pai começara a indicar a ele e aos irmãos a partir de 1932, após uma visita a São Paulo, entre os quais Saint-Hilaire, Pandiá Calógeras, Oliveira Vianna e Sílvio Romero, livros que eles continuariam a adquirir na livraria Vida Social (que, por atender também turistas em estadia em Poços de Caldas, oferecia livros importados etc.). Ou seja, fundamentalmente a base da mistura que depois se desenvolveria entre interesse pela realidade brasileira e socialismo não ortodoxo, pelo qual passa decisivamente a se interessar por volta dos dezesseis anos.

Já no fim da adolescência, em 1936, mudou-se para São Paulo para ingressar no ensino superior. Primeiramente em medicina, a fim de seguir a carreira do pai, mas reprovou no exame para o curso preparatório da 2ª seção do Colégio Universitário, que o prepararia para o processo seletivo da Faculdade de Medicina e acabou fazendo curso pré-médico particular por um ano. Nesse ano, deixou de lado o interesse pela política para conhecer a cidade (“um deslumbramento”), cuja vida cultural agitava-se com o Departamento de Cultura sob Mário de Andrade, que criara o coral de música brasileira, o quarteto de cordas, as bibliotecas ambulantes para levar a cultura erudita às camadas populares e a discoteca pública, que ele afirma ter frequentado uma vez por semana no ano seguinte. Ele pôde viver então o seu “prolongamento da adolescência burguesa”, se quisermos assim, o que nesse caso significava viver plenamente a experiência da cidade e o que ela poderia proporcionar em termos de formação do espírito

Em 1937, Candido teve o “gesto de independência” de se inscrever no curso preparatório da 1ª seção do Colégio Universitário na Faculdade de Direito, que fez por dois anos, para prestar vestibular na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, porque imaginava que a sociologia ou a filosofia poderiam lhe dar instrumentos para conhecer melhor o socialismo. Por exigência do pai, acabou entrando em 1939 não apenas em ciências sociais mas também em direito, que lhe asseguraria uma profissão menos incerta. A vontade do pai ligava-se provavelmente a estratégias de ascensão ou manutenção da posição social familiar, uma vez que era na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) que então se formavam as elites políticas no estado. Foi, porém, uma série de disposições incorporadas pelo jovem em sua socialização primária e secundária que o levaram para outro caminho: os pais eram de fração de classe intelectualizada a ponto de terem cada um uma biblioteca, como já foi dito, com títulos sobre o Brasil e a Revolução Russa, por exemplo, além dos clássicos da literatura brasileira e universal e a Bíblia, que sua mãe muito religiosa o incentivava a ler, além da já mencionada professora Maria Ovídia.

A década de 1930, período decisivo da formação de Candido, foi marcada no âmbito da cultura brasileira pelo que poderíamos chamar, dependendo da abordagem que se prefira, de conflito ou de concorrência ideológica acirrada, ocasião em que o país reproduziu internamente a marcada oposição política e intelectual internacional entre as diversas formas de fascismo, liberalismo e socialismo. A forte polarização entre os diferentes corpus doutrinários contribuiu para o obscurecimento das diferenças internas próprias a cada um deles, favorecendo posições hegemônicas e já consolidadas (ortodoxias) em detrimento de posições emergentes e criativas (heterodoxias).

Apresentar esse contexto de polarização tem como objetivo chamar a atenção para a necessária tomada de posição frente a qual o intelectual brasileiro de então se via, com repercussões evidentemente para além da própria década de 1930, com a reconfiguração do conflito ou concorrência ideológica no cenário posterior de Guerra Fria. Com o conflito reconfigurado, veremos operar uma espécie de “diabolização” do marxismo, cuja expressão política ortodoxa (comunismo) fora, por curto período de tempo, aliada do mundo ocidental liberal na luta contra o nazi-fascismo.

No Brasil, esse curto período de tempo foi bastante significativo para a expressão partidária do marxismo-leninismo consolidada aqui desde 1922 com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse momento de relativa trégua que sucedeu a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial e precedeu a nova polarização da Guerra Fria, entre 1945 e 1947, o PCB pôde voltar à legalidade, em maio de 1945, paralelamente ao início dos grandes comícios de Luís Carlos Prestes, no estádio São Januário no Rio de Janeiro em 23 de maio, no Pacaembu em São Paulo em julho e no Parque 13 de Maio no Recife em novembro, pondo em prática até 1947 uma política de “massas”, segundo Carone (1976b, p. 458; 1980, p. 463). Além disso, outras iniciativas demonstram a reorganização e inserção popular do partido, desarticulado desde a ofensiva do governo Vargas em 1935 contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e depois a repressão contra o que ficou conhecida como a Intentona Comunista de novembro do mesmo ano, com prisões de lideranças que se seguiram até o fim da década e tornaram o movimento comunista brasileiro “acéfalo”, novamente segundo Carone (1976b, p. 490). Rearticulado em 1942 a partir dos núcleos estaduais dispersos em torno da bandeira da entrada do Brasil na guerra ao lado da aliança entre URSS e EUA contra o fascismo (o que acontece de fato em 22 de agosto do mesmo ano, com atenuação da perseguição oficial aos comunistas no país), o partido realiza sua II Conferência Nacional, na Mantiqueira, organizada por uma Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) ainda clandestina, na qual se tiram a

controversa linha política de que o governo Vargas não é de tipo fascista (e que, consequentemente, seu apelo de unidade nacional deve ser atendido) e uma direção que consolida a hegemonia tenentista sob Prestes no interior do PCB, grupo em ascensão desde sua entrada no partido em 1934, sempre segundo Carone (1976b, p. 482).

Deixando de lado por ora o caráter de cima para baixo dessa reorganização do PCB (tanto em relação à URSS¹¹ quanto em relação às suas lideranças), discutido por exemplo por Hecker (1998, p. 67) e Alem (1988, p. 48) e que será decisivo para caracterizar o partido no período que nos interessa e o opor ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) que então se formará, fato é que nesse momento o PCB protagonizou iniciativas de relevante inserção popular, a despeito de não ter tido desempenho eleitoral extraordinário.¹² Entre essas iniciativas, estão a criação em 1945 de uma central sindical independente do corporativismo estatal, chamada Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que no entanto terá seu registro como sociedade civil recusado pelo governo Dutra;¹³ a organização pelo MUT de uma partida de arrecadação de fundos no Pacaembu entre os dois principais times de futebol de São Paulo, Palmeiras e Corinthians (com vitória do primeiro por 3 a 1);¹⁴ a homenagem no campo de São Cristóvão em 1946 ao mesmo Prestes por 22 escolas de samba do Rio de Janeiro, o que voltaria a ocorrer no ano seguinte; o desfile carnavalesco de 1946 organizado pela União Geral das Escolas de Samba (UGES) e pela *Tribuna Popular*, jornal do PCB com viés de massas e circulação em todo o território nacional.¹⁵

Brandão enxerga a existência de quatro “linhagens” no pensamento político-social brasileiro como hipótese metodológica, que manteriam relação de “afinidade eletiva” com as ideologias modernas conservadorismo, liberalismo, “socialismo de matriz liberal” e comunismo, a saber, “idealismo orgânico”, “idealismo constitucional”, “radicalismo de classe média”¹⁶ e “marxismo de matriz comunista”, respectivamente. Muito esquematicamente, as diferenças entre as primeiras, que são as duas grandes linhagens clássicas do país, consistem na

¹¹ A linha única então ditada a todos os países pela Internacional Comunista, no ato mesmo de sua autodissolução, em 1943, era de frente democrático-burguesa, como aponta Alem (1988, p. 37).

¹² Ao contrário, como sustenta Gustin (1995, p. 162-163), considerando todos os níveis das eleições de 1945 e 1947, os quantitativos do PCB seriam inferiores aos do PSB, reconhecidamente pouco expressivo do ponto de vista eleitoral – este com a sexta bancada federal no período 1945-1962, com 25 elementos, empatado com o Partido Democrata Cristão (PDC).

¹³ Sobre o MUT, ver Carone, 1976b, p. 456; *idem*, 1985, p. 376-377.

¹⁴ Sobre a partida de futebol, ver Rebelo, 2010; Guimarães, 2012.

¹⁵ Sobre a relação do partido e seus órgãos com as escolas de samba do RJ, ver Guimarães, 2001; *idem*, 2009; *idem*, 2012.

¹⁶ O termo é de Candido, a quem Brandão dá crédito. Mais adiante serão exploradas as relações entre socialismo e liberalismo, bem como entre classes médias e atitude crítica ou radical.

avaliação e consequente normatividade em relação ao papel do Estado: para os últimos, ele aparece como causa da falta de organicidade da sociedade brasileira, por sufocá-la com a centralização não só política, mas também administrativa; para os primeiros, o papel do Estado aparece como forma de tutelar uma sociedade inorgânica com tendências centrífugas, no sentido de promover positivamente sua agregação, então inexistente por outras razões, como a geografia do território. A oposição entre Estado e sociedade e o lugar da democracia são problemas que aparecem nessas visões de mundo e opõem conservadores e liberais no Brasil.

Já o “marxismo de matriz comunista” e o “radicalismo das classes médias” também divergiriam em relação ao problema da democracia, sendo o “liberal” acrescentado a “socialismo” uma aproximação deste com a resistência daquele à ideia de centralização administrativa e de tutela da sociedade, como se verá adiante sobretudo no debate entre esses socialistas e os trabalhistas, não contemplados entre as linhagens, mas que podem ser compreendidos como filhos bastardos do “idealismo orgânico”, puxados à esquerda pela concorrência dos comunistas entre a base social dos trabalhadores urbanos. Além disso, outro ponto que pode ser indicado como problema que diferencia essas duas linhagens é o lugar do marxismo, como doutrina oficial emanada de Moscou ou como método de investigação e compreensão da realidade para sua transformação, tendo como horizonte a emancipação humana.

Esse modo heterodoxo de usar o marxismo no Brasil teve lugar, segundo Brandão (2010), no ensino superior que começava a surgir na década de 1930, em especial na USP, o que marcaria um primeiro abalo do monopólio ortodoxo. Nesse sentido, o termo “radicalismo das classes médias” pode ser entendido de modo desmembrado. Radicalismo teria a ver com o modo progressista de reagir aos estímulos dos problemas sociais, oposto ao reacionário sem com isso significar uma identificação completa com os que mais sofrem com esses problemas ou risco de ruptura da ordem institucional. Classe média, portanto, em termos de interesse de classe e, no caso concreto, devendo-se à “clientela” das primeiras turmas da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, nas décadas de 1930 e 1940, que segundo Miceli (1987) eram sobretudo contingentes do setor tradicional empobrecido e da classe média emergente em busca de um recurso social para garantir suas ambições modestas de projeção, diferentemente da Faculdade de Direito de São Paulo e dos primeiros cursos de ciências sociais do Rio de Janeiro, ambos frequentados pela elite com pretensões de exercício do poder político.

Acrescente-se a isso o paralelo sugestivo de que na década de 1920 houvera também, como aponta Miceli (1988), a massificação do acesso ao clero da Igreja católica no Brasil por

jovens de classes médias ou subalternas para suprir uma deficiência de pessoal posterior à separação entre Igreja e Estado, quando ocorria o processo de reorganização institucional eclesiástica, o que pode ter contribuído para uma maior representatividade de interesses de classe diversos no interior da instituição nas décadas seguintes, inclusive os interesses correspondentes ao dessa fração radical da classe média, favorecendo sociologicamente a aproximação entre socialistas e católicos que a partir da década de 1970 se consagraria na “teologia da libertação”, mas cujas origens no Brasil remontam à década de 1940 com o movimento Economia e Humanismo do padre dominicano francês Louis-Joseph Lebret e à década de 1950 com os movimentos da Ação Católica no país, como por exemplo a Juventude Universitária Católica (JUC).

Em geral, em momentos de polarização, as ideologias e movimentos tendem a se agrupar em razão da natureza de suas ideias, esquerda ou direita, deixando em segundo plano a questão do método, democrático ou autoritário (BOBBIO, 2001). Isso explica o fato de que o socialismo de Candido tenha sido aliado tático, via PSB, tanto do PCB como do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que podem ser considerados autoritários, depois de um não tão rápido namoro com a União Democrática Nacional (UDN), de Carlos Lacerda (um ex-comunista), que era considerada efetivamente democrática no período.¹⁷ Essa aproximação parece ter se dado em função da lógica “amigo-inimigo” da política, segundo a qual o inimigo (UDN) do meu inimigo (Estado Novo) é meu amigo, o que pode ou não se verificar na prática. No caso, a UDN provou-se muito mais liberal do ponto de vista econômico, ou seja, inigualitária, do que do ponto de vista político, igualitário e democrático, para usar os termos de Bobbio, como se propunha o PSB. Curiosamente, ao defender posteriormente a legalidade democrática contra o golpismo udenista o PSB estaria sendo, na prática, até mais liberal que a própria UDN, em certo sentido. Com a polarização dos anos 1960, o PSB acabaria por se aproximar de PCB e PTB, partidos de esquerda aos quais antes se opunha, oposição pelo autoritarismo que justamente o havia levado ao polo de oposição ao Estado Novo, que era a UDN em sua origem, em 1945. Como se vê, e de acordo com Brandão (2010), uma linhagem de pensamento à esquerda pode ter, em determinada conjuntura, sentido concreto não necessariamente progressista.

Antes de seguirmos, cabe nos determos nos termos “esquerda” e “direita”, para que fique claro o sentido em que eles são admitidos neste trabalho. Pode parecer uma grande

¹⁷ Aqui vale uma alerta contra anacronismos: até então a aparência de legalista da UDN ainda não havia sido colocada em xeque pelo golpismo essencial que paulatinamente passaria a expressar.

novidade, mas não é de hoje que o senso comum é dominado pela ideia de que a distinção entre direita e esquerda está superada. As razões são variadas, como a crise das ideologias e a sensação de aproximação dos dois lados após o fim da polarização da Guerra Fria, ou a complexificação das grandes democracias e o consequente surgimento de problemas sociais transversais (gênero, sexualidade, ambientalismo). Mas o fato é que os termos continuam a ter pleno curso na linguagem política, e os indivíduos que lançam mão deles sabem muito bem o que querem dizer quando o fazem, ainda que possam não saber muito bem como formular esses significados, tarefa que uma teoria política pode muito bem cumprir, por exemplo, como contribuição à autoconsciência da sociedade.

A definição de Bobbio, que há mais de duas décadas defendeu a distinção contra seus detratores e procurou formular os critérios por trás dessa divisão do espaço político, pode ser bastante útil a esta altura do trabalho. E isso porque ele oferece uma tipologia ideal ao mesmo tempo consistente e clara, que parece resistir à prova da passagem do tempo e da confrontação com a empiria. Vejamos:

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos” (BOBBIO, 2001, p. 49).

Ou seja, para Bobbio existe a direita e a esquerda, sendo que algo não pode ser ao mesmo tempo as duas coisas ou nenhuma delas. Ele encara o problema do “centro” de modo bastante interessante, embora recuse a formulação de “pentíade”, ou seja, do espaço político dividido em cinco partes determinadas e relativamente independentes, com uma extrema-esquerda, uma centro-esquerda, um “centro-centro”, uma centro-direita e uma extrema-direita, visão esta, de pentíade, que derivaria de um raciocínio lógico que considera a ideia do “terceiro-incluído”, como veremos adiante. Isso em razão de seu modo de classificação, que combina duas díades para fornecer o lugar de uma ideologia ou movimento no espaço político. Seguindo Bobbio, o par igualdade-desigualdade corresponde à díade esquerda-direita, e o par liberdade-autoridade, à díade moderantismo-extremismo. Ele deriva da combinação entre a díade principal, esquerda-direita, e a díade auxiliar, moderantismo-extremismo, a divisão do espaço político moderno, que desse modo pode ser interpretado com o auxílio de uma tipologia ideal composta de quatro tipos (quatro posições possíveis no espectro): extrema-esquerda (igualitários e autoritários);

centro-esquerda (igualitários e libertários); centro-direita (inigualitários e libertários); extrema-direita (antiliberais e anti-igualitários).¹⁸

Faz-se necessária, a esta altura, uma advertência: para o bom entendimento do uso dessa tipologia no âmbito deste trabalho, deve-se suspender o uso axiológico dos termos, em prol de seu sentido descritivo, pois com essa tipologia não se quer dizer, independentemente de isso ser considerado bom ou ruim, que a centro-esquerda seja “menos esquerda” do que a extrema esquerda, mas sim que ela é uma esquerda que aceita a coexistência com o polo oposto e a democracia como modo de concorrência legítima entre elas pela hegemonia e direção da sociedade, ao passo que a outra é autoritária e postula, ou resulta na prática, na supressão do outro como eventual adversário legítimo.

Retomando a questão do “centro”: Bobbio admite um raciocínio lógico de “terceiro-inclusivo”, ou seja, do surgimento não de algo entre direita e esquerda como terceiro elemento relativamente independente (como no caso do já mencionado “terceiro incluído” ou “centro-centro”), mas um terceiro elemento que tente ser a superação de ambos os lados e que, a depender de seu ponto de partida e da hierarquização da combinação daquilo que se apropria de cada um deles, bem como da estática e dinâmica das ideologias partidárias em disputas práticas na sociedade, pode se tornar a elevação de um dos lados, direita ou esquerda, a outro patamar. Elevação que, tal como uma superação dialética, incorpora uns e nega outros elementos tanto do próprio lado como do lado oposto, direita ou esquerda, mas que não suprime nenhum dos lados nem muito menos o conflito entre eles. E isso porque as razões para a sobrevivência da distinção direita-esquerda remetem à estrutura mesma do universo político como espaço de conflito de interesses (derivado da lógica “amigo-inimigo”):

Trata-se de uma banal metáfora espacial, cuja origem foi inteiramente casual e cuja função tem sido apenas a de dar um nome, de dois séculos aos dias de hoje, à persistente, e persistente porque essencial, composição dicotômica do universo político. O nome pode mudar. Mas a estrutura essencial e originariamente dicotômica do universo político permanece (*ibidem*, p. 83).

Nessa visão, ao centro podem surgir novas ideologias ou movimentos que depois disputarão um lugar em um dos lados do espaço político (como nos parece ser o caso do socialismo de Candido) ou um movimento de caráter mais fisiológico que flutue entre os polos

¹⁸ Vieira (1995, p. 377-379) usa uma outra díade de Bobbio a este respeito, igualmente sugestiva: violência/globalismo x legalidade/gradualismo, sendo que a primeira se identifica com o caráter autoritário e a segunda, ao democrático, sendo o problema básico a oposição eficácia x liberdade, dado que os processos que respeitam a segunda não atingem nem imediata nem totalmente seus objetivos pré-estabelecidos. Vieira desenvolve essa ideia como problema básico das revoluções como crítica à interpretação de Arendt sobre a revolução francesa, segundo a qual a compaixão pelos excluídos teria desviado o processo de seu caminho libertário original.

ao sabor das conveniências: “O Terceiro Incluído apresenta-se sobretudo como práxis sem doutrina,¹⁹ o Terceiro Inclusivo, sobretudo como doutrina em busca de uma práxis²⁰ que, no momento em que é posta em operação, se realiza como posição centrista” (*ibidem*, p. 57).

Essa tipologia é bastante útil pois permite trabalhar com o espaço político em mais de uma dimensão e escapar às tentativas de proscrição da validade dessa distinção que se apoiam em confusões, como por exemplo a de revolucionários de direita, de um lado, e de autoritários de esquerda, de outro, como se a tomada de assalto ao poder ou a transformação profunda da sociedade, ou ainda o autoritarismo, fossem critérios por si sós distintivos de um dos lados do espectro. O que importa para a díade direita-esquerda, e por isso ela é a principal para a organização do espaço político, é a natureza das ideias defendidas, os fins últimos, ao passo que questões de meio ou de método, como a recusa do regime democrático ou o recurso à violência, são distinções secundárias que servem para matizar e complexificar a disposição espacial fundamental, o que Bobbio faz lançando mão da já mencionada díade auxiliar, moderantismo-extremismo. E esses “fins últimos que os homens se propõe a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar”, que aparecem organizando o espaço político, são aspirações humanas que, justamente por isso, são recorrentemente tematizadas nas representações e nos movimentos políticos. São eles a igualdade, a liberdade e a paz, estando a última condicionada às duas primeiras, uma vez que a paz pode ser alcançada na coexistência (moderantismo) ou na supressão (extremismo) do diferente, e de modo universal (igualdade) ou restrito a um grupo (desigualdade).

O raciocínio de Bobbio (*ibidem*, p. 120) é que os homens são entre si tão iguais quanto desiguais:

Pode-se dar conta deste indiscutível dado de fato estabelecendo que os homens são iguais se considerados como *genus* e confrontados com um *genus* diverso, como o dos outros animais e demais seres vivos, dos quais se diferenciam por algumas características específicas e particularmente relevantes, como a que por longa tradição permitiu definir o homem como animal *rationale*. São desiguais entre si se considerados *uti singuli*, isto é, tomados um por um. Entre os homens, tanto a igualdade quanto a desigualdade são factualmente verdadeiras, pois são confirmadas por provas empíricas irrefutáveis.

A diferença, em consequência, deriva da diferente valoração de cada um desses “juízos de fato”:

¹⁹ O que poderíamos chamar de centro fisiológico.

²⁰ Exatamente o que era o PSB de Candido, um projeto formulado sobretudo por intelectuais com o objetivo de sintetizar o liberalismo e o comunismo, e que oscilou à direita e à esquerda à procura de um espaço social próprio, como veremos adiante.

Por isso, podem ser corretamente chamados de igualitários aqueles que, ainda que não ignorando que os homens são tão iguais quanto desiguais, apreciam de modo especial e consideram mais importante para a boa convivência aquilo que os une; podem ser corretamente chamados de inigualitários, ao contrário, aqueles que, partindo do mesmo juízo de fato, apreciam e consideram mais importante, para fundar uma boa convivência, a diversidade (*ibidem*, p. 120).

A esquerda tenderia ao “artificialismo”, as desigualdades vistas como sociais e, portanto, passíveis de serem mudadas pela sociedade, ao passo que a direita tenderia a uma “segunda natureza”, espécie de naturalização da tradição e das desigualdades tradicionais vistas, desse modo, como naturais:

Este contraste entre opções últimas é acompanhado por uma diversa avaliação da relação entre igualdade-desigualdade natural e igualdade-desigualdade social. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (*ibidem*, p. 121).

Em relação à díade auxiliar, liberdade-autoridade, Bobbio a trata a partir dos pontos em comum entre os extremismos, de direita ou de esquerda (os termos correspondentes com que se opõe o moderantismo ficam implícitos, com exceção da parte moral, em que as virtudes moderadas são explicitamente enunciadas), e vale a pena apresentá-los: antidemocracia (ponto mais significativo, para ele), irracionalismo, catastrofismo (ante a ideia de gradualismo) e todo um conjunto de virtudes:

“as virtudes guerreiras, heroicas, da coragem e da ousadia, contra as virtudes consideradas pejorativamente mercantis da prudência, da tolerância, da razão calculadora, da paciente busca da mediação, necessária nas relações de mercado e naquele mais amplo mercado de opiniões, de ideias, de interesses em conflito, que constitui a essência da democracia, na qual é indispensável a prática do compromisso” (*ibidem*, p. 75).²¹

Por fim, vale a indicação do reconhecimento, por parte do autor, da “origem profunda” desses “fins últimos” dos homens, que acabam por ser o fundamento da distinção proposta entre direita e esquerda e remetem a uma investigação mais propriamente sociológica (sobre disposições incorporadas por agentes em suas socializações ao longo da trajetória):

Considero que esta diversa postura perante a igualdade e, respectivamente, perante a desigualdade tem suas raízes e, portanto, a possibilidade de explicação, em um dado de fato, compreensível por quem quer que seja,

²¹ Com a passagem fica claro o que Bobbio está entendendo como democracia em seu texto, assim como o faz parte considerável da ciência política, e que corresponde à sua dimensão apenas política, e não social, como se discutirá adiante em relação ao projeto de conciliação entre liberdade e igualdade na ideia de socialismo democrático do PSB: um “mercado de opiniões, de ideias, de interesses em conflito”, no qual os agentes disputam a demanda com a oferta de “bens partidários”, teoria econômica da democracia que, se não esgota, ao menos ajuda a apreender a dinâmica político-partidária e alguns dos deslocamentos dos agentes em disputa no espaço político.

difficilmente contestável, mesmo que igualmente difícil de ser verificado. Refiro-me não a este ou àquele critério de repartição, não à aplicação de um ou outro critério a este ou àquele grupo de pessoas, não à preferência pela repartição de certos bens e não de outros. Penso, ao contrário, em uma postura geral essencialmente emotiva, mas passível de ser racionalizada, ou em uma predisposição – cujas raízes podem ser, conjuntamente, familiares, sociais, culturais – irredutivelmente alternativa a outra postura ou a outra predisposição igualmente geral e também emotivamente inspirada (*ibidem*, p. 119).

Ou seja, faz sentido, embora esta pesquisa não se restrinja a isso, um estudo mais estritamente sociológico para entender a distribuição populacional entre os dois lados e entre os quatro tipos de lugar do espaço político, com recurso à trajetória e às socializações dos agentes, bem como às suas classes ou frações de classe de pertencimento, para entender as disposições incorporadas e os estímulos do meio social que os movem irrefletidamente para uma ou outra direção, ainda que sempre exista margem de agência dos sujeitos pela reflexividade e por novas experiências, como pretende qualquer trabalho dialético que fuja aos mecanicismos e determinismos.

Agora, encerrado o excursus sobre as linhagens do pensamento brasileiro e os lugares do espectro político ocidental, voltemos ao ponto da trajetória de Candido onde paramos: seu ingresso na FFCL.

2.1 A Faculdade de Filosofia

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) foi criada por decreto de 25 de janeiro de 1934, pelo então interventor Armando Salles de Oliveira, que era cunhado de Júlio de Mesquita Filho. Ela era, afina, projeto deste e de Fernando de Azevedo junto ao grupo de intelectuais e cientistas que se reuniam em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* desde a década de 1920. Tratava-se, pois, de um projeto já amadurecido, e que contou com essa “coincidência” de parentesco para sair do papel. Segundo a concepção de seus fundadores, ela se destinava “a fornecer os quadros do magistério secundário, a unificar os cursos básicos da Universidade e a cultivar o saber desinteressado” (CANDIDO, 2011a, p. 229). Para isso, acreditavam na necessidade de recrutamento de professores estrangeiros, e o critério para seleção dos de ciências humanas e filosofia, pela questão de valores envolvidos, era que fossem de uma democracia, como a França, o que não era o caso para as outras áreas do conhecimento.

Esse “senso liberal” dos fundadores da FFCL é importante de assinalar porque, ao buscarem evitar a “infiltração das ideologias conservadoras mais agressivas”, trouxeram

“homens de pensamento democrático-radical”, o que formou as “condições implícitas para o advento de concepções mais avançadas do que as previstas”, que possibilitariam o deslocamento de eixo dos estudos do plano senhorial para a vida das camadas humildes, o “radicalismo sociológico” de que trataremos mais adiante. Tudo isso faz da instituição, na visão de Candido (2011, p. 240), “um dos acontecimentos mais importantes na história da cultura brasileira”.

Com seu ingresso nela, em 1939, Candido passou a frequentar as aulas do professor de filosofia da missão francesa Jean Maugué, onde conheceu Azis Simão, colega mais velho que o acompanharia posteriormente nas aventuras da militância no socialismo democrático brasileiro, e também os colegas que formariam então o grupo de amigos que depois fundaria a revista de cultura *Clima*. Em 1941, Candido se graduou, sendo orador da turma e assumindo, já no ano seguinte, o cargo de assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II da Faculdade. Como estreara na crítica literária de *Clima* e se tornara crítico de rodapé da imprensa paulista, Candido objetivava a migração institucional para a área de letras, embora a sociologia fosse para ele, à época, uma possibilidade profissional aberta que não se podia recusar. Até porque, em 1943, Candido se casou com a colega de *Clima* Gilda Moraes Rocha, depois Gilda de Mello e Souza, aos 26 e 25 anos, respectivamente, com a primeira filha chegando em setembro do ano seguinte.

Em outubro de 1944, é publicado o edital do concurso para uma cadeira de literatura brasileira da Faculdade. Candido se inscreveu e redigiu, entre fevereiro e março, o trabalho inicialmente intitulado *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*, que seria defendida entre julho e agosto de 1945 como tese de livre-docência. Apesar do bom desempenho, ficou empatado com Oswald de Andrade em segundo lugar no concurso, que acabou vencido pelo assistente da cadeira, Mário de Souza Lima, então interino. Tal acidente de percurso traria muitas consequências, entre as quais a decisão de se manter no jogo da sociologia com a preparação de uma tese de doutorado, mesmo já sendo livre-docente em literatura brasileira e não precisando de titulação, e o convite do amigo e editor José de Barros Martins para a elaboração de uma história da literatura, como reação de indignação ao resultado do concurso (JACKSON, 2009, p. 275).

Tal história da literatura em dois volumes daria, como se sabe, na obra-prima do autor, *Formação da literatura brasileira*, mas à época fora encomenda de trabalho aceita inclusive por questões financeiras (DANTAS, 2002b, p. 90). O convite, evidentemente, é índice da legitimidade amealhada pelo então jovem crítico de rodapé (JACKSON, 2009, p. 271). A esse

convite poderiam ser somados o do outro amigo e editor José Olympio, para publicação da livre-docência na coleção Documentos Brasileiros, que Candido recusou na esperança de poder incrementá-lo, ou o do mesmo Martins, que incentivou Candido a reunir para publicação alguns de seus rodapés de crítica literária na *Folha da Manhã*, com o objetivo de robustecer o currículo profissional do autor para o concurso, publicação que de fato acabou ocorrendo em tempo, no fim do primeiro semestre de 1945.

Perdido o concurso, Candido permaneceu como assistente na área de sociologia, cargo para o qual foi contratado em tempo integral junto a Florestan em 1947 (GARCIA, 2002, 124), quando também interrompeu o rodapé de crítica no jornal *Diário de S. Paulo*, em fevereiro, e deu início à pesquisa de campo para a tese de doutoramento sobre o caipira paulista, escrevendo paralelamente também a história da literatura brasileira que lhe fora encomendada. A primeira redação da obra seria finalizada em 1951 e retomada em 1955, após a defesa da tese de doutoramento, para uma revisão dos dois volumes, que levaria dois anos, sendo entregue em 1957 e publicada dois anos depois, em 1959 (NITRINI, 1997, p. 196). Com sentimento de dever cumprido e após o nascimento da terceira filha no mesmo ano em que entregou a encomenda (a segunda nascera em 1953), Candido tira um ano de licença não remunerada da Faculdade. Após esse ano sabático, como se sabe, haveria a inauguração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em agosto, para a qual Candido foi convidado a lecionar no Departamento de Letras Vernáculas, por intercessão de Querino Ribeiro junto a Antonio Soares Amora, então diretor da instituição (PONTES, 1998, p. 193).

Encerra-se assim um ciclo, com o abandono da cadeira de sociologia II na qual estava desde 1942. Mas, como se sabe, o período não marca o fim da relação de Candido com a Faculdade de Filosofia, ao contrário, define um novo começo, pois já no ano seguinte, em 1959, Candido solicitou à Congregação da FFCL a criação, em caráter experimental no curso de letras, da disciplina “teoria literária” (a princípio “teoria geral da literatura”, para facilitar a justificativa) (RAMASSOTE, 2010, p. 14). Ela foi aprovada e Candido interrompeu a docência em Assis em 1960, no fim do ano, e em 1961 assumiu a direção da recém-aprovada (pelo Conselho Universitário) disciplina de “teoria geral da literatura”, quando finalmente começou a fazer de fato ensino e pesquisa na área (*ibidem*). Em 1961, ministrou (até 1963) os cursos de graduação Introdução aos Estudos Literários (primeiro ano) e Teoria Literária e Literatura Comparada (quarto ano); resolveu publicar, 16 anos depois, *O método crítico de Sílvio Romero*, sem alterações de conteúdo; ofereceu a primeira disciplina de especialização, sobre edição crítica (*ibidem*, p. 16-17). Em 1962, providenciou a alteração da denominação da disciplina

para “teoria literária e literatura comparada”, por convicções da correlação dialética entre nosso sistema literário e a matriz central, além de organizar um círculo de literatura comparada.²² A liderança de um programa de pesquisas nos moldes do levado a cabo na sociologia por Florestan Fernandes é apontado pela literatura como fator decisivo para a ampliação do impacto da obra de Candido e a influência que exerceu sobre os rumos da crítica literária brasileira (JACKSON, 2009, p. 274; RAMASSOTE, 2010, p. 27; JACKSON; BLANCO, 2014, p. 217). Até sua aposentadoria, em 1978, Candido ainda lecionou no exterior, recebeu título de professor titular, coordenou o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) etc. Aqui, porém, já estaríamos ultrapassando e muito os limites do recorte necessariamente autoimposto para a possibilidade de realização desta pesquisa.

Algo que vale destacar sobre essa experiência tem a ver com o caráter da FFCL quando comparada à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e às experiências cariocas. A sociologia como “ciência nova” encontrou no Brasil terreno mais fértil em São Paulo do que no Rio de Janeiro, pois condicionantes sociais concorreram para manter o foco carioca mais atrelado ao Estado e à política, até pelo envolvimento prático de muitos de seus alunos e professores com o poder central ali instalado; entre esses condicionantes, segundo Miceli (1989, pp. 74-81), estão a clientela e seus interesses, já mencionados anteriormente, e a força da constituição da hierarquia acadêmica frente às injunções do poder político, que no caso de São Paulo, devido à importação do moderno modelo europeu de trabalho acadêmico com hierarquia e procedimentos próprios, resistiu às influências de outros campos, funcionando em chave diversa da então Faculdade de Direito, frequentada por setores tradicionais em busca de legitimação para suas ambições enquanto elite política, mais ou menos aquilo em que acabou se convertendo também os primeiros cursos de ciências sociais no Rio de Janeiro (*ibidem*, pp. 81-94). No caso da ELSP, a influência mais estadunidense que francesa também faria diferença.

Em relação ao problema enfrentado neste trabalho, a influência tanto do marxismo enquanto método de crítica (Maugüé) como do interesse pela pesquisa da realidade brasileira Brasil (Bastide e Lévi-Strauss) são consequências do intelectual acadêmico que se formou a partir da missão francesa na USP. Essa influência está na raiz da inserção de Candido nos dois sistemas distintos que fazem dele o “momento particularmente feliz” da nossa tradição intelectual, o qual pôde compreender a dialética do localismo e cosmopolitismo que, segundo

²² A periodização desse círculo é objeto de discórdia entre estudiosos, se de 1962 a 1964 ou de 1966 a 1968. Ver NITRINI, 1997, p. 194; RAMASSOTE, 2010, p. 21.

ele próprio formulou, forma a lei geral de funcionamento da nossa cultura (MUSSE, 1995, p. 45).

Sobre o paradoxo inerente a essa lei de funcionamento de nossa cultura, vale assinalar como Candido enxerga a contribuição estrangeira para o interesse dos brasileiros pelo Brasil, que começava a amadurecer na década de 1930, com a fundação de escolas superiores de estudos sociais, filosóficos e literários e também com a criação de bibliografia escolar elaborada por autores brasileiros e de coleções para o público geral como a Brasileira:

Ficando no caso paulista, que conheço melhor, aproveito para lembrar de que maneira um projeto de claro sentido nacional foi realizado com recurso quase total à contribuição estrangeira. Mais uma vez, no Brasil, a cultura voltada para a realidade local se construiu e desenvolveu por meio de pessoas, livros, ideias e métodos trazidos de fora e aclimados aqui na medida do possível. E o resultado foi bom. Se me reporto à experiência pessoal, lembro entre divertido e surpreso que os meus mestres brasileiros timbravam em citar autores europeus, em mostrar conhecimento minucioso da Europa e boa pronúncia do francês e do inglês, além de usarem categorias do pensamento europeu para construir imagens abstratas de uma realidade vaga. Enquanto os mestres franceses nos obrigavam a olhar o mundo circundante, recorrer às fontes locais, descobrir documentos, investigar a realidade próxima. Os brasileiros, patriotas e oradores de 7 de setembro, acabavam por nos tirar do Brasil e nos iniciarem num mundo inexistente. Os franceses, usando a sua língua, empregando os seus métodos, nos punham dentro do país. Mas eram combatidos por nacionalistas do tipo patrioteiro como elementos alienígenas, que vinham conspurcar a visão correta (isto é, fantástica) do país... (CANDIDO, 2011b, p. 223-224).

2.2 De *Clima* à imprensa paulista

Como aludido anteriormente, em 1939 começou a se reunir nas concorridas aulas de filosofia do professor Jean Maugué o grupo de “estudantes unidos por laço de amizade e sociabilidade” em torno do qual se formaria a revista *Clima* (PONTES, 1998, p. 13). Certamente não por coincidência, Maugué era um professor que incentivava em suas aulas o uso da disciplina para reflexão sobre a vida cotidiana, entre o que se pode pensar a própria produção e fruição de cultura.

Além de Candido, ingressante em 1939 e tido como um dos “admiradores mais entusiasmados de Maugué” (*ibidem*, p. 94), nomes como Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado (ambos ingressantes em 1936) e Gilda de Moraes Rocha (ingressante em 1937) já eram alunos da FFCL, aos quais se somaria mais tarde Paulo Emílio (em 1940). Mas, apesar do ingresso posterior, Paulo Emílio já mantinha relação prévia com Décio, com quem estudara no Liceu Rio Branco, assim como Ruy Coelho, e com quem fundara em 1935 uma revista de um número só chamada *Movimento* (*ibidem*, p. 156). Ele seria introduzido aos

colegas do grupo por Décio ainda em fins de 1939, quando de seu retorno da França (CANDIDO, 2011c, p. 255). Décio e Lourival também já acumulavam iniciativas conjuntas entre si anteriores a 1939, como a tentativa de impulsionar no ano anterior um grupo de teatro a partir do grêmio da FFCL, do qual Lourival era então presidente (*ibidem*, p. 164).

As razões sociais e culturais mais amplas que propiciaram e contribuíram para a convergência desses amigos e sua sociabilidade intensa com “ar de família” são variadas, entre as quais podemos destacar o reconhecimento da influência de Maugüé, o pendor mais literário que filosófico ou científico, a tendência à esquerda em variados matizes e a origem social equivalente em setores tradicionais empobrecidos ou médios da burguesia brasileira de então (MELLO E SOUZA *apud* PONTES, 1998, p. 140). É o que eles próprios vão tratar autorreferencialmente como “pequena burguesia” ou “classe média” em textos, pensando no esquema clássico europeu de profissões liberais, funcionalismo público e pequenos ou médios proprietários de capital, afinal eram quase todos filhos de médicos e advogados com algum envolvimento no serviço público e se tornariam eles próprios professores universitários em instituição pública. Evidentemente, pensar esse esquema de classificação no Brasil em termos relacionais é mais complicado, se pensarmos que mesmo com todos os avanços desde a segunda metade do século XX ainda havia ao fim dele no país cerca de um terço da população vivendo abaixo do padrão de uma classe trabalhadora do esquema tradicional, a chamada “ralé estrutural” (SOUZA, 2009). De qualquer maneira, trata-se de um quadro de referência válido que ajuda a entender o termo “nativo”, se quisermos assim, buscando aproveitar o que ele eventualmente tenha de verdade.

Uma vez formado o grupo, começou-se a pensar numa publicação, mas em princípio nada de mais. A ideia de uma revista de cultura surgiu inicialmente em conversas entre Lourival e Candido no fim de 1940, a qual seria amadurecida durante as férias do primeiro em São Paulo, já que o outro voltara para junto da família em Minas Gerais. Alfredo Mesquita é considerado o “patrono” da revista, pois incentivou o empreendimento a ter proporções maiores e, durante o recesso entre 1940 e 1941, ajudou Lourival na definição da estrutura da publicação e na busca de anunciantes. Mesquita já era formado em direito, mas frequentava os cursos na FFCL, onde conheceu os membros do grupo, e era também crítico de teatro desde 1938, no jornal da família, *O Estado de S. Paulo*, então dirigido por seu irmão Júlio de Mesquita Filho. Jornal para o qual anos depois, em 1956, Candido organizaria o “Suplemento Literário”, cuja direção deixou a cargo do amigo Décio e que seria instrumento de hegemonia na cena cultural paulista e

continuidade de *Clima* (PONTES, 1998, p. 208). Foi também Mesquita quem indicou Lourival para a direção da revista, uma vez que era então o mais engajado no empreendimento.

Como se sabe, a revista serviria para definir as “vocações” de cada um e a área de especialização acadêmica e profissional de cada qual no futuro (*ibidem*, p. 98). Ela veio a público então em maio de 1941, ano aliás de ingresso na FFCL de Florestan Fernandes, “destino ímpar” de intelectual puro de origem modesta com o qual é sempre interessante contrastar os “destinos mistos” do grupo *Clima*, pelas diferenças de atuação dividida entre a academia e a crítica na imprensa e também a origem social (*ibidem*, p. 144-145; GARCIA, 2002). Com as poucas fichas de que dispunha, Florestan apostou todas na disciplina monástica e consequente isolamento para estudo e domínio da área específica de eventual atuação profissional futura, sem condições para a sociabilidade nos termos do grupo *Clima* nem formação cultural equivalente ou condições de adquiri-la em pouco tempo, ainda mais ante a aposta nos estudos especializados e o investimento de tempo demandado por estes. Diferença, portanto, de capital cultural e social, para não falar do econômico. A respeito dos capitais, basta lembrar que a própria ideia de uma revista de cultura que abranja todas as suas frentes requer certa socialização prévia de alguns de seus membros em algumas dessas frentes da cultura; ou lembrar que a experiência editorial anterior de Décio e Paulo Emílio tivera financiamento deste último com dinheiro de ações na empresa da família; ou ainda lembrar que *Clima* teve entre seus idealizadores ninguém menos que um membro da família Mesquita.

A revista *Clima*, que dura até novembro de 1944, foi suficiente para projetar a quase todos no cenário cultural paulista de então, com Lourival assumindo a crítica de artes plásticas nos jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* já em 1942. É por convite dele que Candido assumirá a crítica de literatura na *Folha da Manhã* em janeiro de 1943, assim como Ruy Coelho, que ainda em 1942 assume a crítica de cinema da *Folha da Noite*, que trocará no ano seguinte pelo *Diário de S. Paulo*, para onde vai também Candido a partir de setembro de 1945, mês em que Ruy deixaria seu rodapé. Tal era momento mesmo de “apogeu” desse tipo de espaço na imprensa, a década de 1940, de acordo com estudos sobre a crítica literária no Brasil (RAMASSOTE, 2011, p. 43; JACKSON; BLANCO, 2014, p. 207). Vejamos o que defende Pontes (1998, p. 51), que de certo modo liga a experiência da revista ao próprio sucesso da plataforma intelectual defendida, senão pelo grupo, por seus membros mais atuantes politicamente, o que se deu por intermédio da consolidação da posição de intelectual acadêmico:

Empenhados em estabelecer um novo patamar analítico para a crítica de cultura no país, eles se lançaram no sistema cultural paulista com a revista *Clima*, que, entre outras coisas, assegurou-lhes a visibilidade necessária para divulgarem a plataforma intelectual e política do grupo e da geração mais ampla a que pertenciam.

Candido abandonou seu posto de crítico literário da *Folha da Manhã* após se demitir, em janeiro de 1945. Trata-se de um caso bastante significativo, que permite demonstrar um pouco um argumento deste trabalho, a saber, o de que o lugar do intelectual acadêmico quando da institucionalização das ciências sociais no Brasil era privilegiado para a tomada de posição mais coerentes e radicais e, nesse sentido, podia ser utilizado para fazer avançar atitudes e ideias que, por constrição ou conveniência, seriam menos acessíveis a outros setores da sociedade, como retomaremos adiante.

Candido se demitiu junto a outros cerca de cinquenta companheiros de trabalho, por ocasião da venda da empresa e sua troca de comando, movimento liderado pelo então secretário-geral do jornal, o militante trotskista histórico Hermínio Sacchetta (RAMASSOTE, 2011, p. 65). Na contingência da escrita de um artigo por semana para o jornal enquanto preparava sua tese de livre-docência para o já mencionado concurso aberto em outubro de 1944 e que ocorreria entre julho e agosto de 1945, pode-se imaginar que nesse caso não apenas havia segurança profissional mas tarefas profissionais a demandar, naquele momento, uma dedicação exclusiva, o que favorecia a nobre tomada de posição. Embora reduzi-la a isso seja julgamento do tipo “impiedoso”, ao que este trabalho não se pretende. De qualquer maneira, defendida a tese, o crítico, consagrado justamente pela atividade acadêmica e conhecido pela intervenção cultural e retidão da postura, não tardaria em receber novo convite para assinar rodapés, sua volta se dando já em setembro de 1945, mês subsequente à realização do concurso perdido, em *O Diário de S. Paulo*, onde fica até fevereiro de 1947, quando passa a se dedicar a outros trabalhos, como a tese de doutorado e a encomenda do editor Martins.

Como se sabe, o caráter dos textos publicados no período por Candido, cuja mostra são aqueles reunidos no livro *Brigada ligeira*, demonstra um olhar que o autor procuraria superar, de “crítica ideológica”, buscando relacionar visão de mundo, interesse de classe e função histórica. Há mesmo uma interseção entre sociologia, crítica literária e política na obra, como discutiremos em seção do próximo capítulo destinada ao livro.²³

²³ Ramassote destaca a atenção dada nos rodapés assinados por Candido a livros de não-ficção relacionados à Revolução Russa e à figura de Trótski, bibliografia internacional que provavelmente chegava a ele via Paulo Emílio (como a própria posição socialista democrática trazida por este da Europa), no grupo de estudos do agrupamento político que discutiremos na próxima seção. O período desses rodapés, 1943, já era de certo

Em termos da atuação política de Candido que nos interessa aqui, vale indicar a transformação do caráter de *Clima*, inicialmente apolítica, para uma marcada tomada de posição. Quando de seu lançamento, *Clima* se propunha a ser uma revista da nova geração consagrada ao objetivo de facilitar o ingresso dela na vida cultural, afirmando assim seu valor perante às gerações mais velhas. Nesse sentido, aceitava-se de tudo em termos de posições ideológicas pessoais dos autores, inclusive fascistas, desde que a contribuição fosse “aproveitável e desinteressada”, de acordo com o programa firmado em seu “Manifesto” de apresentação (MESQUITA, 1941).

Em agosto de 1942, logo após o Brasil declarar guerra aos países do eixo, a revista publicou uma “Declaração” diferenciada, em que rompe a abstenção política que a caracterizava e que tanto incomodava Paulo Emílio, por exemplo (CANDIDO, 2011c, p. 255). *Clima* se declarava espirituosamente contra o fascismo, aproveitando para ligá-lo aos integralistas e também tentando desmascarar o Estado Novo pela sugestão da contradição interna do governo Vargas em passar a apoiar os aliados e a democracia externamente sendo internamente uma ditadura até então tida como simpática aos países autoritários do eixo. Além disso, defendiam-se da acusação de serem “comunistas”, em período que ainda era de grande perseguição no Brasil, e demarcavam com estes as suas diferenças, afirmando a superação das internacionais socialistas ou comunistas:

Temos a certeza de que a quinta coluna consciente ou inconsciente, diante desta nova posição enérgica, lançará mão de uma de suas armas favoritas: dizer que somos comunistas ou fomos manobrados pelos comunistas, como já foi feito por um outro professor da Faculdade de Direito, referindo-se ao comício promovido pelos estudantes de sua própria escola na Praça da Sé. Protestamos desde já, do fundo do nosso patriotismo, contra esta manobra desonesta, que consiste em caluniar os soldados brasileiros e apresentar problemas inatuais, para que a atenção do governo e do povo do Brasil seja desviada dos problemas atuais. Poderíamos, mesmo, acrescentar que, para nós, o socialismo ou o comunismo das internacionais numeradas é hoje uma questão historicamente ultrapassada, e que a admiração de todo o mundo pelo gigantesco esforço de guerra do povo russo nada tem a ver com marxismos, leninismos, trotskismos ou stalinismos acadêmicos (SALLES GOMES, 1942, p. 74).

relaxamento na perseguição do Estado Novo aos comunistas, uma vez que a conjuntura internacional mudara e Brasil e URSS eram aliados na guerra. De qualquer maneira, vale-se ter em mente também a subordinação de Candido como colunista do jornal a um diretor de redação que era militante trotskista, Hermínio Sachetta (que foi do rompimento com o PCB em 1938 ao abandono da IV Internacional em 1958), o que contribui para compreender tanto a abertura para se desviar da ficção e tratar de assuntos políticos polêmicos no rodapé quanto o tom ameno das referências ao socialismo soviético, criticado nos documentos de *Clima* de maneira leal mas dura. Críticas que só piorariam com a fundação do PSB e a concorrência partidária e que se expressam nos textos do próprio Candido na *Folha Socialista* e também nas referências a ele pela imprensa comunista, entre as quais estavam, segundo Dantas (2002b, p. 334), “pelegos intelectuais”, “inimigos do povo”, “trotskistas” e “hienas do capitalismo”, por exemplo.

Como veremos, no “Comentário” seguinte, de abril de 1943, quando a revista volta em edição comemorativa de dois anos de existência com seu número 12 após interrupção de meses, a demarcação com os comunistas será atenuada, bem como será afirmado o socialismo, porém independente, postura que parece ter avançado um pouco além da média dos membros do grupo, provocando incômodos, como confessa Candido (2011a, p. 258), neste caso cúmplice de Paulo Emílio, o portador das posições “avançadas”.

Ainda em 1943, a revista é convidada por Sérgio Milliet, um dos fundadores da Sociedade Brasileira dos Escritores, rebatizada depois de Associação Brasileira dos Escritores (ABDE), para compor a seção paulista da Associação. Esta fora fundada no mesmo ano, no Rio de Janeiro, e contava com nomes como Mário e Oswald de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e Astrojildo Pereira, além do próprio Milliet, e se insurgia contra as restrições à liberdade, como a de expressão, impostas pela ditadura do Estado Novo. Em 1945, a Associação realizaria em São Paulo seu primeiro Congresso, tido como uma das mais importantes manifestações públicas de oposição ao regime e um dos primeiros passos para sua queda e também para a formação da Esquerda Democrática (ED), que reuniu boa parte dos nomes citados, com exceção principalmente dos comunistas, que se aproximariam de Vargas no fim de seu regime de exceção, embora a política de união nacional com Vargas não representasse, como já foi mencionado, a posição de toda a militância do PCB e estivesse mais ligada à linha pensada por Prestes. O envolvimento de Candido na ABDE não foi lateral, vale destacar, até porque ele presidiu a seção paulista entre 1948 e 1949 (PEDROSA, 1994, p. 28).

Rompida a abstenção política, *Clima* voltaria a manifestar-se politicamente em abril de 1943, por ocasião de seus dois anos de existência. Trata-se do célebre “Comentário” já mencionado, redigido por Paulo Emílio, que passa da postura negativa do antifascismo, que pegara um pouco mal, para a proposição de uma terceira via alternativa ao capitalismo liberal estadunidense e ao capitalismo de estado soviético, orientada pela busca da síntese entre liberdade e igualdade, democracia e socialismo, o que para Candido significava “a definição de uma coisa totalmente nova no Brasil: a tentativa de construção de uma esquerda socialista, nem stalinista, nem trotskista, e sem a ortodoxia marxista” (CANDIDO *apud* PONTES, 1998, p. 123).

Passava-se, assim, de um “radicalismo de esquerda democrática” (*idem*, 2007, p. 151) para uma “posição socialista independente de base marxista” (*idem*, 2011, p. 258), que foi

importante na definição de uma certa plataforma política que muitos procurariam traduzir em ação, mas era flagrante passo além da posição política média dos membros da revista rumo às formulações originais que Paulo Emílio então tateava, seguido de perto por Candido, que assim define esse segundo documento:

Pode-se dizer que foi a definição do rumo seguido pela Redação nos números subsequentes, e que a partir daí alguns de nós procuraram traduzir em militância política, primeiro clandestina, até o fim do Estado Novo; depois, na legalidade. Com mais boa vontade do que capacidade, seja dito (*idem*, 2007, p. 152).

Como afirma Konder (2010, p. 76) a propósito de comentário ao pensamento de Marcuse, “os indivíduos que anseiam pela libertação e pela felicidade só se dispõem a lutar por seus ideais porque, na consciência, já são um pouco livres e um pouco felizes. Ninguém luta, de fato, por algo que não sabe o que é”. Como se nota pela categoria profissional mais mobilizada contra a restrição a liberdades de expressão no Estado Novo, a censura à liberdade de expressão afetava sobretudo aqueles que, pela própria condição de privilégio, tinham condições de exercê-la e eram impedidos de fazê-lo, donde o local privilegiado do intelectual acadêmico para pensar essas sínteses ou reconciliações entre socialismo e democracia e militância política e produção de conhecimento, já que os escritores não tinham uma garantia profissional e dependiam do sucesso no mercado. Estes, na verdade, precisavam de táticas para o sucesso, como no caso de Jorge Amado e sua relação *sui generis* com o PCB, de apoio mútuo, legitimidade intelectual e popular para o partido e mercado interno e externo para as obras do autor, como discute Ridenti (2010), o que evidentemente obrigava a algumas acomodações instrumentais de ambas as partes.

O período entre 1942 e 1943 é também de organização propriamente política de alguns dos membros da revista, em grupo de dimensões modestas, objeto da próxima seção. Esses membros são os que se envolveram mais diretamente com a discussão dos documentos e se encontravam de acordo com seu conteúdo, ou seja, o mentor Paulo Emílio, que passara a preconizar a posição socialista independente após o exílio na França, e seu “discípulo” Candido, para quem o amigo foi uma inspiração em termos de concepção política até o fim da vida. Trata-se aqui do já mencionado GRAP, de nome pomposo hoje já não se sabe se por megalomania ou piada, embora Candido assegure se tratar da segunda opção. Detenhamo-nos então um pouco sobre a gênese desse grupo, que se liga umbilicalmente à revista *Clima*, antes de seguirmos para a parte que foca as organizações propriamente políticas de que Candido fez parte, já que o GRAP não chegou a passar de um grupo de estudos.

Afirma Pontes (1998, p. 16), valendo-se de brilhante estudo de Williams (2011) sobre o Círculo Bloomsbury:

Como mostra Williams, a luta sistemática do Bloomsbury Group por reformas no nível das classes dirigentes, aliada a seu trabalho de educação e conscientização, nos primeiros decênios deste século, junto aos setores desprivilegiados da sociedade inglesa, não foi suficiente para romper com o sentimento de classe do grupo. Um persistente e nítido senso de fronteira entre as classes convivia com um sentimento muito forte de simpatia pelos mais pobres, vistos antes de tudo como vítimas do sistema.

Embora seja verdade que no geral o grupo, seguindo Pontes, tinha uma atuação em termos de consciência social marcada por uma “visão elitista, ainda que simpática, em relação às camadas menos favorecidas”, isso pode obscurecer particularidades da maior importância, já que a marca indelével deixada pelo grupo na cultura brasileira moderna também se fez presente, como se espera poder demonstrar com este trabalho, no âmbito da cultura e da ideologia política de esquerda, via contribuições de Paulo Emílio e Candido. Elas se deram justamente no enfrentamento às posturas de inserção passiva do povo na política pela tutela de conservadores ou populistas ou educação dos liberais, o contrário do que a avaliação do grupo como um todo neste momento pode sugerir, portanto. A reflexão sobre a própria posição e seus limites vai permitir, ao menos no que diz respeito a Candido, não recair nas armadilhas da própria classe, como a saída liberal e ilustrada de educação dos pobres. Esta saída é o que se lê nesta edição de *Clima*, por exemplo, que a pretexto de se defender de ser uma revista de e para a elite acaba por reproduzir certo vocabulário carregado de um preconceito que, ao menos no caso de Candido, já seria problematizado e superado em trabalhos da mesma época e nos anos seguintes, como se discutirá adiante:

O nosso profundo desejo, como o de toda gente digna, seria fazer uma obra largamente popular; seria atingir as nossas massas incultas e sofredoras, frente às quais o nosso sentimento é o da mais inteira fraternidade. Seria, ainda, interessar o homem médio, que se debate no Brasil entre as condições abafantes para o desenvolvimento de sua personalidade e da sua consciência social. Mas não estamos certos de que seja possível, no nosso país, realizar obra de verdadeira cultura, em relação a esses grupos. A tarefa junto a eles cabe mais propriamente aos higienistas e educadores, que os devem tirar, quer desse estado de sub-humanidade em que jazem, quer do círculo asfixiante dos subvalores em que se organizam as suas existências. A esses educadores e à pequena superestrutura intelectual com que podemos contar é que julgamos de bom aviso nos dirigir (*apud* PONTES, 1998, p. 116).

Um problema real estava posto, afinal ninguém questionaria o fato de que a cultura letrada não era acessível à maioria da população naquele período, que vivia em condições, se se quisesse assim, de subcidadania, pela exclusão do direito social da educação e da fruição da

cultura legitimada, como a que os membros de *Clima* produziam na universidade ou na imprensa. A solução, a “missão”, é que repõe o preconceito de classe, uma exteriorização da distância social incorporada, que para ser superada demandaria muita reflexão e formulação, e ainda assim permanecendo como tensão a perpassar pensamento e ações. A saída poucos anos depois já começará a ser outra, sem menosprezar a capacidade de agência e de atividade e luta dos dominados, como veremos.

Levando *Clima* para discussão na Universidade, Candido vai dividir a revista em duas fases que seriam quase duas revistas diferentes, em função da politização marcada pela tomada pública de posição política. Sobre essa periodização, afirma Pontes (*ibidem*, p. 121):

Que essa reorientação aconteceu, não há a menor dúvida. Mas isso não parece adequar-se à dimensão, ao peso e ao alcance atribuídos por Candido. De fato, mudou o perfil dos colaboradores: após a publicação dos manifestos “Declaração” e “Comentário” não houve mais espaço para quem sustentasse posições contrárias à democracia. Mas o perfil da revista permaneceu inalterado, visto que a sua organização temática e as suas seções principais – voltadas basicamente para o acompanhamento e a avaliação da produção cultural do período – continuaram as mesmas. Longe de existirem duas revistas, o que sobreveio foi uma irregularidade maior em termos de sua publicação, compensada por uma tentativa, esta sim clara, de torná-la mais ágil no seu último ano de existência, quando foram editados os seus quatro números finais.

Mais à frente, Pontes (*ibidem*, p. 122) vai sugerir uma explicação para esse suposto exagero:

A ênfase atribuída por Candido à reorientação ideológica de *Clima*, se não corresponde integralmente ao que sucedeu em suas páginas, corresponde sim à tentativa de traçar uma linha de continuidade entre a militância política que ele exerceu nos anos 40 e a que implementou, como intelectual já consagrado, a partir da década de 1960.

Se é verdade que Candido exagera a politização da revista, ao periodizá-la nessas duas fases, quando na verdade a diferença era de regularidade dos números e de dedicação exclusiva no primeiro ano para dificuldades diversas, inclusive financeiras, nos anos finais, como sustenta Pontes, por outro lado a linha de continuidade na militância é inegável, a despeito de não ser coerente, na verdade avançando justamente por viver as contradições e refletir sobre elas, buscando soluções originais para problemas e questões postos pela realidade brasileira para os quais não se havia pensado, ao menos do ponto de vista do intelectual acadêmico radical ou crítico e do militante socialista democrático. Entre a simples reprodução de disposições e o idealismo da ação política acima de determinações, existe a possibilidade, não livre de tensões e contradições, da progressiva reflexividade para o melhor aproveitamento possível da própria

posição segundo o sentido que se vise subjetivamente para a própria ação. Tal parece ser o caso de Candido, emblemático aliás nesse sentido.

Assim, a posição explicitada por intermédio dos documentos políticos “servirá mais como fonte de orientação para a militância política de Antonio Candido e principalmente de Paulo Emílio do que como matriz para a redefinição da revista” (*ibidem*, p. 123). Na verdade, apesar de terem sido escritos por Paulo Emílio, pode-se afirmar que serviram “principalmente” para Candido, que enfrentou na prática a contradição da posição de intelectual acadêmico e militante partidário e, mais do que isso, procurou refletir sobre isso e formular os termos dessas reconciliações, já que o colega Paulo Emílio abandonou a militância partidária antes mesmo de a ED se transformar em PSB. Como defende Candido (2011a, p. 269), Paulo Emílio teve como “função” “dar corpo à aspiração confusa de setores da nossa geração, sugerindo rumos que pautaram o comportamento de muita gente”: “Pessoalmente, digo que as preocupações políticas que me transmitiu na mocidade talvez continuem ainda hoje no centro das minhas reflexões”. A liderança “assistemática” de Paulo Emílio ainda se faria sentir nos dois agrupamentos efêmeros que são objetos de exame na próxima seção deste capítulo. Após isso, ele se dedicará integralmente à profissão, ficando as convicções políticas restritas à orientação de sua conduta individual.

2.3 Do Grupo Radical de Ação Popular à União Democrática Socialista

No fim de 1942, após já ter concluído a graduação e ter se tornado assistente da cadeira de Sociologia II, Candido se lançou, juntamente com Paulo Emílio, à fundação de seu primeiro grupo político-partidário, o GRAP, que se reunia na casa dele e de cujo nome “altissonante” ele próprio faria reservas na maturidade, afirmando que fora dado por “piada” (CANDIDO, 2011c, p. 260). O grupo, formado por ambos mais os estudantes da Faculdade de Direito Germinal Feijó e Antônio Costa Correia, que eram cunhados, o jornalista Paulo Zingg e o litógrafo austríaco e funcionário de livraria Eric Czaskes, funcionava mais como grupo de estudos sobre o marxismo do que qualquer outra coisa, tendo como consequência imediata mais restrita apenas a formação política de seus próprios quadros.

Trata-se de um grupo formado no interregno da “Declaração” (agosto de 1942) e do “Comentário” (abril de 1943) publicados em *Clima*, e cujo surgimento ajuda a iluminar reciprocamente o que se dava no momento no interior da própria revista. Isso porque o GRAP estreitava os laços entre os dois membros dela mais preocupados politicamente, como também lhes colocava no olho do furacão da agitação política da cidade na época, a Faculdade de Direito, em que Candido estudara até o último ano, sem contudo se formar. Eles passariam a

coexistir com liberais e o debate e demarcações com estes se fariam mais presentes, forçando-os a uma tomada de posição mais definida pelo socialismo no interior da oposição ao Estado Novo (e ao fascismo com o qual o associavam), ainda que isso pudesse causar estranheza a membros mais alheios a esses debates mais específicos, como se expressa na reserva de colegas de *Clima* ao documento de 1943, já indicada na seção anterior.

Entre 1943 e 1944, por intermédio de Costa Correia e Feijó, o GRAP se ligou à Frente de Resistência da Faculdade de Direito, onde havia um notável movimento estudantil de oposição ao Estado Novo, que realizou em 9 de novembro de 1943 uma famosa passeata no centro de São Paulo que seria fortemente reprimida pelo regime, com saldo de mortos, feridos e presos (DANTAS, 2002a, p. 58-59; HECKER, 1998, p. 66; CARONE, 1976b, p. 432; CANDIDO, 2007a, p. 102-103).²⁴ A Frente de Resistência era composta sobretudo de jovens liberais, sendo os membros do GRAP suas exceções. Apesar disso, teriam conseguido alguma influência nela, participando da redação do jornal clandestino *Resistência* e confirmando vocações socialistas de vários outros jovens, do que seria prova a participação de Paulo Emílio na redação do manifesto de abril de 1945 lançado pela Frente e o número desses jovens que viria a compor a futura União Democrática Socialista (UDS), após a ruptura entre liberais e socialistas, como aponta Candido (2011a, p. 261).

Como se sabe, o Estado Novo terminou em 1945. Buscando gerenciar a transição, Vargas promoveu a abertura com o ato adicional n. 9 já em 28 de fevereiro, fazendo ressurgir a vida partidária brasileira e criando dois partidos para sua futura sustentação política, um oligárquico e outro popular, Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), respectivamente (CARONE, 1976b, p. 451-452; *idem*, 1980, p. 383; *idem*, 1985, p. 295). Ainda no primeiro trimestre, seria estabelecida a liberdade de imprensa, a anistia e as eleições presidenciais. E em 28 de maio, como reação ao ressurgimento dos partidos estaduais vinculados à oligarquia opositora, Vargas decreta lei eleitoral que obrigou as agremiações brasileiras a se organizarem nacionalmente, o que pode ser considerado positivo pela modernização do sistema com partidos de caráter nacional, mas também criticável, pela falta de espontaneidade das convergências formadas, justamente por isso marcadas por rupturas e idas e vindas (CARONE, 1976a, p. 4; *idem*, 1985, p. 260-261).

Em 7 de abril foi fundada a União Democrática Nacional (UDN), resultado de articulações para formar uma vasta frente contra o Estado Novo e das quais participaram não apenas liberais e socialistas como os membros da Frente de Resistência, mas também

²⁴ O número exato de vítimas varia conforme a fonte, de um (Dantas) a dois mortos (Carone, Hecker, Candido) e de 23 (Carone, Hecker) a 25 feridos (Candido).

dissidentes comunistas, que discordavam da linha da já mencionada CNOP, que buscava então rearticular o PCB sob linha prestista. Entre eles, estavam por exemplo Caio Prado Jr. e Astrojildo Pereira. No processo de consolidação e nacionalização, a UDN provavelmente estabeleceu acordos que a levaram a assumir tendências mais à direita, ainda satisfazendo aos liberais mas não mais às expectativas dos socialistas. No caso dos socialistas que compunham a Frente de Resistência, começava-se a organizar, paralelamente, a fundação da UDS, que herdou onze dos vinte membros e suplentes da Comissão Executiva da Frente, uma vez findada a “ilusão unitária”, além de estudantes ou egressos da FFLC como Candido e Paulo Emílio.²⁵

A UDS teve vida curta, articulando-se por esforços sobretudo de Paulo Emílio, que redigiria seu manifesto com base naquele que escrevera anteriormente para a Frente, o qual é publicado em junho de 1945. Já em agosto, porém, formou-se no Rio de Janeiro a ED, com “liberais socializantes que não se ajeitaram na UDN, cristãos progressistas, alguns simpatizantes comunistas de periferia e socialistas independentes”, na avaliação de Vieira (2007, p. 175), a cuja adesão os membros da UDS se viam obrigados, pela falta de base, inclusive nacional, para os desafios de uma eventual disputa eleitoral (ver lei decretada por Vargas já mencionada). Houve nesse momento o afastamento do núcleo metalúrgico da UDS, descontente com a solução de compromisso, mais moderada, embora lideranças sindicais importantes, como João da Costa Pimenta, do sindicato dos gráficos, tenham permanecido na organização (*ibidem*, p. 175). Mas a própria ED não teria condições de disputar as eleições de acordo com a legislação vigente, fazendo acordo com a UDN para o lançamento de candidaturas proporcionais e apoio à sua candidatura majoritária, prática que atualmente se costuma dar o nome de “filiação democrática” e que não é completamente estranha, ao menos no âmbito do centro para a esquerda.

Apesar disso, a UDS é bastante significativa, pois é em torno dela que se organizaria o que se convencionou chamar de “seção paulista” do Partido Socialista Brasileiro, nome que a ED vai assumir a partir de meados de 1947, seção que não à toa é geralmente considerada o “agrupamento intelectual mais consistente do Partido”, como por exemplo por Alem (1988, p. 122). Em depoimento a Gustin (1995, p. 151), Candido afirmou que os egressos da UDS formariam uma espécie de “fração clandestina platônica”, que se reunia na casa dele, como nos tempos de GRAP, e era liderada por Eric Czaskes. Basta repararmos nas adesões que o agrupamento atraiu a partir das posições originalmente formuladas no âmbito do GRAP e que

²⁵ A fixação da data de fundação varia dependendo da fonte, indo de março (Carone), abril (Gustin) ou maio (Hecker), provável início informal da articulação e da redação do manifesto, que passaria por várias mãos antes da publicação, até junho (Pontes), sendo que o manifesto é formalmente datado deste último mês.

seus membros passavam a defender publicamente, entre os quais, além dos já referidos jovens da própria Frente de Resistência, Arnaldo Pedroso D’Horta, Azis Simão, Febus Gikovate e Fúlvio Abramo, alguns dos quais indicados como tendo histórico de militância anterior no Partido Socialista da década de 1930, dissolvido em 1937, o quarto de que se tem notícia.²⁶

Como afirmaria posteriormente Candido (2011a, p. 264), a UDS foi um “sonho curto”, interrompido pela necessidade de compromissos mais amplos e menos radicais. Isso porque, como ele próprio sistematizaria muito tempo depois, os agrupamentos políticos de base ideológica sofrem com a oscilação entre os momentos de pureza e radicalismo e os de tolerância e compromisso (*ibidem*, p. 269). O GRAP e depois a UDS foram, nesse sentido, momentos de radicalidade, e justamente por isso não atraíram nem mesmo todos os membros de *Clima*, por exemplo. A solução de compromisso da Frente de Resistência e depois da ED, ao contrário, sendo que a esta última adeririam também Décio e Lourival, mais moderados.

Mas: “É possível que a UDS tenha representado o ponto mais alto nas tentativas de Paulo Emílio para definir posições de socialismo independente, sem alianças táticas com agrupamentos liberais ou vagamente reformistas” (*ibidem*, p. 264). Como veremos adiante, com a consolidação da ED, Paulo Emílio tomaria a decisão drástica de pôr fim à sua militância político-partidária, justamente no momento em que se criavam condições de se passar do pequeno agrupamento de caráter eminentemente estudantil para a luta política por assim dizer madura. Não havendo ainda se estabelecido profissionalmente e já passando em 1946 dos trinta anos, deve ter pesado sobre sua escolha a possibilidade de especializar-se em cinema no estrangeiro, no caso na França e com bolsa do governo francês, onde ficaria pelos próximos oito anos. De volta ao Brasil com a especialização, ele pôde inserir-se, por intermédio de Candido (já então profissionalmente estabelecido), na docência e pesquisa na Universidade de São Paulo, primeiro ligado à Teoria Literária e Literatura Comparada e, posteriormente, à Escola de Comunicação e Artes. É possível cogitar que, sem seu exílio na França após a prisão em 1935, seu caminho pudesse ter sido outro, tanto na liderança do PCB, de cuja juventude fizera parte, ou mesmo na do PSB, na versão de políticos profissionais majoritários no núcleo carioca e também presentes em São Paulo na figura dos juristas, como era por exemplo Feijó, ex-colega de GRAP e UDS.

De qualquer maneira, a experiência do exílio, possibilitada pela origem social e a militância desprendida da juventude, viriam a lhe formar de maneira tal que suas próprias escolhas acadêmicas e formulações ideológicas originais, assim como o campo de atuação

²⁶ Mais adiante, retomarei esses antecedentes, fornecendo informações também sobre a terceira tentativa de partido socialista no Brasil, ainda não apresentada.

aberto e a coerência às ideias formuladas, fecharam-lhe as portas do caminho que os demais líderes de origem social privilegiada na média ou pequena burguesia poderiam aspirar com um diploma da Faculdade de Direito, por exemplo. É o caso, dentro do próprio PSB, de um João Mangabeira ou Hermes Lima, para citar os exemplos que chegaram mais longe profissionalmente na política, ocupando cargos de ministros de estado no governo João Goulart, ou mesmo do já mencionado Feijó, que se elegeria deputado estadual por duas legislaturas, em 1954 e 1958, compondo com o janismo dentro do partido, como se discutirá adiante. A esta altura, Paulo Emílio já notara que com um simples diploma de graduação em filosofia e firmes convicções socialistas democráticas ele dificilmente poderia depender profissionalmente da política, tendo de pensar na questão, ainda que por “facilidade” da “condição de classe”, para usar termos dele, isso tenha sido possível de ser feito de maneira um tanto quanto tardia.

2.4 Da Esquerda Democrática ao Partido Socialista Brasileiro

A ED, rebatizada depois de PSB, surgiu no Rio de Janeiro em agosto de 1945, congregando dissidências à esquerda da UDN que pretendiam a criação de um partido cujo liberalismo implícito na oposição democrática ao Estado Novo fosse mais político que econômico, o que segundo Vieira (2007, p. 178) estaria no centro da divergência entre dissidentes da ED e a UDN. Afinal, a ED era “democrática”, pela defesa das instituições e da legalidade democráticas, mas também de “esquerda”, pela defesa da função social da propriedade e de um programa de transformações econômicas com vistas à progressiva socialização dos meios de produção. Como nota Gustin (1995, p. 37) a respeito da constituição da nova agremiação, ela não é unívoca, nascendo a ED ao mesmo tempo do descontentamento nas fileiras liberais com as ambiguidades do liberalismo brasileiro e seu caráter meramente formal e ligado à antiga ordem social coronelista, e nas fileiras da esquerda com os rumos ditados pela hegemonia comunista, numa busca que será de combinação entre a liberdade de um e a igualdade de outro, ou das dimensões política e social da democracia, como explica Vieira (1995, p. 242).

A historiografia sobre o partido, que não é tão vasta, mostra-se unânime em assinalar que ele não chegou a ter relevância propriamente política no período em que existiu, seja como ED entre 1945 e 1946, seja como PSB, de 1947 até a extinção dos partidos políticos em 1965, posteriormente ao golpe que instauraria a ditadura civil-militar brasileira (CARONE, 1976b;

idem, 1985; ALEM, 1988; GUSTIN, 1995; VIEIRA, 1995; *idem*, 2007; HECKER, 1998).²⁷ Nesse sentido, o interesse por seu estudo reside, sobretudo, na “função renovadora e inovadora no plano ideológico” que ele cumpriu na história da esquerda brasileira, hegemônica no interregno democrático de 1945-1964 primeiramente pelo PCB e depois pelo PTB (SINGER, 1998, p. 9).

A originalidade ideológica do PSB se deu justamente no enfrentamento no discurso e na ação do desafio de reconciliar socialismo e democracia, tanto mais desafiador ao se dar em contexto periférico, o que não lhes parecia bem resolvido nem no comunismo de orientação soviética que o PCB representava, nem no populismo de herança varguista do PTB, ainda que o partido tenha aprendido a manter alianças táticas com um e com outro ou com ambos em momentos em que a realidade colocava a necessidade de unidade entre as esquerdas, como em Pernambuco ainda na década de 1950 e em nível nacional na de 1960. A propósito da relação entre socialismo e democracia, cujo debate não costuma avançar muito quando se parte de concepções mecanicistas, seja contra ou a favor da relação, é útil a ideia de Bobbio das “três hipóteses” para a relação entre socialismo e democracia serve, para marcar claramente a diferença entre os socialistas e seus adversários tanto liberais como comunistas. Assim Vieira (2007, p. 192-193) explica essa ideia:

Para alguns, como os liberais, esta relação é impossível, por ser a propriedade privada elemento essencial para a liberdade e a democracia. Para boa parte da cultura marxista que se desenvolveu, a relação é, ao contrário, necessária. Diante desta opção, teríamos que aceitar como democráticas as instituições do socialismo real, ou simplesmente negar que estávamos em face de experiências socialistas.

O que me pareceu importante, ao pesquisar os socialistas brasileiros, foi que não partiam de nenhuma das duas hipóteses anteriores. Para eles, a relação entre socialismo e democracia era possível e precisava ser construída. Para isso, era preciso combinar as lutas sociais com a institucionalização do processo democrático.

Se a preocupação dos jovens da UDS era a formação de um partido para lutar pela derrubada do Estado Novo e pela institucionalização da chamada democracia liberal ou “burguesa” no Brasil, por meio da qual as classes trabalhadoras manuais e intelectuais da cidade e do campo pudessem se aliar e lutar por sua emancipação em relação à dominação da classe proprietária dos meios de produção, chegando assim a uma “democracia sem classes” ou ao “socialismo”, pode-se dizer que o esforço foi relativamente bem-sucedido. É verdade que o

²⁷ As informações sobre a história da ED e do PSB têm como fontes basicamente esses trabalhos. Procurarei indicar as divergências encontradas entre eles quando for o caso, como tenho feito até aqui em relação a dados sobre outras questões.

partido teve pouca relevância política e eleitoral imediata, mas funcionou como uma espécie de “partido semente”, nos termos de Vieira (1995; 2007), que legou as bases para um projeto de cidadania que continua atual, pela preocupação de combinar as dimensões políticas e econômico-sociais da democracia (a liberdade e a igualdade, para lembrarmos dos termos anteriores dos jovens da UDS), além da luta para fazê-la valer, inclusive internamente ao partido (VIEIRA, 2007; GUSTIN; VIEIRA, 1995). Vale lembrar que, tanto em termos de ideias como de portadores delas, o PT seria tributário direto desse projeto, ainda que este tenha como diferença fundamental o próprio fato de ter encontrado outra “estrutura de escolha” e um “espaço do possível” já ampliado, aquilo com que não podia contar o PSB – mas em relação ao que este contribuiu, como defende Vieira (1995, p. 382).

A I Convenção Nacional da ED aconteceu em abril de 1946, no Rio de Janeiro, e nela foi adotado o dístico “Socialismo e Liberdade”, bem como o programa formulado pelo PSB-SP, ainda que a mudança de nome proposta pela delegação paulista tenha perdido, vencendo inicialmente o “Partido da Esquerda Democrática” (PED), reconhecido em agosto pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No ano seguinte, ocorreu a II Convenção Nacional da ED, em agosto, que entre outras coisas decidiu enfim pela mudança de nome para Partido Socialista Brasileiro, conforme nova proposta do PSB-SP. O novo nome, que já tinha um passado e era então utilizado por um outro pequeno agrupamento, foi cedido à ED, com incorporação a ela dos poucos membros remanescentes de seu antigo portador, que remonta ao partido socialista que existiu no Brasil no começo da década de 1930.²⁸

Em termos de programa, em 1947 basicamente ratificou-se o programa de 1946, cujos pontos essenciais são: busca de síntese entre experiência acumulada internacionalmente e aspirações próprias do povo brasileiro; superação das cisões que a filiação por assim dizer totêmica a grandes teóricos causava; reconhecimento das “conquistas democrático-liberais” como “patrimônio inalienável da humanidade”, ainda que insuficientes para a eliminação do regime econômico de exploração; liberdade de concepção filosófica da vida e credo religioso; aceitação dos processos democráticos de luta política; interesses comuns das classes que vivem do próprio trabalho, o que inclui trabalhadores da cidade e do campo, mas também funcionários

²⁸ Além do de 1947 e do da década de 1930, há notícias de pelo menos mais três partidos socialistas no país: um primeiro no começo da década de 1890, fundado por França e Silva, que tinha origem operária e chegou a publicar jornal, mas durou pouco, cerca de três anos (HECKER, 1988, p. 51; CARONE, 1976b, p. 432; *idem*, 1985, p. 312); um segundo em 1900, igualmente com origem operária (CARONE, 1976b, p. 432); um terceiro em 1925, fundado por Evaristo de Moraes, de origem pequeno-burguesa (MICELI, 1979, p. 230, p. 278; CARONE, 1976b, p. 432; *idem*, 1985, p. 312); já o da década de 1930 é referido pela bibliografia a respeito como de “composição fortemente tenentista” e “caracteristicamente pequeno-burguês” (HECKER, 1998, p. 52; CARONE, 1976b, p. 432; VIEIRA, 2007, p. 174).

públicos e profissionais liberais, por exemplo. A “única diferença substantiva” de um programa para o outro teria sido a questão do divórcio (VIEIRA, 173).²⁹

Como se sabe, começava a surgir no Brasil na década de 1940 um certo cristianismo progressista, por influência da chegada de ideias de religiosos franceses como Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Louis-Joseph Lebret, entre outros (LÖWY, 2000, p. 233-239). Esses religiosos foram cada um à sua maneira pioneiros em relação ao “aggiornamento” que a própria Igreja católica faria na década de 1960 com o Concílio Vaticano II.³⁰ Eles começavam já à época a fazer a cabeça de jovens brasileiros com as ideias de democracia cristã e cristianismo social ou de “economia humana”, influência que se estendia da política às ciências humanas. Paulo Emílio Salles Gomes (1986d, p. 84) voltara da França maravilhado com a renovação do catolicismo e saudava os “filhos brasileiros de Jacques Maritain e Georges Bernanos”, por exemplo. E Candido, como se discutirá melhor no capítulo seguinte por ocasião do livro *Os parceiros do Rio Bonito*, chegou a citar algumas vezes o padre Lebret em seus trabalhos e manteve com ele e seu movimento Economia e Humanismo uma relação de proximidade afetiva.

Com a volta atrás no programa mais liberal concebido inicialmente pelo PSB-SP, cedendo na questão do divórcio, o partido colocava em teste sua própria democracia interna: “Houvera protesto dos setores católicos contra esta permissão [do divórcio]. Constituído por grupos de origens diversas, o Partido Socialista Brasileiro buscava compor o espaço coletivo por meio do voto. Os que, a cada momento, constituíam maioria definiam os rumos” (VIEIRA, 2007, p. 173). Entre as lideranças, coube a Domingos Velasco expressar as resistências em nome da fé católica, com ameaças inclusive de deixar o partido (ALEM, 1988, p. 51).

Como já assinalado, o passo dos jovens da UDS de entrada na ED foi condizente com seu manifesto de 1945, que se propunha a marchar numa “grande cruzada democrática” em “unidade de ação”, ainda que com “independência” e “direito de crítica”, numa “frente única” das “forças democráticas” que pudesse contribuir com o objetivo imediato de derrubar Vargas e o posterior de consolidar a democracia liberal ou “burguesa” no país (SALLES GOMES, 1986c, p. 106-107). Como veremos adiante, o PSB-SP faria largo uso de sua independência e

²⁹ Provavelmente por conta de o programa emendado em 1947 ter mantido a data original de publicação, de abril de 1946, observam-se algumas confusões em relação às convenções, suas datas e deliberações. Alem (1988), por exemplo, chega a dar a mesma data para as duas convenções, coincidência que parece mais indício de equívoco, assim como considera a questão do divórcio resolvida na convenção de 1946, ao passo que Vieira (2007) localiza esse debate em 1947, ainda que ela alterne a data dessa segunda convenção entre abril, confusão com a primeira, e agosto, que parece ter sido propriamente a data correta, segundo também Hecker (1998).

³⁰ Sobre este, ver PASSOS; SANCHEZ, 2015.

direito de crítica, constituindo-se como o chamado núcleo ideológico ou “puro” da agremiação, enquanto o dos outros estados, como o do Rio de Janeiro, costumam ser referidos como moderados, práticos ou mesmo “eleitoralistas”:

Na formação da ED, no contraste entre o núcleo carioca e o paulista, já encontramos as duas tendências que irão marcar o debate interno do PSB. No Rio, a liderança fica com políticos de experiência parlamentar, juristas de profissão, formados na escola do socialismo trabalhista inglês de Lasky. Há poucas ligações com o movimento sindical e muitas restrições aos grupos de origem trotskista, como a Vanguarda Socialista. No grupo paulista, a direção política está com professores e estudantes sem experiência parlamentar, mas com prática de agitação política. Formaram seu pensamento numa escola de marxismo não dogmático, anti-stalinista. Ligaram-se com lideranças sindicais independentes do PCB ou PTB. Eram abertos ao diálogo com trotskistas ou ex-trotskistas, trabalhando em comum com a Vanguarda Socialista. Admiravam também os anarquistas (VIEIRA, 2007, p. 175).

Essa divisão típico-ideal, a despeito de ser do maior interesse, não deve obscurecer o fato de ter havido membros e lideranças dos dois tipos nos dois estados e mesmo casos em que a divisão se dava no próprio indivíduo, como em Antônio Costa Corrêa, que apesar de jurista tinha convicções ideológicas bastante firmes, sendo crítico ao mesmo tempo do excessivo pragmatismo dos políticos profissionais tanto quanto da acomodação dos intelectuais com a condição de pequenez do partido.

Essas observações remontam àquelas feitas por ocasião do afastamento partidário de Paulo Emílio. Enquanto o núcleo carioca era composto majoritariamente de juristas com aspirações políticas profissionais, atividades à época convergentes, o paulista era composto majoritariamente de militantes cidadãos nas horas vagas, que não tinham aspiração imediata de desempenhar profissionalmente atividades políticas, não só porque já se encontravam empregados, mas porque, ao menos no caso dos intelectuais da FFCL, a dedicação exclusiva e a desconfiança das consequências da submissão a um partido ou governo para a produção de conhecimento não ideológico tornavam a convergência problemática. Isso não deveria significar alheamento, evidentemente, mas assim era visto por muitos que censuravam a autonomia intelectual como “torre de marfim”, para usar termo de Salles Gomes (1986d, p. 95). A justa medida da combinação não estava dada, e Paulo Emílio, por exemplo, optaria por uma solução por assim dizer burguesa, de contentamento com a conduta individual coerente com os princípios defendidos, sem mais engajamentos em alguma organização de ação coletiva.³¹

³¹ Vale indicar que Paulo Emílio morreu antes da fundação do PT, e não se sabe qual teria sido sua posição a respeito, embora seja certo que teria sido chamado a tomar posição, uma vez que Candido assumira à época a tarefa de convidar intelectuais para figurarem como fundadores do partido, como Davi Lerer e o colega de *Clima*

Candido, diferentemente, permaneceu no PSB, ainda que afastado a partir de 1954 por razões que discutiremos adiante. Mas depois estaria na linha de frente da fundação do PT, procurando refletir no intervalo entre um e outro período sobre a “missão” do intelectual crítico ou radical no Brasil que se modernizava, com industrialização e urbanização.

A organização interna do PSB-SP era por núcleos de base formados por atividade profissional, bairro de residência ou local de trabalho, que na cidade de São Paulo em 1948 somavam nove, estrutura interna que perduraria até junho de 1951, quando nova lei federal obrigou os partidos a se adequarem à estrutura de diretórios locais hierarquicamente subordinado à direção municipal (HECKER, 1998, p. 92). Candido fazia parte do “Grupo Profissional n. 1”, composto de jornalistas, professores, escritores e artistas³² e responsável pela redação do jornal *Folha Socialista*, órgão de divulgação criado em 1947 e que teria direção de Candido e Arnaldo Pedroso D’Horta até 1950, com gerência editorial de Febus Gikovate até 1949, quando assume Fúlvio Abramo. A primeira fase, com Gikovate, é considerada a mais estável dentre todas, as outras três sendo a tentativa de massificação em 1950, a retomada do antigo modelo com direção de Costa Corrêa entre 1953-1954 e o retorno completamente diferente após as cisões e radicalizações do período entre 1959-1965, quando se dá a interrupção final.³³

Candido participava ativamente da vida interna do partido na condição de diretor do jornal, assim como de membro de seu núcleo de base. Em 1948, ficou a cargo, por exemplo, de um curso sobre o pensamento de Marx por ocasião do centenário do *Manifesto comunista* e do ciclo de palestras com intelectuais do partido que o grupo organizara a respeito (HECKER, 1998, p. 330; ALEM, 1988, p. 111). O grupo de professores, aliás, era geralmente chamado para dar cursos a outros grupos do partido (HECKER, 1998, p. 93), o que demonstra a

Antônio Branco Lefèvre, por exemplo, que no caso recusaram o convite (HECKER, 1998, p. 211; LEFÈVRE, 2016).

³² O “Grupo Profissional n. 2” era composto de médicos como Alípio Correia Neto e Febus Gikovate, para se ter uma ideia da centralidade das profissões liberais no partido, tanto as recentes, proeminentes no PSB-SP, como as tradicionais. Os outros núcleos eram por bairro (Centro, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana, Bela Vista) e locais de trabalho (*Jornal de São Paulo* e Hospital Nove de Julho), o que reafirma o caráter profissional e de classe do partido, ao menos no município de São Paulo.

³³ A crise da imprensa partidária parece não ter se restringido a SP, pois a *Vanguarda Socialista*, tornada órgão oficial do partido após adesão do grupo de Mário Pedrosa e sua doação da publicação ao partido em 1948, também encerrou suas atividades em 1950 (ALEM, 1988, p. 168), paralelamente ao esforço da *Folha Socialista* de se remodelar na esperança de assim poder se massificar, o que também é índice da maior importância dada ao debate de ideias e à “educação política” de parte do PSB-SP. No breve período em que conviveram antes de a *Vanguarda Socialista* se transformar em órgão oficial, os dois jornais mantiveram no geral uma relação de complementaridade que obedece à dialética localismo-cosmopolitismo: a *Folha Socialista* mais preocupada com reflexões sobre a matéria brasileira e a *Vanguarda Socialista* mais preocupada com a publicação de textos clássicos da tradição marxista e de documentos de partidos socialistas europeus (SINGER, 1998, p. 11).

centralidade da atividade de educação política para a seção de São Paulo: “Portanto, o cerne da mudança, nas palavras dos jovens socialistas, estava na educação, na transmissão das ideias, no trabalho dos intelectuais” (HECKER, 1998, p. 84).

Discutiremos mais adiante o quanto essa visão de “educação política” é contraditória e não propriamente original em relação à tradição liberal no Brasil, por exemplo. Ao colocar, ainda que formalmente, o proletariado no centro da luta pela emancipação, o partido se via obrigado a atingi-lo ou pelo menos a se dirigir a ele, já que pretendia ser seu instrumento partidário, ainda que o papel da classe média, que era a deles próprios, estivesse sendo tateado e fosse ganhando espaço menos tímido nas formulações. Tal era a contradição que paralisava o partido: “os socialistas acreditavam-se representantes do operariado supostamente revolucionário ao mesmo tempo em que se reconheciam como um partido de intelectuais e de classes médias” (HECKER, 1998, p. 98). Mas o partido não teria logrado essa conexão:

Faltou ao PSB, e isso pode ser estendido a todas as unidades estaduais, penetração nas camadas populares da sociedade, quanto mais especificamente entre o operariado. O Partido manteve-se ao longo do tempo como uma criatura disforme, cuja volumosa cabeça mal se sustentava em um corpo franzino de militantes. Estes, em boa parte eram escritores, pensadores, professores, profissionais liberais, artistas etc. (HECKER, 1998, p. 90).

Exemplo caricato de como o partido ainda não resolvera o que Candido aos poucos ia formulando foi a comemoração do 1º de maio de 1949, em que a pequena e média burguesia falava a si própria, mas dirigindo-se sempre aos “companheiros trabalhadores”, o que de resto parece se aplicar também à imprensa do partido:

O discurso estava fora de foco, pois falando às classes médias imaginava dirigir-se a proletários; buscando entender os trabalhadores, acreditava poder ensinar-lhes o caminho do despertar, da salvação. A partir daí, tal como o discurso, também o Partido desconcertou-se na busca de representação do operariado (*ibidem*, p. 228-229).

Tais eram as “angústias da representação” (*ibidem*, p. 254), que teremos oportunidade de discutir mais adiante. Faz parte da hipótese de Alem para a falta de sucesso do PSB o fato de, ao contrário dos congêneres europeus, o brasileiro não ter surgido da própria luta dos trabalhadores, vindo de fora para eles. O que, no caso brasileiro, significa também que o PSB teve de lidar com um PCB e um PTB já inseridos entre os trabalhadores, com suas formas centralizadas em figuras personalistas, tidas como mais adequadas à nossa formação social do que os princípios ideológicos ou programáticos impessoais dos quais os socialistas pretendiam convencer racionalmente todas as pessoas, prioritariamente os trabalhadores. Alem (1988, p. 21, p. 41) sustenta que a aproximação maior dos socialistas europeus com a classe média se deu

no século XX frente às mudanças como o crescimento do setor de serviços e a concorrência com os comunistas que então cresciam, os quais surgiram como dissidência do socialismo e não o contrário como aqui. Já Hecker (1998, p. 42) situa a aproximação em período anterior e original, defendendo que o próprio Marx já discutira essa convergência entre o partido “democrata”, da pequena burguesia, e o “social”, do proletariado, dando origem na França do século XIX ao próprio termo “socialdemocracia”, que ainda não ganhara a carga de sentido posterior à experiência da II Internacional.

De qualquer maneira, foi nas páginas do jornal *Folha Socialista* que surgiram alguns textos importantes de Candido sobre conduta e conjuntura, que serão tratados em seção do capítulo seguinte, bem como uma avaliação sobre o populismo que ajuda a iluminar a guinada do partido após a derrota na eleição de 1950, quando conseguiram votação pouco expressiva equivalente à do já combalido integralismo do Partido de Representação Popular (PRP), de Plínio Salgado. O momento era de recondução de Vargas à presidência por voto popular, o que causou profundo impacto nos socialistas e seu plano contra o Estado Novo e pela democratização do país. O cenário era de retorno de uma força que se pretendia enterrada, e o PSB-SP, seu principal opositor interno, teria de se haver com isso. Como defende Hecker (1998, p; 144), entre muitas avaliações partidárias rotineiras, destaca-se a lucidez de Candido:

Na contracorrente de seus pares, isoladamente, mas não carente de repercussão, Antonio Candido elaborou, no calor da hora em que os resultados vieram a público, uma crítica ao desempenho eleitoral socialista que em vez de congratular-se com vitórias inexistentes ou encontrar indícios de um futuro favorável em hipotéticos e precários eventos do presente, ou ainda condenar peremptoriamente a atuação partidária, procurava desvendar a natureza do processo político em transformação e reconhecer os possíveis caminhos para que o Partido encontrasse melhores condições de desenvolvimento. De certa forma, sob o título “Encarando o futuro”, a sua crítica apontava para a mudança de linha a que nos referimos acima, no sentido de que introduzia o populismo como elemento fundamental para entender a participação do socialismo na política brasileira, então em pleno desenvolvimento mas não considerado por outros analistas do Partido. Até aquele momento, as análises privilegiavam a ação burguesa repressora e a consequente intimidação do proletariado.

A partir daí, encerra-se o período por assim dizer mais idealista e otimista do PSB, ao menos em São Paulo. Sobrevirá um realismo político que buscará enfrentar a contradição populista por dentro, com disposição de compartilhar posições na estrutura do Estado. Isso leva à aliança com o populista Jânio Quadros na eleição municipal de 1953 e depois na estadual de 1954, vitórias que levaram lideranças partidárias para o governo e incharam o partido em São Paulo. A ideia era desconstruir o populismo por dentro, afinal a atuação parlamentar de Jânio

como vereador era próxima à de Cid Franco do PSB, e enxergava-se a possibilidade de atraí-lo para a causa do partido, afinal ele não tinha, ao menos naquele momento, lastro ideológico conservador. O tempo mostraria, no entanto, que quem se valeu dos socialistas para seu próprio projeto foi Jânio, alçado ao governo em 1954 utilizando-se sobretudo da estrutura partidária socialista no estado e, a partir daí, marginalizando esses aliados ao passo que compunha com as elites. A ruptura viria somente em 1959, quando um grupo de descontentes retoma a direção partidária e há cisão dos janistas, como o militante histórico do PSB-SP Alípio Correia Neto, que funda a dissidente Ação Democrática. É curioso notar como a tendência à adesão ou não a Jânio obedece àquela polarização entre o núcleo paulista e carioca que, como se disse, reproduzia-se em menor escala no interior do próprio PSB-SP:

Os que mais profundamente e por mais tempo se ajustaram não apenas às campanhas mas aos governos, no sentido de amalgamar pretensos projetos socialistas com ações janistas, foram Germinal Feijó, Rogê Ferreira, Wilson Rahal, Cory Porto Fernandes, Paulo Meinberg, Jair Carvalho Monteiro, João Caetano Álvares e Alípio Correia Neto, entre outros. Com exceção dos dois últimos, o grupo advinha da Faculdade de Direito e da oposição que ao Estado Novo se fez naquela escola. Muitos haviam sido colegas de classe do próprio Jânio Quadros. Quase todos exerceram a partir daí cargos ou funções importantes nos governos municipal ou estadual (*ibidem*, p. 157).

E sobre os desajustados:

No entanto, não houve cisões neste período, pois os militantes que se tornaram reticentes, a médio prazo, especialmente a partir de meados do mandato de governador de Jânio Quadros, - tais como Cid, Febus, Azis Simão, Fúlvio, Aristides Lobo, Costa Corrêa, Plínio – não abandonaram o Partido. Eles se mantiveram relativamente afastados na esperança de uma mudança por dentro, o que veio a ocorrer no fim da década, quando o “esquema” janista, pretendendo alcançar a altura federal, abriu grandes brechas entre seus aliados de São Paulo (*ibidem*, p. 159).

Em 1960, o PSB deixou de aventuras e nadou com a corrente mais progressista, apoiando a aliança Lott-Jango de PSD-PTB, assim como o fez também o PCB, uma vez que era a alternativa eleitoral viável mais à esquerda. Como se vê, a alternativa era entre um e outro tipo de populismo, o “velho” de Vargas, a despeito de renovado à esquerda com Jango, e o “novo”, de Jânio, liderança forjada com apoio inicial decisivo dos socialistas e sua estrutura partidária na cidade e depois no estado de São Paulo. Ou seja, o populismo foi a grande sombra da experiência política do PSB e não à toa tema frequente das reflexões mais propriamente políticas de Candido no período, como se discutirá oportunamente no próximo capítulo.

3 A teoria: textos e diagnósticos (1943-1954)

Seguindo a linha de trabalho apresentada no capítulo introdutório, agora é hora de nos debruçarmos sobre os textos mais substantivos de Candido publicados no período de interesse da pesquisa, buscando extrair deles elementos do diagnóstico que o autor procurou compor sobre sua época. Orientado para a emancipação dos dominados, seu diagnóstico evidencia as barreiras para tanto, o passado colonial e escravista como impedimento para a formação de uma nação de cidadãos livres e iguais frente a um funcionamento impessoal, situação de nação formada em que, tal como na Europa, esperava-se que os dominados poderiam se associar em organizações coletivas como sindicatos e partidos para lutar politicamente pelos próprios interesses e pela realização da dimensão também social da democracia, por exemplo, e não apenas política. Em contexto de formação incompleta, a própria dimensão política da democracia havia de ser construída.

Apenas para fins de explicitação de pressupostos ao eventual leitor, vale uma discussão prévia sobre o chamado campo teórico crítico, uma vez que estamos constantemente recorrendo a termos de seu vocabulário e a raciocínios que lhe são próprios. Campo teórico para o qual, aliás (assim como para o campo ideológico da esquerda, discutido no capítulo anterior), defende-se que Candido tenha contribuído de maneira relevante, senão decisiva.

Candido foi um intelectual que, no exercício de seu ofício no Brasil, tanto como sociólogo quanto como crítico literário, esteve pioneiramente à altura do chamado campo teórico crítico em sentido amplo, já que em sentido restrito este ainda não havia chegado ao país, quando do começo de sua atuação intelectual a partir dos anos 1940.

Quando me refiro a campo teórico crítico em sentido amplo, penso basicamente na definição primeira de Horkheimer, de acordo com o qual “produz teoria crítica todo aquele que desenvolve seu trabalho teórico a partir da obra de Marx” (NOBRE, 2004, p. 22). Mas não se trata aqui, evidentemente, de qualquer marxismo. Poderíamos refiná-lo com o filtro de “marxismo ocidental”,³⁴ o qual surgiu na Europa central e ocidental na década de 1920 como um pensamento filosófico e político marxista que se opunha ao marxismo dominante difundido internacionalmente pelo Estado soviético e suas sucursais, que eram os Partidos Comunistas dos diversos países ao redor do mundo, o brasileiro incluído. Em especial, esse novo marxismo rejeitava as pretensões a uma ciência geral ao mesmo tempo da sociedade e da natureza, em prol de uma teoria apenas da sociedade atenta aos fenômenos propriamente humanos, como da

³⁴ Sobre este, ver Jacoby, 2001.

consciência e da subjetividade, dando maior espaço para o tema da cultura e seu papel de formação ou deformação da consciência social, da qual dependia, afinal, a ação transformadora orientada da realidade, entendida sem mecanicismos ou determinismos.

Nesse sentido, uma das premissas dessa tradição intelectual apontadas por Musse (1995) é a da “reversibilidade entre análise literária e análise social”, ligada à já mencionada fórmula lukacsiana da relação entre processo social e forma literária, de acordo com a qual os problemas sociais se cristalizariam nas formas e o estudo histórico destas pode revelar o andamento concreto daqueles. Isso nos remete ao modelo crítico da economia política de Marx, no qual Horkheimer teria buscado os princípios fundamentais de sua teoria crítica em sentido restrito, a saber: a orientação para a emancipação e, mais do que isso, o comportamento crítico que ela engendra em relação não só ao modo de organização social que impede tal objetivo mas também em relação ao conhecimento tal como produzido no interior dele, que não deve ser por isso descartado, mas corrigido em suas insuficiências à luz dessa historicização.

Ainda que intuitivamente, já que não poderia dispor dessa bibliografia alemã no tempo real das publicações originais, Candido procedeu segundo esses princípios restritos de Horkheimer. Mas, pela diferença da matéria de que tratou, evidentemente não poderia chegar ao mesmo diagnóstico que seus contemporâneos alemães, às voltas no centro do capitalismo com a mudança do modo de produção para a fase monopolista, a complexificação da estratificação social com maior integração de parcela da classe trabalhadora e a repressão aos movimentos sociais organizados característicos do período nazi-fascista na Alemanha, que impunham um bloqueio, ainda que conjuntural naquele momento, às possibilidades de emancipação. Ainda que não alheio a tudo isso, o momento de nosso capitalismo seria diverso, assim como seus bloqueios e possibilidades de emancipação, o que caberia investigar para descobrir.

Outra diferença importante da matéria tratada é que ela, ao contrário da europeia, não dispunha da mesma organização e do mesmo estoque em termos de produção de conhecimento local (os estudos desinteressados em humanidades, como vimos, datam de meados da década de 1930 no Brasil). Não havia, como para Marx, o acúmulo precursor do chamado “socialismo utópico”, orientado para a emancipação das dominações mas com soluções abstratas pela ausência de diagnóstico da sociedade concreta, nem da economia política, que buscava um diagnóstico da sociedade concreta mas sem historicização e com a pretensão de neutralidade frente às dominações vigentes, sem compreender que sua teoria era também uma atitude frente a estas. É claro que Candido buscou valorizar na tradição ensaística o equivalente a uns e outros,

que a uma tradição crítica caberia sintetizar (a recuperação de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre ou Sílvio Romero, por um lado, e a dos autores retomados sob a denominação de “radicalismo” ou “tradição radical”, por outro, parecem-me exemplos nesse sentido).

Do ponto de vista de uma teoria crítica brasileira, no entanto, era necessário e urgente também a própria realização de pesquisas empíricas para formar um estoque de dados sobre a realidade brasileira, para posterior compreensão crítica e ação transformadora. O que, como Candido logo percebeu, era tarefa para a FFCL, que possuía liberdade de pesquisa e no interior da qual houve o deslocamento de eixo das pesquisas para a perspectiva dos dominados e, portanto, das barreiras que se impunham entre eles e o horizonte desejável do ponto de vista de sua emancipação. E aqui entra um segundo sistema conceitual distinto no qual Candido pode ser inserido, além do marxismo ocidental ou da teoria crítica já mencionados: a tradição do “pensamento nacional”.

De acordo com Musse (1995), há “três fontes” que conformariam os fundamentos teóricos que teriam orientado a atuação intelectual de Candido, a saber: a primeira geração modernista, o ensaísmo histórico-sociológico das décadas de 1930 e 1940 e a experiência universitária.³⁵ Em comum a elas, a redescoberta e o interesse pelo país, em sua especificidade em relação ao resto do mundo, buscada sobretudo no passado colonial e na herança escravista, que a despeito de ser obra já do capitalismo comercial adquiria feição diferente das sociedades europeias, por exemplo sem trabalho livre e instituições impessoais. Estas condições da sociedade europeia permitiam que nela os críticos da ideologia pudessem denunciar o não cumprimento da promessa liberal de liberdade e igualdade no capitalismo, tanto mais que o progresso técnico já permitia seu cumprimento. Aqui, o diagnóstico sobre a natureza do mercado capitalista era outro, orientado para o mercado externo e com uma ampla faixa da população interna à margem dos centros urbanos e seu estilo de vida, situação que estava aquém do próprio liberalismo como ideologia.

³⁵ Posteriormente, em palestras, Musse chamaria atenção para o papel do outro sistema conceitual, o marxismo, como espécie de quarta “fonte”, responsável por amalgamar as outras três e dar sentido ao engajamento do autor como intelectual, com exemplo da militância política inclusive partidária etc. É preciso notar, contudo, que tal engajamento não deve ser confundido com a união entre teoria e prática de Lukács, por exemplo, estando a meio caminho dela e da “distância prudente entre a orientação para a emancipação e a ação direta” de Horkheimer, que não tinha participação ideológica ou partidária. Nesse sentido, então, Candido parece conceber teoria e prática não como uma mesma coisa mas uma como momento da outra como coisas diferentes que podem inclusive entrar em contradição, como se a perspectiva da emancipação fosse o momento de prática da teoria para que essa mesma teoria pudesse depois ser incorporada também como um momento da prática transformadora e assim por diante, engendrando o círculo virtuoso da práxis, sem subjugação nem autonomização dessas “duas extremidades da corrente da práxis”, para usar os termos de Konder (2010, p. 22).

O prognóstico que deriva desse diagnóstico era de incorporação dessa população marginalizada de um modo ou de outro pelo avanço globalizante do modo de produção capitalista, como vemos por exemplo em *Os parceiros do Rio Bonito* na ideia de fim inevitável da cultura caipira, mas era responsabilidade da sociedade brasileira decidir se esse processo se daria ativa ou passivamente e se efetiva ou marginalmente, incluídas na ideia de sociedade brasileira essas próprias populações atingidas, às quais deveriam ser facultadas opções de integração que lhes permitissem conservar os traços desejados da própria cultura.

Se é verdade que Candido compartilhava da perspectiva da emancipação de Marx e admirava sua crítica do capitalismo a ponto de, por exemplo, ter resolvido estudar sociologia por achar que ela lhe ensinaria mais sobre socialismo, na prática a experiência universitária com os professores da missão francesa o desencorajaria de aderir acriticamente a modas teóricas europeias em prol do estudo da realidade brasileira. E é aí que a dupla filiação, ao marxismo ocidental e à tradição de pensamento nacional, faz do autor um “momento particularmente feliz” da tradição intelectual brasileira: o esforço de pensar a realidade local como ela era, mas sem abrir mão do instrumental incorporado de fora que permitiria medir a distância entre essa realidade e a emancipação possível e desejável, é o que na visão de Musse (1995) levaria o autor à descoberta da célebre dialética do localismo e do cosmopolitismo como lei geral da vida cultural brasileira, não como pressuposto, mas como resultado da análise.

Assim como levaria, poderíamos acrescentar, à valorização da orientação para a emancipação no pensamento nacional ainda que sem a referência a Marx, já que esta começaria a ser usada de maneira propriamente crítica e não ideológica, para o autor, apenas com Caio Prado na década de 1940. Não por acaso considerado o primeiro “marxista brasileiro”, na formulação de Ricupero (1998), que faz a distinção entre um “marxista do Brasil” e um “marxista verdadeiramente brasileiro”, Prado Jr. procedeu pioneiramente nesse sentido, retendo do marxismo o que importa, o método de investigação da realidade para sua transformação, e o fundindo com a realidade brasileira, recusando assim as atitudes então em voga, de “aplicação” (que abstrai a teoria da realidade) e “adaptação” (que tende à descaracterização da teoria), e proporcionando com isso a possibilidade de teoria marxista e realidade brasileira se transformarem mutuamente, ou seja, de a primeira poder receber contribuições a partir de seu confronto com o Brasil e de a segunda poder ser compreendida também por meio também da investigação de abordagem marxista.

Naturalmente, não se trata aqui de reconstruir as discussões travadas em cada um dos textos e obras que serão abordados a seguir. Ao contrário, pretende-se recuperar deles, de

maneira interessada, exatamente aquilo que permite articular o diagnóstico de época pressuposto por Candido nesses trabalhos e que fundamenta sua atuação política tanto teórica quanto prática. Com isso, espera-se não apenas resgatar e compreender uma plataforma de ação de uma parcela dos agentes sociais e políticos da história do país com importantes desdobramentos posteriores, mas inclusive ensinar uma discussão sobre sua validade para os problemas postos pelo presente, quando a própria ideia de “missão” do intelectual público, tal como formulada por Candido, parece ter caído em desuso, por razões que já extrapolam o âmbito desta pesquisa.

A despeito de extensa e ativa participação na vida pública brasileira, desde a resistência à ditadura do Estado Novo na década de 1940 até a fundação do PT depois da redemocratização da década de 1980, Candido pouco teorizou, no entanto, sobre a política em sentido mais estrito (lembramos que para ele ser socialista estava para além disso, como concepção integral). Por essa razão, o pensamento mais propriamente político do autor não ocupa espaço de vulto em sua vasta bibliografia, apesar de perpassá-la como um todo, enquanto questão mais geral e de fundo. Trata-se, como se sabe, da preocupação imediata do autor com a formação de uma nação moderna à europeia no Brasil, ou seja, o amadurecimento da nação e consequente substituição dos referenciais de sentido externos por internos, nas mais variadas esferas de atividade, como a literária com a formação do sistema literário e a econômica, com a criação do mercado interno e a industrialização. Em especial, a preocupação em relação aos obstáculos que as especificidades de nosso passado colonial poderiam opor à democracia como caminho que abre perspectivas futuras de autoemancipação dos dominados, pelo potencial da liberdade de expressão e de organização política e do sufrágio universal etc.

Uma característica que chama a atenção nesses escritos considerados mais políticos de Candido é a preocupação quase onipresente do autor com a função política específica que poderia caber a intelectuais e artistas dentro do novo modelo de produção cultural especializado, como o moderno regime de trabalho acadêmico trazido pelos professores estrangeiros, no caso da USP, com seus critérios específicos e relativamente autônomo frente às injunções governamentais ou partidárias, ao que ele não se opunha, por levar à quebra do monopólio da ortodoxia do PCB no caso do marxismo, por exemplo, mas era atento aos riscos do isolamento disciplinar. Mais especificamente, Candido parece preocupar-se com o papel possível que intelectuais e artistas comprometidos com a democratização com horizonte emancipatório no país poderiam desempenhar, além do papel ordinário de cidadãos.

3.1 *Brigada ligeira*

Primeiro livro de Candido, *Brigada ligeira* reúne dezoito textos escritos originalmente para seu rodapé de crítica literária na *Folha da Manhã*, entre janeiro de 1943, quando assumiu as “Notas de crítica literária” do jornal, até 1945, ocasião da publicação da obra, em fins do primeiro semestre, e também de seu pedido de demissão do jornal, caso já mencionado no capítulo anterior.

As dezoito notas “ligeiras” mobilizadas nessa “brigada” exploratória do romance modernista brasileiro viriam a compor dez ensaios, que cobrem desde a produção da primeira geração, como Oswald de Andrade; até os contemporâneos do crítico em estreia na primeira metade da década de 1940, como Ciro dos Anjos, Fernando Sabino e Clarice Lispector; passando pela geração intermediária de 1930, como Jorge Amado, José Lins do Rego e Érico Veríssimo.

Segundo Ramassote (2011, p. 60),

Apreendidos na sequência em que foram dispostos, os artigos de *Brigada ligeira* revelam um duplo encadeamento: de um lado, uma reflexão sobre a prosa modernista brasileira; de outro, uma análise sociológica das transformações sociais – a dinâmica de classes, os impasses dos intelectuais e o realinhamento ideológico – pelas quais o país passou no decurso das décadas de 1920, 1930 e 1940. Subvertendo a ordem cronológica em que os rodapés foram publicados, a entrada das análises, em minha opinião, foi concebida de modo a formar um panorama do romance modernista nesse período – bastante apropriado, aliás, tendo em vista as pretensões do crítico em relação ao concurso da Cadeira de Literatura Brasileira. Conjugando exame das características internas dos livros avaliados (traços estilísticos, construção dos personagens, composição e técnica narrativa) e comentários analíticos sobre as modificações de ordem econômica, social e ideológica do período em curso, Candido institui uma linha de continuidade entre as obras, na qual a prosa de ficção procurava seu lugar em meio à crescente especialização do trabalho intelectual.

O caráter “ligeiro” da abordagem imposta pelas limitações do jornalismo e acusado desde o título era motivo de grande incômodo para o autor, que no prefácio à primeira edição da obra já manifestava o desejo de superá-lo em direção a uma “crítica mais trabalhada e profunda, liberta das limitações de rodapé” (CANDIDO, 2004e, p. 9). Tratava-se do anseio do então assistente da cadeira de Sociologia II da FFCL de profissionalizar-se como crítico acadêmico e não como sociólogo, podendo assim deixar a crítica de circunstância. A desejada migração institucional, contudo, ainda demoraria mais de uma década para se concretizar, ante o resultado negativo e controverso do já mencionado concurso de 1945.

A despeito da característica e não rara exagerada modéstia do autor, que o leva a assinalar a despreensão da obra, *Brigada ligeira* é um livro do maior interesse não só histórico

ou biográfico mas também teórico, como buscarei desenvolver nesta seção. Do ponto de vista mais conjuntural da trajetória do autor no seu tempo, parece correta a avaliação de Ramassote (*ibidem*, p. 55), de acordo com a qual “o livro de estreia de Candido traduz com precisão a justaposição entre crítica literária, sociologia e política no centro de seu projeto intelectual, bem como a redefinição das posições assumidas por ele até o momento”. De um ponto de vista mais transcendental e de permanência, avalia Ramassote (*ibidem*, p. 65):

Elaborados [os rodapés escritos por Candido no período] numa etapa de indefinição profissional, em que se entrelaçam o ativismo político e as atribuições da Cadeira de Sociologia II, esses escritos instauram uma série de princípios analíticos, adesões ideológicas, predileções estéticas e intersecções disciplinares. Constituem, assim, um quadro de referências e reflexões que, em suas linhas gerais, se projeta pelo restante da produção intelectual do autor, mesmo que de modo atenuado, reformulado ou então subentendido.

Os achados que discutiremos a partir de agora se orientam então pela dupla constatação de que uma das preocupações justapostas em seu projeto intelectual do período era a política, tanto quanto a sociologia ou a crítica literária, e de que os princípios analíticos e adesões ideológicas do seu então incipiente ativismo político constituíram o quadro de referências e reflexões que em linhas gerais, ainda que transformado, projetou-se pelo restante de sua trajetória e produção. Trocando em miúdos, procurarei adiante destacar os elementos propriamente políticos e ideológicos que emergem dos artigos reunidos no livro e como eles se ligam ao diagnóstico e à plataforma de ação formulados por Candido que, se se notabilizou politicamente com a participação na fundação do PT em 1980, já começara a se constituir muito antes, ao longo da década de 1940, não livre de contradições.

Os textos de *Brigada ligeira* são: “Estouro e libertação”, refundição dos rodapés de 8 e 15 de agosto e 24 de outubro de 1943, que tematizam a obra romanesca de Oswald de Andrade até então, por ocasião do lançamento do primeiro volume de *Marco zero* naquele ano; “O romance da nostalgia burguesa”, refundição dos rodapés de 16 e 23 de janeiro de 1944, que tematizam o romance *A quadragésima porta*, de José Geraldo Vieira, por ocasião de seu lançamento no ano anterior; “Poesia, documento e história”, refundição dos rodapés de 7, 10 e 17 de outubro de 1943, que tematizam a obra romanesca de Jorge Amado até então, por ocasião do lançamento de *Terras do sem fim* naquele ano; “Um romancista da decadência”, rodapé de 30 de janeiro de 1944, que tematiza o romance *Fogo morto*, de José Lins do Rego, por ocasião de seu lançamento no ano anterior; “Romance popular”, refundição dos rodapés de 4, 11 e 18 de fevereiro de 1943, que tematizam o romance *O resto é silêncio*, de Érico Veríssimo, por ocasião de seu lançamento naquele ano; “Estratégia”, rodapé de 2 de maio de 1943, que

tematiza o romance *O amanuense Belmiro*, publicado por Ciro dos Anjos em 1937, por ocasião da “quinta ou sexta” releitura da obra por parte do crítico; “Roda de peru”, rodapé de 18 de junho de 1944 que tematiza a “linha dos romances introspectivos”, por ocasião do lançamento da novela *A marca*, de Fernando Sabino, naquele ano; “Uma tentativa de renovação”; refundição dos rodapés de 25 de junho e 16 de julho de 1944, que tematizam o romance *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector, por ocasião de seu lançamento no ano anterior; “Surrealismo no Brasil”, rodapé de 5 de março de 1944, que tematiza o romance *O agressor*, de Rosário Fusco, por ocasião de seu lançamento no ano anterior; “Paixão dos valores”, rodapé de 13 de fevereiro de 1944, que tematiza o romance *Monsieur Ouine*, do francês Georges Bernanos, então exilado no país, onde acabara lançando a obra, no ano anterior.

Podemos dizer que, em termos de diagnóstico, o que salta aos olhos é a caracterização da estratificação social brasileira, as características específicas das classes dominantes e dominadas do país, bem como da incipiente classe intermediária composta de funcionários públicos, intelectuais, artistas e pequenos comerciantes. Essa é uma caracterização importante, uma vez que a emancipação visada pelo autor tem na classe o grupo social central, embora uma leitura contemporânea possa extrapolar tal categoria.

Sobre a burguesia brasileira, Candido destaca o caráter frágil da base de sua dominação quando comparada à burguesia industrial europeia. Isso a levaria, afirma o autor, a compensar a insegurança pela autoafirmação exagerada na vida espiritual, ou seja, com a reafirmação das modas europeias, ainda que em descompasso com a vida da nação, para a qual essa classe dominante virava as costas e a qual, portanto, desconhecia.

É o que vemos, por exemplo, em “O romance da nostalgia burguesa”, rodapé que analisa a obra *A quadragésima porta*, de José Geraldo Vieira. Segundo o crítico, ela teria algum valor literário em termos de estrutura, mas mesmo nesta, pensando na caracterização alegórica das personagens e na abstração dos elementos ou aspectos de época, haveria influências negativas da função do livro, vinculada a exprimir a consciência de uma burguesia alheia às transformações então em curso no país na década de 1930:

A quadragésima porta me parece exprimir algumas das atitudes e estados de espírito de certa burguesia litorânea, que pesaram decisivamente na orientação política, artística e literária do Brasil, no período que vai do Encilhamento ao *crack* de 1929. Que se nutria de valores europeus e considerava o país – no qual se sentia despaisada – como uma linha pontilhada ao longo da costa, apoiando-se na enorme massa de uma terra exótica, de que lhe falavam os contos de Afonso Arinos. Que tinha vocação do cosmopolitismo e o culto da viagem à Europa, donde importava tudo, desde o leite condensado e a manteiga suíça. O livro de José Geraldo Vieira é o mais brilhante sintoma e,

porventura, a suprema afirmação literária dessa classe sem consistência efetiva, em equilíbrio instável sobre uma economia semicolonial, marginalizada culturalmente por um desejo doentio de participar, custasse o que custasse, das radiações do Ocidente europeu (CANDIDO, 2004g, p. 29-30).

E mais adiante, recusando o caráter “ecumênico” pretendido pelo romance, já que segundo o crítico não o era nem em sentido horizontal (entre povos) nem vertical (entre classes):

É o romance de uma classe, a alta burguesia internacionalizada, dotada, graças aos recursos materiais, de grande mobilidade no espaço, e dos clientes que lhe servem de satélites: artistas, intelectuais, servidores. O povo permanece significativamente ausente deste livro que ambiciona as fronteiras do ecúmeno, só aparecendo nas pessoas dos apaniguados: funcionários, empregados, domésticos. A única figura semipopular pela origem e pela conduta, que alcança certa independência e recebe bilhete de ingresso para uma das quarenta portas, abertas somente à elite, é o pequeno proprietário Cesário, pintado sob os aspectos do usurário, falsário, grosseirão, a contrastar com a bela alma sensível e as virtudes teologais dos donos do Mogadouro (*ibidem*, p. 34).

Nessas passagens, resta claro que sem uma nação formada, a elite que dispõe dos recursos materiais das exportações de matéria-prima se relaciona econômica e culturalmente com o centro capitalista, não havendo fora de sua órbita alternativas legítimas de sobrevivência; a classe média de funcionários ou intelectuais e artistas, sem um Estado moderno e sem uma vida cultural autônoma, dependem dessa elite; do mesmo modo, os homens livres dependem do que depois de Candido seria trabalhado na chave da relação de “favor”, como em seu discípulo Roberto Schwarz. Note-se também o caráter “internacionalizado” dessa burguesia, que já antecipava elementos de crítica antes mesmo da emergência da utopia nacional-desenvolvimentista da união de classes da nação para o desenvolvimento autônomo dela.

É nesse rodapé que Candido vai afirmar o que considerava “uma das tarefas mais importantes da literatura”, que como discutiremos adiante ganha centralidade no diagnóstico de invisibilização do povo e da realidade do país na cultura pela importação ou cópia do alimento ao espírito: trata-se da “abertura de possibilidades, de vias de expressão que, se afastando de uma dada rotina, violentam-na de certo modo e afirmam mais decididamente alguns aspectos do espírito, da sensibilidade ou do mundo, antes aprisionados pela estreiteza da convenção literária” (*ibidem*, p. 37-38).

Essa tarefa da literatura, que por óbvio não se realiza sozinha e precisa dos homens e mulheres de literatura, seria dificultada no Brasil por uma estreiteza convencional de nossas elites: “As elites brasileiras são singularmente exigentes. Talvez por não terem base sólida em terreno algum, compensam o que têm de relativo por uma consciência exagerada da própria

dignidade. Daí o inapelável dos seus julgamentos da moda literária” (*ibidem*, p. 63). Tal é a avaliação do crítico em “O romancista popular”, rodapé em que defende Érico Veríssimo, por ocasião do lançamento do livro *O resto é silêncio*, como um bom romancista, a despeito do que afirmavam os meios eruditos, que não o valorizavam porque o autor gaúcho fazia “romance de costumes” e a moda europeia era o “romance psicológico”. À crítica contra a popularidade do autor, como se denotasse baixo nível literário, o crítico responde: “Se me disserem que isso dá vulgaridade a Érico Veríssimo, eu responderei que não entendo literatura em que não haja um escritor suficientemente popular para, sem quebra de nível, desempenhar junto ao povo o papel social que incumbe à arte” (CANDIDO, 2004h, p. 71). E em outra passagem:

Num país em que as elites de toda espécie se separam decididamente do povo, é incalculável o alcance de uma obra de valor que se torna acessível a ele. Que lhe apresenta produções harmoniosas e inteligentes, em que ele possa ir buscar elementos para uma compreensão mais elevada da vida. É claro que um autor sozinho não pode realizar esta tarefa enorme. Que contribua para ela, sem descer de nível artístico, além de ser motivo para respeito é garantia de mérito (*ibidem*, p. 67).

O trecho acima é de juventude e de rodapé de jornal, de modo que seu pensamento nem estava completamente consolidado em termos de trajetória nem tinha tempo para maturar-se para publicação mesmo como jovem, de modo que se deve priorizar mais o espírito do que a letra. Isso porque o trecho acima pode dar a impressão de via de mão única entre intelectual e povo, ao modo da solução liberal de “educação do povo”. Essa contradição ronda a obra do autor e está presente também, como vimos, nas instituições de que participou, como o PSB, e a qual, em alguma medida, constitui-se como uma disposição de classe, se quisermos assim, embora a reflexão sobre a própria posição sempre fizesse o autor conscientemente recusar essa alternativa de reprodução das assimetrias entre a própria classe privilegiada e os desprivilegiados em geral. Por isso, essas contradições às vezes convivem num mesmo texto, como se observa quando Candido se refere à recusa de Veríssimo de participar do “espírito de panelinha” dos meios eruditos da capital:

Vive exclusivamente para a sua obra, que é a sua profissão, com honestidade e com boa vontade. Mora sossegado na sua província, e não foi para a capital buscar emprego nem consagração. O seu encanto vem muito deste aspecto provinciano, a que raramente se resignam os intelectuais e que contribui certamente para a sua simplicidade, para a naturalidade quase familiar das suas relações com os leitores. De certo modo foi este afastamento dos grandes centros literários que lhe permitiu a atitude desassombrada de escritor para o povo, escritor acessível que exprime por princípio uma certa ordem de ideias e sentimentos de que o povo, o seu povo, possa participar (*ibidem*, p. 66).

Como afirma Candido,

O valor, digamos quase didático desta obra, vem de que a sua preocupação é dar consistência artística à agitação humana vista em conjunto e em detalhe. A visão de conjunto da vida do homem leva Érico Veríssimo a um sentimento de fraternidade que, através da sua simpatia criadora, lhe permite fazer dela um retrato verdadeiro, mas sem amargura (*ibidem*, p. 67-68).

Esse sentimento de fraternidade, um reconhecer-se como membro igual de um grupo de indivíduos com destino comum, essa simpatia ou empatia criadora, de levar em conta o ponto de vista dos outros membros da comunidade situados inclusive em outros subgrupos, e que permite ao escritor oferecer com uma obra um retrato verdadeiro da realidade vivida por seu povo e que serve para as criações culturais não apenas imaginativas mas também conceituais, pode implicar pesquisa em sentido estrito, mas significa antes de tudo, para a criação literária, essa fraternidade, um respeito moral, uma convivência como iguais, como se discutirá com mais detalhe no capítulo seguinte.

Em “Estratégia”, relendo *O amanuense Belmiro*, de Ciro dos Anjos, Candido defende que ele é um dos maiores “estrategistas” da literatura brasileira da época, dominada em sua maior parte por escritores “táticos”, considerando a tipologia de Valéry aplicada ao contexto nacional pelo crítico Almeida Salles (que lembra a tipologia do “aventureiro” e do “trabalhador” de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, pela oposição entre a “força impulsiva do talento” e o “domínio vagaroso, mas seguro, dos recursos de sua arte”). Nesse rodapé será novamente trazida à tona a tensa relação entre a elite insegura da própria dominação e sua disposição de cooptar intelectuais que dificilmente, como Veríssimo, conseguiam manter alguma independência:

E assim, Ciro dos Anjos nos leva a pensar no destino do intelectual na sociedade, que até aqui tem movido uma conspiração geral para belmirisá-lo, para confiná-lo nas esferas em que o seu pensamento, absorto nas donzelas Arabelas, nas Vilas Caraíbas do passado, na autocontemplação, não apresenta virulência alguma que possa pôr diretamente em xeque a ela, sociedade organizada. Criando-lhe condições de vida mais ou menos abafantes, explorando metodicamente os seus complexos e cacoetes, os poderosos deste mundo só o deixam em paz quando ele se expande nos campos geralmente inofensivos da literatura personalista, ou quando entra reverente no seu séquito. Coisas em que a gente se põe a matutar, quando vê aquele Belmiro tão inteligente e tão sensível, solidamente mantido em paz pela magreza de seu ordenado de amanuense, e perfeitamente desfibrado pela prática cotidiana da introspecção (costume muito estimável, segundo o cânone). Ou aquele Silviano cheio de seiva, que é reduzido a não deixar transbordar senão a sua retórica, uma vez que aceitou como valor eterno uma filosofia que lhe aconselha a blague, cômoda para os negócios públicos, da autoperfeição pela ascese intelectual” (CANDIDO, 2004b, p. 78).

Em “Surrealismo no Brasil”, Candido avança na problematização da dominação da classe dominante em nível global, sem adotar visões fatalistas e deterministas, de que as contradições do capitalismo levariam ao socialismo, por exemplo, pois surge o elemento do fascismo, como reação ideológica conservadora. No rodapé, ele defende que Fusco, no recém-lançado *O agressor*, é hábil no manejo das técnicas surrealistas, mas ao não as assimilar ao elemento ou aspecto de época local ele não faz criação verdadeira propriamente dita, mas exercício, porque o critério da criação para o crítico é a capacidade de assimilar a forma ou as técnicas cosmopolitas e aplicá-las à matéria local ativamente e com discernimento dos deslocamentos que esta impõe. Como a matéria local não era propícia, poderia haver surrealismo no Brasil apenas por “contágio”, e não pelo “amadurecimento” das condições históricas e sociais para tanto:

Como a cultura não consiste apenas num movimento de amadurecimento, mas também de contágio, o Brasil participou de certo modo da crise aludida. E, sobretudo, fez gosto em importar os sintomas tal e qual os encontramos pela Europa. Daí a atitude surrealista ser, entre nós, nas suas raras manifestações ortodoxas, apenas uma atitude. O que há de fecundo e de permanente nas pesquisas do Surrealismo francês, encontramos-lo nos nossos grandes poetas, diluído na realidade mais autônoma da sua poesia. Realidade que não se nutriu apenas de uma dada atitude do espírito, mas de muitas – Surrealismo e Dadaísmo franceses, Expressionismo alemão, Imagismo anglo-americano – filtradas e incorporadas à nossa própria realidade espiritual. No livro de Rosário Fusco não encontro esse processo de assimilação, mas sim um mecanicismo mais simples de adoção de valores literários, uma tentativa de transplantar a planta estrangeira para a terra pátria. Onde o caráter de exercício, de composição literária que o livro assume. Exercício feito com inteligência e com engenho, que nos prende pela sua qualidade superior, mas exercício, variação que não se apresenta integrada na nossa experiência brasileira: superfetação, numa palavra. Isso, me parece claro, porque a atitude intelectual de Rosário Fusco, neste livro, é das tais que não levam à criação verdadeira, porque não representam uma problemática vital para a inteligência brasileira. No Brasil, o Surrealismo, além de ginástica mental, só poder ser compreendido como uma contribuição técnica, nunca como uma concepção geral do pensamento e da literatura, à maneira por que é cabível na Europa (CANDIDO, 2004j, p. 97).

Fazendo paralelo velado com o fascismo, Candido afirma o movimento como uma “tendência irracionalista constante do espírito ocidental desde os fins do século XVIII, do movimento rosa-cruzista ao Surrealismo, passando por Swedenborg, Blake, o Espiritismo, a Teosofia, o Simbolismo, as diferentes filosofias anti-intelectualistas”, que correria paralela à “crise desse espírito, desintegrado pelo individualismo burguês e, em seguida, pela crise do capitalismo” (*ibidem*, p. 96).

Visto como “índice de uma crise de evolução na história intelectual do Ocidente”, o surrealismo seria a resposta reacionária, que ante a incapacidade de racionalizar a dominação existente no capitalismo em sua fase posterior à consolidação do poder da burguesia recusa a própria razão, constituindo-se como anti-intelectualismo. É nesse sentido que arremata o crítico: “Como disse acima, o super-realismo representa um dos momentos agudos da crise da consciência burguesa, desvairada ante o divórcio cada vez mais pronunciado entre as suas ideologias e a sua significação social” (*ibidem*, p. 99). Caberia ao intelectual radical a crítica dessa ideologia e a disputa na batalha das ideias por valores igualitários e racionalistas, em oposição aos burgueses e também aos reacionários que disputavam a solução futura da crise da civilização burguesa, suposta pelo autor nesse e em outros textos do período, como veremos no próximo rodapé.

É no último texto reunido no livro que a questão dos valores ganha centralidade, na esteira da discussão anterior. Em “Paixão dos valores” (paixão no sentido cristão do termo, diga-se), Candido aborda o recém-lançado *Monsieur Ouine*, livro de Georges Bernanos, francês então exilado no Brasil, e defende que se trata de um “romance de padecimento, de paixão dos valores”, no caso os da sociedade burguesa em crise. O crítico vai sustentar que os momentos de paixão dos valores, no sentido cristão de seu padecimento fatal, são os momentos de valores já estranhados mas ainda não substituídos, e portanto de busca tateante da sociedade por valores novos, o que se justifica com a polarização da década de 1930 e o conflito mundial da Segunda Guerra, com os desfechos possivelmente revolucionário ou reacionário à sociedade burguesa postos na mesa.

Candido constrói um esquema sobre o que poderíamos chamar de ciclo vital dos valores:

Como as pessoas, os valores, que são ideias, nascem, padecem sorte vária e morrem. Sua raiz é modesta e comum. As necessidades elementares da vida individual, projetando-se na vida coletiva, se sublimam em normas. Estas, desfeita a placenta que as nutre, se apresentam como valores autônomos, eternos, universais. Em torno deles se constroem as ideologias, proliferam outros valores, forma-se o tecido das ilusões caras à existência. As instituições vicejam à sua sombra e a conduta se organiza segundo a sua diretriz (CANDIDO, 2004c, p. 101).

Apesar disso, o processo não é refletido e consciente, possibilidade aberta em conjuntura de crise de valores:

Mas nem todos têm consciência disso, - de que as coisas em que creram e segundo as quais viveram andam soltas, fora dos quadros, apodrecendo, sem que outras as substituam. Num mundo de valores sadios e vigorosos, o comum dos mortais não precisa ter consciência deles, pois que são a própria consciência cristalizada do comum dos mortais. A consciência generalizada

dos valores indica a sua fragilidade. Tornar os homens conscientes de valores frágeis e desfeitos é semear o desnorteio e precipitar a convulsão (*ibidem*, p. 103).

Esse diagnóstico do caráter da sociedade burguesa em geral, e da tibieza da classe dominante local e suas investidas de cooptação contra a classe intermediária, faz da orientação para a ação dos indivíduos desta última classe contribuir para a generalizada tomada de consciência da crise de valores, como forma de substituir a sociedade burguesa, e de maneira progressista e não reacionária, embora o termo “convulsão” aí seja tomado de empréstimo do romance analisado e do papel de seu herói, cujo nome dá título ao livro. Como veremos mais adiante, Candido têm ressalvas quanto às expectativas de ruptura com a tradição, o que o faz problematizar a imagem corrente de “revolução” no interior da esquerda sobretudo marxista, por exemplo, principalmente em casos de sociedade moderna com democracia liberal instituída.

Enfim, temos aí uma ideia geral do diagnóstico, do prognóstico e da orientação possível para a ação de um determinado grupo social orientado pela emancipação frente a essa realidade diagnosticada. Há no livro outros textos magistrais ou premonitórios, como a análise do romance introspectivo na chave dos “romances de adolescência” em “Roda de peru”, ou a crítica do livro de estreia de Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem*, em “Uma tentativa de renovação”. Eles, entretanto, dizem menos respeito ao nosso problema, razão pela qual os deixaremos de lado. Passemos agora ao texto mais significativo em termos das orientações para uma plataforma de ação da classe média de intelectuais e artistas, ou seja, para nosso problema, da maneira como a esboçou prematuramente Candido.

Em “Poesia, documento e história”, Candido discute o lugar do recém-lançado *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, no conjunto da obra do autor publicado até então e dos romances brasileiros daquela geração. Para ele, o então recém-lançado romance de Amado seria sua obra-prima, por combinar tendências anteriores do autor, para o documento ou para a poesia, que sozinhas eram insuficientes para fazer dele um bom romancista, pois faltava-lhe trabalho de composição. Já com *Terras do sem fim* ele realizaria o que antes lhe era apenas potencial, tornando-se assim, na opinião do crítico, a maior expressão dos romancistas brasileiros dos anos 1930, na vertente considerada por ele mais avançada, o romance do Nordeste.

Esquemáticamente, o ensaio pode ser reconstruído em três momentos: as considerações preliminares que o autor tece sobre as relações entre a forma romance e o contexto histórico brasileiro da época, o exame do conjunto da obra de Jorge Amado até aquele momento e a avaliação propriamente do romance recém-lançado, que era sua pauta como “crítico militante”,

como se chamavam à época os críticos das novidades contemporâneas nas artes, termo que hoje pode se prestar a mal-entendidos por eventual conotação de ativismo político ou partidário.

A espécie de prelúdio à análise da obra de Amado é do maior interesse, pois nele Candido sugere que o romance brasileiro só teria mesmo começado, em certo sentido, com o enfrentamento, pelos romancistas dos anos 1930, da grande contradição da sociedade brasileira, a dualidade cultural entre os “tipos de existência” do interior e do litoral, tese dos dois brasis tão cara ao pensamento social brasileiro desde pelo menos Euclides da Cunha. Para ele, em função da inspiração marxista, essa dualidade tendia de um modo ou de outro a ser resolvida econômica e socialmente, mas a literatura havia tido o mérito de antecipar o problema, permitindo à sociedade a possibilidade de conduzir essa resolução, em vez de lhe ir a reboque. Primeiro, o romance dos anos 1930 teria lembrado a existência do homem rural como motivo de arte, postura marcada pelo distanciamento, passando depois, com o romance do Nordeste, ao tratamento da massa rural como fator de arte, em virtude da aproximação com esse povo que se tornava, em razão do próprio movimento histórico, uma massa proletária mais próxima:

Neste momento, pouco antes de 1930, e se integrando na mesma corrente popular que acentuou por um momento o *rosa burguês da revolução*, surgiu o chamado romance do Nordeste. Surgiu e se colocou, pela primeira vez na literatura nacional, como um movimento de integração ao patrimônio de nossa cultura da sensibilidade e da existência do povo, não mais tomado como objeto de contemplação estética, mas de realidade rica e viva, criadora de poesia e de ação, a reclamar o seu lugar na nacionalidade e na arte, que, neste momento, tocava o ponto vivo de sua *missão* no Brasil. Há sempre para ela um papel a desempenhar, e feliz quando consegue fazê-lo. Estava *procedendo à descoberta e à consequente valorização do povo; ligando-o, portanto, ao nosso patrimônio estético e ético, num magnífico trabalho de preparo ao aspecto político da questão*, por que ainda esperamos (CANDIDO, 2004d, p. 42, grifos meus).

O fenômeno é, para Candido, de “desburguesamento” dos escritores, que ainda faziam “romance de classe”, afinal eram ou se tornavam burgueses com o ofício, mas que com essa passagem de tratamento do povo deixavam de fazer “romance para a classe”, ou seja, para satisfação da burguesia litorânea atenta à Europa e ignorante do próprio país. Escreveram nesse espírito, segundo Candido, Graciliano Ramos, Octavio de Faria, Rachel de Queiroz, Ciro dos Anjos. Essa nova atitude literária teria sido importante sobretudo como “espécie de preparo do terreno para a integração das massas na vida do país”, que seria a “qualidade civilizadora” do romance em nossa cultura, mas que por si só não resolveria completamente a questão, apenas favorecendo o estabelecimento de uma democracia política no país, restando a luta política pela dimensão social da democracia em aberto, a ser travada no interior da primeira e com tanto maiores chances conforme essas “massas” estivessem integradas como cidadãs.

Entrando no exame do conjunto da obra de Amado, Candido vai sustentar que seria possível interpretá-la segundo uma “dialética da poesia e do documento”, classificando em seguida os romances do autor segundo esse critério: cronologicamente, *Cacau* e *Suor* penderiam para o documento, *Jubiabá* e *Mar morto*, para a poesia, *Capitães da areia*, novamente para o documento, e *Terras do sem fim*, enfim, como solução desse movimento dialético em “romance histórico”. Candido define o que entende por documento e poesia da seguinte maneira: encarado do ângulo documentário, o romance é asserção e informação e corre o risco do conjuntural; do ângulo da poesia é ambientação e tende ao atemporal. A discussão do tema poético do amor, um sentimento humano, permite a Candido problematizar o caráter de “deformação”, no “sentido artístico”, dos sentimentos de ricos e pobres descritos e poetizados por Amado, estilização que seria “inevitável e necessária”, e que nenhuma empatia ou conhecimento de outro grupo social da parte dele seriam capazes de atenuar.

A combinação da dupla tendência anterior entre documento e poesia em romance histórico leva Candido a compará-lo ao romance social ou proletário que Amado almejava escrever, mostrando como o enfraquecimento doutrinário da nova perspectiva valia pelo enriquecimento em universalidade e humanidade que, desse modo, sua arte alcançava:

Tornando-se histórico, o romance de Jorge Amado deixou de ser romance proletário para adquirir um significado mais extenso. A história tem essa faculdade de, remontando a corrente do tempo, alargar o nosso panorama, ampliando a nossa compreensão [...]

Através do documento, o autor percebera a espoliação de uma classe; através da poesia, sentira seu valor e o seu significado; através da história, que reúne espoliados e espoliadores numa relação de perspectiva, alargou a todos os homens a sua simpatia artística. O que resulta, porventura, num enfraquecimento doutrinário, se considerarmos o caráter de luta da obra do autor, mas que importa em enriquecimento de sua arte e da compreensão humana (*ibidem*, p. 51-52).

Com a extensão da simpatia criadora do artista não apenas a explorados mas também a exploradores, no sentido lógico e psicológico (de compreensão) e não moral (de justificação), fugia-se aos esquematismos e demagogismos anteriores, superando a aparência de mensagem radical do conteúdo para uma radicalidade sustentada na forma.

A conclusão do ensaio volta-se para o romance em pauta, discutindo a origem do título, vindo de *Mar morto*, para examinar seu significado, que seria de um outro mundo em que valeria a lei do mais forte, constituindo a luta da concorrência capitalista aberta o drama nuclear do livro. Com o emprego da técnica da aproximação progressiva, já se podia perceber a presença do “artista consciente e senhor de sua matéria”, um amadurecimento formal que

permitia falar num “estilo de Jorge Amado”. Com isso, Candido fecha a reflexão do ensaio retomando a tese de que, por essas razões de evolução na composição, o livro seria o clássico do autor que, por sua vez, com a publicação dele se tornava a “culminância de toda uma linha da ficção brasileira”, a do romance do Nordeste dentro da geração de 1930, como já se assinalou anteriormente.

3.2 *O método crítico de Sílvio Romero*

No capítulo anterior, tivemos a oportunidade de situar *O método crítico de Sílvio Romero* em seu contexto de idealização e concretização, bem como de posterior publicação. A respeito desta última, vale notar de saída o incômodo do autor, de tendência ensaística, com o aspecto de “tese universitária” do trabalho, “a sua construção um tanto rígida, a delimitação insistente do objeto, a relativa minúcia da investigação e até o uso da primeira pessoa do plural” (CANDIDO, 2006, p. 11).

A recusa de sua imediata publicação estava ligada à esperança do autor de voltar ao texto, a fim de torná-lo mais “abrangente”, tomando como objeto não apenas o método romeriano de crítica em literatura, mas também os “demais aspectos da obra crítica” do autor, o que de fato faz mais sentido, se pensarmos que Romero foi um crítico que se pretendia da cultura em geral, e não apenas da literatura. A fragmentação característica do trabalho especializado, contudo, é mais presente no discurso de Candido sobre o próprio trabalho do que nos resultados deste. Se é fato que ele mantém o foco da análise sobre o método do crítico em literatura, por outro não se furta a relacioná-lo ao trabalho crítico mais geral, ao seu “criticismo”, de modo que é compreensível que os dezesseis anos que se passaram entre a defesa e a decisão de publicá-lo tenham tornado o resultado menos “insatisfatório” aos olhos de Candido e lhe permitido fazê-lo sem alterações substanciais.

Acrescentemos a essa consideração preliminar os dois motivos para publicação explicitados pelo próprio autor no prefácio à obra. O primeiro deles, acadêmico, consiste em aproveitar o momento, que considerava de “revisão das ideias críticas” e que corresponde à ascensão do estruturalismo formalista na Europa e nos EUA, para alertar sobre os riscos das importações teóricas e dos dogmatismos a que elas podem levar quando não bem digeridas (*ibidem*, p. 12-13). O segundo, pessoal, serve para “marcar o ponto de partida das posições críticas” a que tinha chegado Candido após contato com certas influências inglesas e estadunidenses, como de T.S. Eliot e do *new criticism*, e a “verificação prática da insuficiência dos pontos de vista” iniciais do crítico, que eram inspirados no predecessor, com o determinismo de fundo naturalista deslocado para um outro de fundo sócio-econômico de

inspiração marxista.³⁶ Se pensarmos nos rodapés escritos por Candido no período anterior à tese de livre-docência, cujo livro *Brigada ligeira* é uma boa amostra em termos de prosa, o movimento analítico parece mesmo ser o de examinar a obra de um autor à luz da classe social de pertencimento e em termos da elaboração formal dos valores dela e seus desdobramentos políticos para o futuro do processo social nacional. Em termos de poesia, Ramassote (2011) sustenta que os julgamentos de Candido eram ainda mais deterministas, o que teria pesado para a seleção de *Brigada ligeira* se concentrar em romances. Mais uma vez, seguindo Romero: a poesia era o objeto central do antecessor, que a considerava, no lugar da filosofia, como forma por excelência de atividade do espírito no Brasil, capaz de expressar as verdadeiras tradições populares nacionais, como o folclore. Voltaremos adiante à importância para Candido do programa de pesquisa de Romero sobre o folclore.

De certo modo, pode-se dizer que o estudo de Candido sobre Romero segue um movimento inspirado no modo de proceder de seu próprio objeto, para quem o centro da crítica era descrever para julgar o valor, e o critério para este julgamento era “funcional-utilitário”, de avaliação do “caráter representativo do escritor e sua função no processo de desenvolvimento cultural” do país (*ibidem*, p. 82). Senão, vejamos (com substituição de raça ou etnia por classe social):

Parece-nos que semelhante movimento não estará sem correspondência nem coincide ocasionalmente com as primeiras tentativas da burguesia de tomar a si a direção econômica e política da nação [...] O movimento intelectual e científico significava, no campo da cultura, o mesmo processo de rompimento com a autoridade tradicional e o mesmo desejo de afirmação nova e livre. O movimento crítico do Recife, que floresceu desde 1868 ou 1869, e que repercutiu imediatamente no Ceará, logo seguido por fenômenos semelhantes no Sul, foi a primeira manifestação orgânica e flagrante do processo de aburguesamento refletindo-se nas esferas mentais. Foi a primeira expressão coerente, no campo literário e filosófico, de uma ideologia burguesa no Brasil (*ibidem*, p. 200-201).

³⁶ Em nota ao livro em discussão, há referência ao marxismo dentro das correntes deterministas em estudo de literatura, mais especificamente como determinismo “sociológico”, reducionismo ligado à ortodoxia soviética (a referência é a Plekhanov) que o próprio autor buscava superar, sem recusa ou rompimento com a tradição intelectual, ainda que ele não faça da discussão teórica uma questão central em sua atividade crítica, de maneira coerente com seu projeto de negação de toda prática que levasse ao que chama de “periferismo” em análise literária, ou seja, de foco analítico no que é acessório em literatura, cuja centralidade deve ser a obra. Além disso, há certa convergência entre o naturalismo e certa vertente evolucionista de socialismo que remonta às obras de Engels e do movimento da II Internacional. Candido teve contato com ambas em seu período de juventude, nas leituras de Romero feitas por meio da coleção Brasileira incentivada pelo pai e no contato com as referências socialistas do círculo de Teresina, como o marxismo com toque evolucionista que ocorria entre os reformistas. O próprio Candido (2007a, p. 59) chama a atenção para certa convergência entre o diagnóstico de inviabilidade do socialismo no Brasil daquele tempo para Romero e Piccarolo, por exemplo.

Em Candido, no entanto, além do deslocamento para a classe social e a ideologia no âmbito das condicionantes externas, nota-se também o surgimento de um outro plano analítico, solidário a este primeiro: o da validade da contribuição teórica da obra em si em face da contemporaneidade. De fato, o primeiro e o último capítulo dão relevo aos condicionantes externos, do estado da arte encontrado por Romero e das condições históricas do momento, cabendo aos outros quatro uma análise de obras representativas de cada uma das três fases encontradas por Candido na análise da trajetória do crítico: de acadêmico de direito no Recife aos 18 anos, em 1869, até fixar residência na capital do império e conquistar a cadeira de filosofia do Colégio Pedro II, respectivamente em 1879 e 1880 (primeira fase, de formação crítica e do arcabouço de sua atividade intelectual); daí até 1888 (segunda fase, de desenvolvimento natural das diretrizes de sua obra crítica traçadas na fase anterior); a partir de 1888 (terceira fase, de preocupações sobretudo políticas e filosóficas). Acrescente-se a eles um outro capítulo, o quinto, de sistematização e julgamento do método crítico de Romero em face das concepções consideradas mais adequadas por Candido no momento em que escrevia.

Sobre este, vale dizer que Candido aceita o determinismo objetivo/científico em literatura, mas afirma que ele deve ser literário em vez de naturalista ou sociológico (“determinismo literário” para o qual o condicionante central é arranjo da obra e os elementos que o compõem), do mesmo modo que aceita a ideia do julgamento de valor da crítica para além da mera descrição, mas segundo critérios propriamente literários e não externos ou tomados a outras disciplinas, como o caráter representativo do autor, mais para a sociologia ou o que ele vai chamar de “crítica etno-cultural”. Para Candido, Romero seria o fundador da moderna crítica literária brasileira por sua “visão filosófica”, ou seja, pela aplicação pioneira do método histórico e o determinismo que a ideia de causalidade e a quebra da metafísica implicaram para as ciências humanas, chegando ao estudo de literatura. Com isso, à luz de uma filosofia da história, a história brasileira poderia ser vista como processo, cujo sentido seria disputado na esfera da cultura pelos diversos agentes e suas obras do espírito.

De volta ao primeiro plano e à observação anterior sobre a tendência ensaística de Candido, é possível notar uma avaliação deste que o aproxima do objeto estudado: quando se coloca a questão da tese, a respeito da sobrevivência de Romero na historiografia literária brasileira, Candido a atribui à “força de vida”, pela verve irrequieta e polemista do crítico, mas também à “força de ideia”, que sugere estar relacionada justamente à “impureza” do autor no trato de sociedade e literatura: “Movimentando-se livremente da literatura à sociedade, dos escritores à evolução histórica, plasmou um jeito pessoal de ver a cultura e a sociedade do

Brasil, aplicando os moldes europeus, ora com rígida incompreensão, ora com maleabilidade fecunda” (*ibidem*, p. 11). Trata-se, vê-se logo, de um precursor da tradição ensaística, às voltas com técnicas da moderna especialização e desejo de generalizar num país que buscava autocompreender-se e com influência estrangeira e matéria local. Ou, se quisermos, um “verdadeiro modernismo”, nas palavras de José Veríssimo, pioneiro em relação ao modernismo posterior, do qual os ensaístas referidos seriam uma segunda geração, e Candido e colegas, uma terceira.³⁷ Até porque o projeto de modernização não se consolidaria, como nota Candido em relação à crítica literária (rotinização que ficará para depois da modernização do Estado na década de 1930 e a centralização e expansão da instrução pública, além da fundação das primeiras instituições de ensino superior em humanidades afora direito, em cuja pesquisa e ensino especializado o próprio Candido cumpriria papel central):

Ante o *modernismo* agressivo dos naturalistas, a crítica dos professores atrofiou, fechando-se numa carapaça protetora, dentro da qual ainda se encontra. Nos colégios, a teoria e a história da literatura eram até bem pouco tempo ensinadas em compêndios hauridos diretamente dos velhos manuais de Retórica e Poética. Os alunos brasileiros, neste quase meado de século XX, aprendem as regras do estilo, os tropos, os gêneros – tudo ensinado como no tempo dos cônegos Pinheiro e Honorato. Processou-se uma separação entre o ensino e a crítica militante, que, ao lado da inexistência de estudos superiores de literatura entre nós, impediu a constituição da crítica científica moderna (*ibidem*, p. 194, grifo do autor).

Na obra, Candido defende, em relação ao primeiro plano (o da função histórica), que o criticismo de Romero, como parte do modernismo do grupo crítico recifense da geração de 1870, correspondente como vimos no plano ideológico à ascensão social da burguesia, foi fecundo para a cultura brasileira por revolvê-la como um todo. E opor ao subjetivismo romântico importado (cuja idealização levava por exemplo ao indianismo, em vez da valorização do negro e sua miscigenação com o branco) os condicionantes objetivos inicialmente também importados da crítica naturalista, os quais impeliam o intelectual à realidade externa brasileira, o que, aliado à abertura de Romero e seu desejo de posição mais inteligente, teria aliviado seu determinismo. No caso, pelo pessimismo a que o evolucionismo racista conduzia em termos de futuro para um país miscigenado – ele passa a ver a verdadeira

³⁷ Esta passagem torna o paralelo entre as gerações recifense de 1870 e a de Clima na década de 1940 ainda mais sugestivo: “Graças à divulgação das novas ideias sobre filosofia e literatura, formou-se no Brasil, no decênio de Setenta, uma geração de tendências eminentemente críticas, animada do desejo de esquadrihar a cultura nacional e dar-lhe orientação diversa” (Candido, 2006, p. 45). A separação entre elas, se meu modo de ver é correto, está no que uma significa em termos de modernismo como “aburguesamento” ou “desburguesamento”, para usar termos do próprio autor.

integração das raças, ainda que sob hegemonia branca, como necessidade para o sucesso da formação nacional.

Candido ressalva em relação a Romero que, a despeito de seu deslumbramento com as teorias em voga no centro do mundo ocidental, como o evolucionismo do naturalismo, este não deve ser tomado como elemento absoluto ou principal das posições do crítico, mas devem ser pesadas ao lado das solicitações do meio, às quais Romero estava aberto por uma liberdade e autonomia em relação às teorias importadas:

O nosso ponto de vista é que, entre as duas componentes que determinaram as características da crítica romeriana – de um lado a influência estrangeira do evolucionismo, do positivismo, da filosofia da história; de outro, a solicitação e as necessidades do momento brasileiro – seria temerário dar um exagerado relevo à primeira em detrimento da segunda. Sílvia Romero pôde aplicar, como aplicou, a lição de Taine, de Buckle, de Comte, de Spencer, de Haeckel, porque ela se prestava à aplicação no caso nacional, e porque este requeria, urgentemente, soluções daquele gênero. A crítica naturalista, com as suas preocupações de formação racial e histórica, valia como ponta de lança da ciência moderna nos arraiais do humanismo, representado em literatura pela estética tradicional dos Fernandes Pinheiro e dos Sotero dos Reis. Era um argumento contra a tendência entre nós excessivamente literária, beletrística do Romantismo. Daí a facilidade com que se amoldou ao caso brasileiro, o vigor com que Sílvia pôde manejá-la e a profunda influência que teve (*ibidem*, p. 217).

Voltando ao tema da formação nacional, é interessante notar como Candido atua como verdadeiro teórico crítico, como já se assinalou. Ou seja, considera a “reversibilidade entre análise literária e social” e considera aliar as teorias importadas da mesma matriz de cultura ocidental ao estudo dos problemas do processo social específico brasileiro mais importante do que importar uma teoria pronta para explicar a realidade brasileira, o que era acessível por meio do tratamento dado a eles pelos predecessores em atividades do espírito, seja na literatura, na crítica literária ou em filosofia e ciências. Retomada que julga esses produtos culturais nas suas condições de produção, num plano, e em outro em sua validade atual para desmistificar os obstáculos à emancipação humana existentes na sociedade, que interessa contribuir para suprimir.

Assim como Romero, Candido tinha preocupação com a formação nacional no sentido atribuído pelo autor que estudava, o qual atestava a falta de uma “linha brasileira” no estudo da atividade mental do país, que acumulasse um estoque próprio sobre as particularidades do processo social brasileiro, que se não era alheio ao dos países centrais de onde se importava teoria ao menos era diverso e precisava ser compreendido concretamente, sem aplicação mecânica das grandes teorias. Senão, vejamos o que diz sobre o diagnóstico de Romero:

Uma nação se individualiza à medida que perde as características peculiares dos povos que a formaram e consegue se exprimir com originalidade. Neste sentido deve caminhar o Brasil. A integração nacional depende do jogo de dois grandes fatores de transformação: natureza e mescla étnica – e estes ainda estão em fase inicial. É preciso, pois, uma análise retrospectiva das criações intelectuais, a fim de apreciar a fisionomia de nosso povo. “A literatura é uma das manifestações de sua atividade mental, e pode com proveito ser consultada como sintoma de seu progresso ou decadência” (*ibidem*, p. 76).

E mais à frente:

Atribui à miscigenação com o negro a origem das nossas peculiaridades mais acentuadas, e à sua luz interpretou a nossa literatura como um fenômeno instável, colocado entre a realidade duma tradição europeia que já não era mais a nossa, e a fermentação dum processo de fusão racial e cultural, ainda em pleno fieri. O fator racial era responsável por muito da nossa fraqueza intelectual, que só seria vencida quando se tornasse mais completo o processo da integração dos elementos heterogêneos que nos compunham. Embora tenha exagerado este aspecto dum problema mais vasto e mais complexo, não há dúvida que tocou num dos pontos-chave da questão (*ibidem*, p. 80).

Como sabemos por meio da tese sobre Romero, não à toa Candido o considerava “um dos intérpretes mais lúcidos da nossa formação cultural” (*ibidem*, p. 10). Particularmente no que diz respeito a esse aspecto do estudo da integração cultural das raças formadoras do país, Romero valorizava o folclore como expressão cultural original de um país miscigenado, que daria identidade às criações populares de todo o país e cujo estudo seria a verdadeira compreensão de nossas tradições populares nacionais, e não a idealização romântica do índio que, na prática, tinha função de desviar o olhar do negro e da escravidão:

A sua tarefa será, doravante [segunda fase de sua trajetória], aperfeiçoar os seus instrumentos por meio duma crítica permanente e, sobretudo, aplicá-los cada vez mais à nossa cultura. É ao folclore que se dirige de início, buscando nele a expressão do povo brasileiro no domínio das criações espirituais (aspecto espiritual da cultura). Já então não dizia, como alguns anos atrás, que éramos desprovidos de tradições populares. Não só as reconhece, como, por um processo frequente neste generalizador emotivo, as exalta e exagera, desculpando a severidade anterior a pretexto da necessária reação contra o excessivo populismo sentimental do Romantismo (*ibidem*, p. 92).

Um último comentário a ser feito é em relação à avaliação de Candido sobre o trabalho de Romero a respeito do folclore, em que resta implícita a consideração de que não teria sido bem-sucedido em parte pelo estágio de desenvolvimento, à época, das técnicas de pesquisa em sociologia:

Não se contentando com o material acumulado em trabalhos alheios, colheu uma quantidade respeitável de contos, cantos, lendas etc., dando ao Brasil um dos primeiros exemplos sistematizados de ampla colheita de material sociológico. Desamparado das técnicas de pesquisa, que só mais tarde se

aperfeiçoaram, e do conhecimento teórico da música, deve ter feito enganos e deformado aqui e acolá o que ouvia da boca do povo (*ibidem*, p. 98).

Já ficou sugerido o quanto a crítica literária de Candido no período, a julgar por seus rodapés na imprensa paulista, vinha na esteira do determinismo sociológico a que chegara, no mais sociólogo de formação e, até então, de profissão. Uma outra questão em relação ao peso da influência do predecessor se coloca a esta altura: conhecendo e compartilhando em parte até aí do empreendimento crítico de Romero, até que ponto esse programa de pesquisa sobre o folclore não influenciou Candido (ainda que mediado por Mário de Andrade e Roger Bastide, por exemplo), após a derrota no concurso para literatura brasileira, a lhe dar continuidade e realizá-lo, com o estudo sociológico sobre manifestação folclórica da poesia popular do cururu, aproveitando o desenvolvimento dos métodos e técnicas de pesquisa de que não dispunha o predecessor? E até que ponto o balanço crítico sobre a própria trajetória e o afastamento do determinismo sociológico do mestre sergipano não o impediram de levar adiante a empreitada e o levaram a optar por não misturar as perspectivas, sob risco de incoerência com o modo como pensava que a literatura deveria ser estudada? Se repararmos bem, até a justificativa para o insucesso de Romero vai se repetir em sua própria justificativa para abandonar o estudo do cururu, em prol dos meios de vida do mesmo caipira: a falta de conhecimento musical para lidar com uma manifestação que era também musical (CANDIDO, 2002e, p. 134).

3.3 *Os parceiros do Rio Bonito*

Como não poderia deixar de ser, a tese de doutoramento de Candido teve como origem o “desejo de analisar as relações entre a literatura e a sociedade” – mais precisamente, a poesia popular no cururu, “dança cantada do caipira paulista” (CANDIDO, 2010, p. 11), conforme ele confessa no início do prefácio dedicado a apresentar circunstanciadamente a publicação do livro, explicando sua origem (a pesquisa sobre o cururu), andamento (trabalho de campo e influências teóricas) e propósito (compreender a realidade social crítica do caipira frente ao processo de urbanização).

A pesquisa para a tese tem início em 1947. A esta altura, Candido assinava rodapé de crítica literária no jornal *O Diário de S. Paulo*, que deixaria em fevereiro para dedicar-se integralmente às demandas da vida acadêmica, investigação para o doutorado incluída. Seu anseio pela migração institucional já se manifestara na inscrição no já mencionado concurso para a cadeira de literatura brasileira da USP em 1945. Vista por esse ponto de vista, a escolha do objeto se torna compreensível. Acontece, contudo, que a tese de livre-docência servira, naquele momento, para Candido se afastar do que considerava determinismo sociológico do

predecessor, Sílvio Romero, teorizando sobre o domínio da crítica propriamente literária, à qual naquele momento gostaria de se dedicar. Pensada por esse outro lado, a escolha se torna problemática, pois ao realizar a pesquisa sobre folclore na esteira de Romero a partir da sociologia ele não poderia dar o passo adiante em relação ao que acabara de criticar. Uma saída possível às polêmicas em torno das disputas e definições das fronteiras disciplinares era escolher um objeto consagrado da sociologia.

É claro que o interesse pelo objeto artístico ou literário exercia atração para Candido, mesmo de um ponto de vista estritamente sociológico. Afinal, entre as justificativas que ele dera para o insucesso de Romero na empreitada estava a falta de técnicas de pesquisa disponíveis para tal, conforme assinalado no subcapítulo anterior, o que com a institucionalização das ciências sociais no país entre a década em que Candido escrevia e a anterior era um problema superado. Mas a transição entre abordagens em sua trajetória deve ter falado mais alto para impedir o que poderia lhe parecer uma incoerência ou passo atrás. Junte-se isso à falta de conhecimento em teoria musical, que curiosamente também o ligava ao predecessor (a quem faltava igualmente tal conhecimento), e ao contato com a realidade social de miséria do caipira paulista em vias de incorporação à sociedade moderna e temos o quadro em que se situa a gênese da célebre pesquisa de Candido sobre o caipira paulista. Ou quase. Se nosso modo de ver está correto, houve também uma espécie de “empurrãozinho” partidário que convém investigar e que sugeriremos mais adiante.³⁸

Com o alargamento do conhecimento sobre a realidade social em que se inscrevia o cururu, necessário para uma investigação sociológica coerente de um objeto que ele considerava como “manifestação espiritual ligada estreitamente às mudanças da sociedade”, teria havido uma sensibilização de Candido para os problemas vividos pelo caipira nessa fase de transição de sua cultura tradicional para o porvir esboçado pelo contato com a civilização moderna (o que, no cururu, manifestava-se como uma tendência ao individualismo e não mais o caráter coletivo das composições, a secularização crescente delas, a complexificação das estruturas e dos recursos estéticos etc.). Candido, então, passaria a atentar para os problemas econômicos, tomando como ponto de apoio o “problema elementar da subsistência”, ou seja, dos meios de vida. O estudo sobre o cururu restaria como esboço, publicado apenas em parte.³⁹

³⁸ A pista para esse “empurrãozinho” me ocorreu apenas no momento de redação final do trabalho e se encontra sugerida numa resenha do livro elaborada paralelamente à conclusão da escrita da dissertação: ver GIMENES, 2018.

³⁹ “Possíveis raízes indígenas de uma dança popular”, publicado em 1956, e “Estímulos da criação literária”, recolhido em 1965 no livro *Literatura e sociedade*, são textos de Candido publicados que remetem a esse trabalho; já o manuscrito inicial da pesquisa sobre o cururu existe porém se encontra inédito até o presente momento. Sobre isso, ver CANDIDO, 2002e, p. 147.

A “colheita do material”, como Candido conta, teve início em 1947, com visita por curtos períodos a municípios (sobretudo Bofete, antigo Rio Bonito) dentro da “área de formação ou influência histórica paulista”, trabalho de campo que se estende pelos anos de 1947, 1948, 1949, 1952, 1953, 1954, sobretudo Bofete, onde residiu cerca de vinte dias em 1948 (de fevereiro a março), quando ainda objetivava o estudo do cururu, e quarenta dias em 1954 (de janeiro a fevereiro), esta última estadia já após o início da redação do trabalho e o foco definitivo do estudo, em agosto de 1953, para sanar questões que restavam em aberto. Ele conclui o trabalho em setembro de 1954, realizando a defesa já no mês seguinte, embora a publicação tenha demorado dez anos, mais uma vez em virtude da esperança de melhoria e ampliação, principalmente da conclusão, parte do trabalho que ele mais desejava ter melhorado, para que pudesse servir de “introdução ao estudo da reforma agrária” (*ibidem*, p. 13).

A obra é dividida em três partes (“A vida caipira tradicional”, “A situação presente” e “Análise da mudança”), além de uma introdução (“O problema dos meios de vida”), uma conclusão (“O caipira em face da civilização urbana”), uma parte complementar (“A vida familiar do caipira”) e apêndices (dez, ao todo).

Na parte introdutória, em que busca justificar a escolha da abordagem e dos métodos, em que combina ao estudo histórico-sociológico a etnografia do antropólogo, pelo caráter homogêneo dos agrupamentos e pela necessidade de complementar via história oral a documentação histórica com viés classista, sem registro do passado das populações pobres do campo, Candido promove uma interessante discussão sobre objetividade do conhecimento em ciências humanas, recuperando a ideia do juízo de valor que já discutira por ocasião do exame da crítica de Romero, de descrever para julgar, contendo a objetividade científica de uma perspectiva como a weberiana, por exemplo, de “objetividade” na condução metódica da investigação dos fatos, mas a superando ao ligar o julgamento de valor que precede o recorte do objeto problematizado sociologicamente ao julgamento de valor que sucede os possíveis desdobramentos dos resultados da pesquisa, passíveis de serem avaliados do ponto de vista dos valores do pesquisador, o que no caso do campo teórico crítico se ancora na orientação para a emancipação das dominações vigentes, conforme já foi discutido anteriormente e é o caso de Candido, ainda mais claramente neste trabalho. Sobre isso, ele afirma, recusando os “estudos de comunidade” das ciências sociais de então, após tê-lo feito igualmente em relação aos estudos meramente estatísticos:

Por outro lado, não é um “estudo de comunidade”, no sentido hoje corrente, sobretudo entre americanos e ingleses. Não pretendi levantar sistematicamente os diferentes aspectos de determinado agrupamento,

englobando todo o seu sistema institucional numa visão completa e orgânica. Depois de bastante hesitar, rejeitei este ponto de vista, em parte pelo que tem de estático e convencional – levando-nos quase sempre a encarar os traços de uma dada realidade sociocultural como algo que, para usar a velha expressão caipira, “devera de ser assim mesmo”. Por outras palavras, o estudo de comunidade, em seu recorte descritivo mais frequente, me pareceu comprometer no pesquisador o senso dos problemas.

Ora, este que agora apresento procura localizar um aspecto da vida social (a obtenção dos meios de vida) considerados não só como tema sociológico, mas também como problema social.

Semelhante atitude não significa desconhecer o caráter interdependente dos traços de uma cultura; ver-se-á adiante em que medida esta posição teórica, pressuposto da Sociologia, ocorre no presente estudo. Não significa, igualmente, repúdio da objetividade científica e confusão de ciência e arte; mas a convicção de que os fatos se tornam problemas conforme a perspectiva do pesquisador, e que não é possível desconhecer a implicação prática das investigações metodicamente conduzidas (*ibidem*, p. 24, grifos do autor).

Além disso, ele busca definir e justificar a escolha dos termos “cultura rústica” e “caipira”, que correspondem às “culturas tradicionais do homem do campo”, dentro do registro do estudo das tradições culturais populares do programa de pesquisa sobre folclore já mencionado, mais significativo ainda como expressão da “mestiçagem moral” se considerarmos que um dos sinônimos para “caipira” é “caboclo”, ou seja, o mestiço de branco com índio, que predominava na região estudada, a despeito da significação histórica nacional do negro africano pioneiramente sustentada por Romero. É nessa parte introdutória ainda que Candido discute a questão dos meios de vida como soluções de técnica e de organização social para uso do meio para satisfação de necessidades, utilizando o exemplo da alimentação para mostrar como não é possível tratar a questão da subsistência sem relação com outros aspectos da cultura e como se pode falar em mínimos vitais, no caso nutricional da dieta, e sociais, de organização para obtê-la junto ao meio. Buscando a unidade mínima de referência da organização social no campo paulista de então para salvaguardar o caipira da fome e da anomia, Candido vai encontrar o bairro rural, dentro do qual se fecharia uma economia de subsistência.

A correspondência entre as necessidades mínimas de um agrupamento e sua satisfação permite a Candido falar em “equilíbrio social”, ainda que mínimo. Em sociedades tradicionais em processo de transição ou mudança, ele defende também ser possível falar em equilíbrio em termos comparativos, entre o equilíbrio verificado naquela cultura tradicionalmente e no momento presente, ou entre o equilíbrio ótimo verificado na sociedade mais ampla e aquele que o caipira em processo de incorporação consegue alcançar. É nesse ponto que, na conclusão do trabalho, o autor cede ao “desejo de assumir uma posição em face das condições descritas”, para denunciá-las socialmente:

Aqui chegando, o sociólogo, que analisou a realidade com os recursos metódicos de quem visa resultados objetivos, cede forçosamente a palavra ao político, ao administrador, e mesmo ao reformador social que jaz latente em todo verdadeiro estudioso das sociedades modernas – voltando-se para soluções que limpem o horizonte carregado do homem rústico (*ibidem*, p. 257).

O caipira estaria vivendo abaixo dos níveis mínimos necessários para se falar em equilíbrio social na nova realidade da fase de transição:

Sob este ponto de vista, o homem rústico vive uma aventura frequentemente dramática, em que os padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos se tornam padrões de miséria, pois agora são confrontados aos que a civilização pode teoricamente proporcionar. Se encararmos a miséria do ângulo sociológico, como privação extrema dos bens considerados necessários a cada cultura, veremos, com efeito, que ela existe por comparação (*ibidem*, p. 255).

Como sabemos, a solução sugerida pelo sociólogo transformado em “reformador social” na conclusão do trabalho vai no sentido da reforma agrária. Isso porque, inspirado pela ideia marxista do capitalismo como sistema centrípeto que arrasta para sua esfera de influência cada vez mais setores antes a sua margem, ele não acredita num retorno à situação tradicional de fechamento sobre si mesma da cultura caipira. Não aderindo nem a um culto liberal do progresso, de viés modernista como o característico da década de 1950 e que se expressava na sociologia paulista em Florestan Fernandes,⁴⁰ nem a uma idealização sentimentalista e populista das origens e do passado como no indianismo romântico ou na ida ao homem rural brasileiro característica da estrutura de sentimentos romântico-revolucionária que ganharia força nas esquerdas nas décadas de 1960 e 1970,⁴¹ Candido sugere um caminho de intermédio, que não sacrifique de um golpe a tradição caipira nem recuse a realidade e o sentido da marcha da história na expectativa utópica e idealista de se colocar acima ou à margem dela e de suas determinações:

Não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio da sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outras. O caipira é condenado à urbanização, e todo o esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade (*ibidem*, p. 258).

Para ele, frente à situação de mudança, a sociedade caipira pode se apegar a seus usos, práticas e costumes como defesa, de modo que cabe ao reformador social “facultar-lhes a opção

⁴⁰ Sobre esse modernismo, ver Arruda, 1997; *idem*, 2015.

⁴¹ Sobre essa estrutura de sentimentos, ver Ridenti, 2010; *idem*, 2014.

entre eles e os que, dentro das condições atuais, consideramos compatíveis com a realização da personalidade, ainda que em níveis modestos” (*ibidem*, p. 259). Essa ideia de facultar a opção é da maior importância, pensando a plataforma de atitude que Candido defendia para os intelectuais e também para o projeto de cidadania do PSB, cuja diferença em relação aos outros partidos consistia justamente no peso que atribuía à defesa de autonomia para o homem do campo tomar em suas mãos o próprio destino, como vemos nesta passagem:

Mas em seguida, a industrialização, a diferenciação agrícola, a extensão do crédito, a abertura do mercado interno ocasionaram uma nova e mais profunda revolução na estrutura social de São Paulo. Graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares, acham-se agora frente a frente homens do campo e da cidade, sitiantes e fazendeiros, assalariados agrícolas e operários – bruscamente reaproximados no espaço geográfico e social, participando de um universo que desvenda dolorosamente as discrepâncias econômicas e culturais. Nesse *diálogo*, em que se empenham todas as *vozes*, a mais fraca e menos ouvida é certamente a do caipira que permanece no seu torrão (*ibidem*, p. 256).

Todo o esforço da plataforma de Candido para a atuação do intelectual, como será discutido no capítulo seguinte, está orientado para ouvir a voz dos grupos dominados e falar-lhes (o que, note-se bem, é diferente de simplesmente reproduzi-la, o que recairia no erro romântico, criticado por Romero e ecoado por ele, da crença na “inerrância popular”).⁴² Essa ativação do diálogo (que implica falar e ouvir) para a representação da realidade desses grupos e a integração da sua realidade no “patrimônio ético e estético da cultura nacional” (para lembrar rodapé sobre Jorge Amado) é resultado do diagnóstico de que a superação da condição de subcidadania precedia a luta política democrática pelo socialismo, que pressupunha uma sociedade nacional composta de cidadãos plenos. Nesse sentido do interesse em conhecer a realidade dos grupos dominados e conhecer seus pontos de vista, sem descuidar da resposta com a representação dessa realidade estudada que precisava ser elaborada com as ferramentas acumuladas pela sociedade ocidental com base em divisão do trabalho material e imaterial, por exemplo (além do internacional e sexual etc.), esta obra é exemplo privilegiado e se liga a toda uma tradição de trabalhos com perspectiva radical desenvolvidos à época no âmbito da FFCL.

A esta altura, vale resgatar um exemplo da consideração da perspectiva do interlocutor, materializada no próprio trabalho. Na conclusão do livro, Candido faz apenas duas referências a outros autores. De um lado, o padre dominicano francês Louis- Joseph Lebret e, de outro, Marx e Engels, que muito simbolicamente têm literalmente a última palavra do texto. É como

⁴² Vale alertar, por via das dúvidas, para o fato de os termos “ouvir”, “falar”, “vozes” etc. estarem sendo empregados aqui em sentido não literal.

se Candido colocasse as referências próprias em contato com as referências de uma autoridade religiosa católica, demonstrando respeito pela fé hegemônica no país de então (e, por extensão, por seus fiéis). A esta altura, Candido já flexibilizara seu diagnóstico mais rígido anterior do catolicismo como expressão ideológica reacionária,⁴³ em prol de uma evolução ideológica na história da humanidade que ligava, no âmbito do humanismo, o catolicismo até o liberalismo, tendo como herdeiro legítimo o socialismo, em parte influenciado pelas ideias de Paulo Emílio a respeito do potencial revolucionário do catolicismo⁴⁴ quando apropriado de maneira progressista, como se esboçava na França quando do exílio deste por lá, conforme já mencionado. Lebrecht compunha essa geração progressista pioneira e Candido o conhecia por intermédio de uma assinatura familiar da revista homônima do movimento Economia e Humanismo. Em 1947, conhecera pessoalmente o dominicano, que estivera aqui para ministrar curso de economia na ELSP.⁴⁵

Além da referência em *Os parceiros do Rio Bonito*, Candido menciona Lebrecht em outra ocasião: na palestra sobre a literatura como direito humano na Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1988:

Essa insensibilidade [à possibilidade real de se pensar numa distribuição equitativa de bens em vez de prolongar as formas brutais de exploração do homem no mundo contemporâneo] nega uma das linhas mais promissoras da história do homem ocidental, aquela que se nutriu das ideias amadurecidas no correr dos séculos XVIII e XIX, gerando o liberalismo e tendo no socialismo a sua manifestação mais coerente.

Essa ideia da evolução ideológica na história da humanidade também aparece em entrevista sobre sua militância política para a então recém-fundada revista *Teoria & Debate*, ligada à época ao diretório regional de São Paulo do PT e hoje publicação da Fundação Perseu Abramo, ligada oficialmente ao partido:

Foi certamente ele [o “Comentário” publicado em *Clima* já mencionado] que me levou a não ficar nem stalinista nem trotskista, mas aceitar a posição preconizada por Paulo, de um socialismo democrático desinteressados das Internacionais, procurando soluções adequadas ao país, empenhado na luta contra o fascismo, porque esta era a manifestação contemporânea do

⁴³ Cf. textos sobre Oswald e Vieira em *Brigada ligeira*, por exemplo, ou em *O método crítico de Sérgio Romero*. Em entrevista de Arantes (2000), resta claro o juízo negativo de Candido em relação à religião, mas não aos religiosos, quando orientados igualmente para a emancipação humana ainda no Reino da Terra. O anticlericalismo de Candido remete à inflexão à esquerda em sua trajetória pelo contato já discutido com Teresina durante sua formação. Com a ressignificação pela qual passava certo catolicismo renovado, Candido soube mobilizar sua sólida socialização religiosa primária e secundária e colocá-la a serviço do diálogo com o povo brasileiro a partir da mediação da religião católica como linguagem e imaginário.

⁴⁴ Ele pôde notar isso com a própria pesquisa, com a ideia de Deus funcionando como sólido equivalente simbólico para a ideia de uma coletividade e valores transindividuais: “Um velho caipira me contou que no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem se serve o próximo” (ibidem, p. 82).

⁴⁵ Sobre o assunto, ver Bosi, 2010; *idem*, 2012.

cesarismo oposta à tradição humanista, que provinha do cristianismo por meio das revoluções dos séculos XVIII, XIX e XX. A hipótese otimista do comentário era que depois da guerra haveria uma síntese da igualdade (representada sobretudo pela União Soviética) e da liberdade (representada sobretudo pela Inglaterra e pelos Estados Unidos). Este documento foi decisivo para mim e outros. A partir dele entrei para valer na militância.

No caso do Brasil, o desafio para aqueles que partilhavam da tradição humanista do Ocidente, mesmo que em sua versão considerada “mais avançada”, o socialismo, deveria voltar ao cristianismo e passar pelo liberalismo, combinando os três elementos, cristianismo, liberalismo e socialismo, uma vez que a evolução ideológica num país periférico de passado colonial seria menos linear e algo como desigual e combinada. Vale assinalar, nesse sentido, que a preocupação com a formação social nacional está presente também nesse trabalho, como notou Jackson (2002), ao ligá-lo à *Formação da literatura brasileira*, e com isso à tradição ensaística, pelo compartilhamento da interpretação mais ampla, do recurso à história, da tomada de posição política e do cuidado com a linguagem, a despeito de combinar tudo isso com a incorporação das referências teóricas e metodológicas dos professores franceses e o ponto de vista dos dominados, como já mencionado.

O estudo da formação histórico-social brasileira pode ter levado Candido à constatação de que o catolicismo era o cimento de cultura comum que unia o país, para usar termo de Freyre (2013, p. 91-92), entendendo cultura no sentido de Willems (2006 [1944], p. 187-188), de “entendimentos comuns”, para o qual, ao contrário: “Não existe [no Brasil] um sistema de entendimentos que possa servir de base comum à civilização urbana e à multiplicidade de culturas sertanejas”. A necessidade de algo que funcionasse nesse sentido de cimento cultural para a nação era sentida também por Caio Prado Jr., conforme avaliação de Arantes (2000).

Numa curta pesquisa de iniciação científica,⁴⁶ tive oportunidade de investigar o problema das referências de Candido a Lebreton, que acontecem nesses dois textos, *Os parceiros do Rio Bonito*⁴⁷ e “O direito à literatura”.⁴⁸ Nela, sustento a hipótese de que as referências não

⁴⁶ Ver Gimenes, 2015.

⁴⁷ “L.-J. Lebreton fala com razão que os “bens incompressíveis” não são apenas os que se reputam essenciais à estrita sobrevivência do indivíduo, mas todos aqueles que permitem ao homem tornar-se verdadeiramente humano. Sob este ponto de vista, são incompressíveis a participação na beleza, a euforia da recreação, o prazer dos supérfluos” (CANDIDO, 2010, p. 258-259).

⁴⁸ “A este respeito [reflexão sobre os direitos humanos] é fundamental o ponto de vista de um grande sociólogo francês, o padre dominicano Louis-Joseph Lebreton, fundador do movimento Economia e Humanismo, com quem tive a sorte de conviver e que atuou muito no Brasil entre os anos de 1940 e 1960. Penso na sua distinção entre “bens compressíveis” e “bens incompressíveis”, que está ligada a meu ver com o problema dos direitos humanos, pois a maneira de conceber a estes depende daquilo que classificamos como bens incompressíveis, isto é, que não podem ser negados a ninguém.

Certos bens são obviamente incompressíveis, como o alimento, a casa, a roupa. Outros são compressíveis, como os cosméticos, os enfeites, as roupas supérfluas. Mas a fronteira entre ambos é muitas vezes difícil de fixar, mesmo quando pensamos nos que são considerados indispensáveis [...] O fato é que cada época e cada cultura fixam os

foram casuais ou circunstanciais e sim coerentes com as ideias do autor como intérprete do Brasil, a despeito da aparência de plausibilidade da “hipótese de citação meramente pragmática e circunstancial”, a respeito da qual dou um exemplo que julgo verdadeiro. Nesse trabalho, parto da localização da menção em *Os parceiros do Rio Bonito*, na conclusão destinada a tomar posição, como dissemos, tomada como pista sobre o sentido das referências a Lebrez, mobilizadas de acordo com a avaliação de que era necessária uma “mediação com os valores vigentes num país de maioria católica para que fosse possível alcançar as massas”. Como a referência tem o mesmo sentido em “O direito à literatura”, o recorte temporal entre 1947 e 1954, período de preparação da tese de doutorado em que aparece a primeira referência, justificava-se. Daí então selecionei quatro textos de Lebrez, dois ideológicos disponíveis em português e espanhol e dois sobre pesquisa em sociologia aplicada disponíveis em português, a fim de reafirmar a hipótese das referências “com vistas a uma aliança tática político-ideológica”. Relacionei ainda o sucesso dessa aliança, que se desenvolveria nas décadas seguintes, ao “duplo movimento de abertura”/afinidades eletivas. É curioso notar como, para Lebrez, o “necessário” encontro entre socialistas e cristãos só poderia ser operado pelos últimos, em virtude de uma qualidade: o “espírito de concórdia”, capacidade do cristão de unir e de operar a “síntese de tudo o que é distinto e realizar a unidade dentro do múltiplo” (Lebrez, 1950b, p. 53).⁴⁹

Como já foi discutido, Candido teve sólida formação religiosa e, nesse caso, possuía muitas das disposições católicas incorporadas por sua socialização, razão pela qual defendo que ele possuía sensibilidade para desempenhar o papel de contribuir para esse encontro, como “cristão exemplar” que costumava ser considerado.⁵⁰ Durante a escrita de *Os parceiros do Rio*

critérios de incompressibilidade, que estão ligados à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas que o que é indispensável para uma camada social não o é para outra. Na classe média brasileira, os da minha idade ainda lembram o tempo em que se dizia que os empregados não tinham necessidade de sobremesa nem folga aos domingos, porque não estando acostumados a isso, não sentiam falta... Portanto, é preciso ter critérios seguros para abordar o problema dos bens incompressíveis, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social. Do ponto de vista individual, é importante a consciência de cada um a respeito, sendo indispensável fazer sentir desde a infância que os pobres e desvalidos têm direito aos bens materiais (e que portanto não se trata de exercer caridade), assim como as minorias têm direito à igualdade de tratamento. Do ponto de vista social, é preciso haver leis específicas garantindo este modo de ver.

Por isso, a luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas, e chegando mais perto do tema eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão, etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura” (CANDIDO, 2011, p. 175-176).

⁴⁹ Característica, acrescente-se, do próprio PSB, de buscar a unidade entre as múltiplas posições no interior da esquerda; como já discutimos, o partido era composto por setor católico forte, sob liderança de Domingos Velasco, o qual conseguiu vitórias internas como em relação ao tema do divórcio, por exemplo.

⁵⁰ Diz Arns (1999, p. 295, grifo meu): “[...] o professor é um dos mais diletos filhos da Igreja e um *cristão exemplar*, ainda que à sua revelia, porque não se pretende crente e, muito menos, exemplar [...]”. Ou então:

Bonito, Candido deu talvez o passo que faltava em termos de respeito moral, pensando a partir da ótica do catolicismo progressista de Lebreton (1950a, p. 46):

A superioridade deste conceito e desta vida [dos cristãos] não deve por outro lado separar o cristão do comunista; muito pelo contrário, o cristão deve comunicar a todos aquilo que tem de melhor. Contanto que o comunista não menospreze sua fé, não ataque suas convicções íntimas, não persiga sua Igreja, respeite seus sacerdotes, o cristão não tem porque reprovar o comunismo por sua posição religiosa. Tem apenas de viver com beleza o ideal cristão, convencer por seu amor, pela plenitude de seu ideal de serviço, pela irradiação de suas boas obras, pela força lógica de seu conhecimento a todos aqueles que sentem nostalgia de infinito e a secreta necessidade de Cristo.

Voltemos agora, a título de conclusão, às razões que levaram Candido a interromper seu estudo sobre o cururu e reorientá-lo para a questão dos meios de vida, situação econômica e social do caipira que embasa a defesa política da reforma agrária implícita na conclusão do trabalho. Quando inicia a pesquisa, em 1947, o PSB de Candido elege como deputado federal, em eleição complementar realizada em janeiro, o baiano João Mangabeira, então presidente da legenda. O partido tinha pouca expressão eleitoral neste momento, e mesmo assim conseguiu para Mangabeira a relatoria do projeto de reforma agrária enviado ao Congresso pelo presidente Dutra. É razoável imaginar que o partido deve ter disputado essa indicação, por considerar o tema importante (constava de seu programa desde a fundação como tema, embora a fundação das ligas camponesas de Julião tenha sido na década seguinte e é exemplo também da plataforma do radicalismo das classes médias, unindo um advogado a camponeses em vias de se organizar politicamente).

Nesse sentido, os militantes do partido estavam relativamente mobilizados em torno do tema, que a partir de 1948 ganharia centralidade no interior do PSB. Pois nesse mesmo ano de 1948, em fevereiro, mês em que Candido foi para sua primeira estadia na fazenda Bela Aliança, onde ficou entre fevereiro e março, Mangabeira formalizou em Comissão Nacional do partido um pedido para que todas as comissões regionais se dedicassem ao estudo da questão agrária para subsidiar a intervenção parlamentar socialista, em especial a dele à frente da relatoria da chamada lei agrária, que não andou.⁵¹ Candido, que fez a pesquisa na fazenda do “fraternal companheiro Carone”, também militante do PSB e que se mudara para ela naquele mesmo ano,

Não conseguia satisfazer à menina [a filha mais velha, Ana Luisa Escorel], que tantas e tantas vezes vira o pai deixar de lado os interesses dele para acudir as mais diferentes aflições de gente de toda sorte, com uma atenção, uma simpatia, um desprendimento de si que ela via apenas nele, em mais ninguém. A paciência com que ouvia e serenava contingentes consideráveis de amigos, colegas, parentes, superiores hierárquicos, empregados, fariam dele o *cristão exemplar*, candidato a um lugar próximo à mão direita do Todo-Poderoso, se cristão fosse, não um socialista agnóstico, convicto (ESCOREL, 2010, p. 35, grifo meu).

⁵¹ Sobre o pedido de Mangabeira, ver VIEIRA, 1995, p. 296-300.

era participante ativo da vida partidária até então. Nesse sentido, é seguro afirmar que a demanda interna ao partido tenha influenciado na decisão do autor e é uma boa mostra de como teoria e prática se inter-relacionam em sua forma de conceber a atividade intelectual, ainda que tal equilíbrio seja instável e ele possa ter evitado chamar a atenção para esse detalhe em virtude do receio de ter o estudo desqualificado como “ideológico”. O que seria evidentemente uma injustiça, posto que ele não cede ao partido cede aos interesses do partido na condução ou conclusão do trabalho, e sim na convergência anterior em relação ao objeto eleito para investigação (um “problema social”) e na consideração das análises de um companheiro de partido, mas reconhecido pelo autor como “um conhecedor dos nossos problemas agrários” (no caso, Fúlvio Abramo) (CANDIDO, 2010, p. 218).

3.4 Escritos vários

Neste subcapítulo serão discutidos textos de procedência variada escritos por Candido no período de interesse do trabalho, essencialmente notas de rodapé na *Folha da Manhã* e artigos na *Folha Socialista*, além do depoimento ao célebre inquérito de Mário Neme para o *Estado de S. Paulo*. Eles não foram reunidos em publicação pelo autor, mas em coletânea organizada por Dantas (2002b), com exceção de um artigo na *Folha Socialista*, “Encarando o futuro”, que interessa diretamente às questões desta pesquisa e nunca foi republicado. Por isso, resolveu-se incluí-lo como anexo a este trabalho, como já mencionado.

Tal como o depoimento de Paulo Emílio ao inquérito de Neme, o “Comentário” escrito por este para *Clima* e o “Manifesto” lançado pela UDS, identificados por Hecker (1998, p. 73-86) como textos fundadores da esquerda democrática em São Paulo, que culminariam no lançamento da ED em 1945, a plataforma de Candido é também relevante sob esse ponto de vista. Ainda que por outras razões, por representar um primeiro esforço sério dessa pequena ou média burguesia intelectual crítica ou radical de pensar sua própria posição e a relação dela com as outras posições sociais dominadas, com as quais eventualmente poderia convergir, e em que termos. Vale lembrar que, assim como Paulo Emílio compôs a Comissão Organizadora Nacional da ED, Candido, junto a Feijó e Zingg, fez parte da Comissão Organizadora Estadual da agremiação (CANDIDO, 2011c, p. 265).

No contexto da resistência paulista à ditadura do Estado Novo, o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou, em 1943, um inquérito com intelectuais da nova geração estreante entre 1940 e 1943, para dar prosseguimento a inquérito anterior, que havia sido realizado com a geração que então contava entre 40 e 50 anos. Entre os convidados desse segundo inquérito figurava Candido. A esta altura, Candido já havia começado a publicar críticas de literatura em *Clima*,

obtendo desde logo algum reconhecimento no meio, de que é prova sua admissão como autor de rodapés sobre literatura no jornal *Folha da Manhã*, em janeiro desse mesmo ano. Ele já era também professor-assistente na cadeira de Sociologia II da FFLC, de modo que o convite se justificava para além da proximidade do grupo *Clima*, de onde saiu parte dos depoentes, como o crítico de teatro Alfredo Mesquita, que era irmão do diretor de redação do jornal, Júlio de Mesquita Filho, e participara ativamente da fundação da revista do grupo.

Antes de entrarmos na discussão do depoimento propriamente dito, vale antes assinalar um contraste com a resposta de Paulo Emílio, considerada mais radical em termos de conteúdo e forma, e que (talvez por isso) não saiu no jornal entre 1943 e 1944, quando da publicação desses depoimentos nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, ficando para o livro organizado por Mário Neme já em 1945, quando da abertura do regime estadonovista. Em sua resposta, Paulo Emílio discute os setores em que se dividia ideologicamente os jovens intelectuais da nova geração, abordando rapidamente um a um da direita para a esquerda, por ordem de importância quantitativa e qualitativa, segundo afirma, para por fim se deter em seu próprio setor, cuja originalidade ele acreditava ser capaz de renovar o marxismo para os desafios do tempo e do lugar.

Ao final, a modo de um *post-scriptum*, ele acrescenta uma sugestão às autoridades políticas, que ele daria caso elas lhe pedissem opinião: abertura democrática, em que os estudos sobre os problemas do país pudessem ser realizados “numa atmosfera arejada pela mais ampla discussão” (SALLES GOMES, 1986c, p. 95). Até aí, estamos na seara da contribuição de Paulo Emílio, de reconciliar socialismo e democracia, ou seja, consolidar uma concepção política socialista democrática capaz de disputar a oposição ao Estado Novo e a proposta de democratização do país, a fim de não deixar que esse terreno fosse ocupado pelos liberais e sua concepção limitada de democracia formal, os quais ainda não haviam revelado, pelo decurso da intervenção política da UDN, a fragilidade de sua defesa mesmo dessa concepção minimalista.

O que Paulo Emílio não enfrenta, e que pode iluminar seu próprio abandono da militância partidária, é o problema da própria condição do intelectual profissionalizado, ou seja, a contradição entre militância política e estudo acadêmico, que ele contudo sente na prática e cuja importância de ser tratada teoricamente ele chega a indicar:

Ainda restam muitos problemas que exigem um estudo urgente e que se enquadrariam bem num inquérito como este. Por exemplo: a questão da participação do intelectual e da torre de marfim, de que se fala tanto hoje e

que tem sido sempre desenvolvida de uma maneira errada (SALLES GOMES, 1986c, p. 95).

Pois será exatamente esse o cerne da discussão de Candido, não se sabe ao certo se direta ou apenas indiretamente influenciado pelo amigo, já que por questões de censura o depoimento de Paulo Emílio saiu apenas no livro de 1945 e não no jornal. Em seu depoimento, em que procura sugerir uma plataforma possível para sua geração intelectual, Candido defende a posição de que, mesmo resistindo à ideia de “dever” ou “missão” de intelectuais,⁵² que não raro degingolava em tutela (posição conservadora) ou crença na educação do povo (posição liberal), seria possível que eles contribuíssem com a resolução do problema central de sua geração de cidadãos como um todo, que era o da tomada de consciência das contradições sociais aguçadas pelo desenvolvimento histórico brasileiro (modernização – industrialização e urbanização), não pela positiva, de oferecer uma regra de conduta estrita para todos, mas ao contrário, pela negativa, combatendo na produção de conhecimento todas as formas de pensamento reacionárias, ou seja, aquelas que não ajudam a resolver as contradições justamente por escamoteá-las.

O texto pode ser reconstruído em três partes, sendo a primeira uma espécie de preâmbulo com considerações mais gerais, em que o autor destaca as duas razões pelas quais considera difícil responder as perguntas do inquérito sobre a plataforma de sua geração em relação às anteriores (a pouca idade e a preferência pela ação coerente no lugar da proclamação de princípios). Mas compreende que o “período de desorganização social” leva à “tendência de se questionar todo mundo”, a fim de entender a confusão. E ele então tentaria fazer jus às perguntas.

Na segunda parte, Candido procede à caracterização das gerações anteriores e da atual e das relações entre elas. Primeiramente a geração modernista de 1922 (“queda da democracia cafeeira”, “experimentalismo hedonístico”, “estouro de enfants terribles”, “demolidora e construtora”) e depois a de 1930 (“ensaios de neodemocracia” e começo de fato da literatura brasileira, “brassage d’idéés” inédita), para dizer que a dele se formou intelectualmente sobretudo sob o influxo desta última e sua “atmosfera de crítica e de revisão”, sendo a influência da anterior, segundo ele, mais indireta e mínima, posto que de literatos, no caso mais em relação ao interesse pelos problemas do Brasil (Sérgio Milliet seria uma exceção, funcionado como espécie de ponte entre a geração de 1922 e a de Candido). Apesar desse interesse pelos problemas do Brasil, Candido nota que houve um deslocamento da preocupação com problemas

⁵² Resistência que justifica o uso de aspas no subtítulo do trabalho, aliás.

locais para os gerais do mundo moderno. Ao fim dessa segunda parte, Candido defende a crença na “‘função’ dos indivíduos e na sua organização em ‘função’ do tempo”, para sustentar em seguida que a “função” exigida da geração de seu tempo seria de “um esforço de aclaramento, de compreensão, de classificação”, a “tendência para o estudo”, portanto, correspondendo à “imposição da necessidade social de crítica” (veja que o registro, compreensível temporalmente, ainda é a do escritor representativo do esquema romeriano). Por essa razão, facilitada pela profissionalização, o intelectual pôde deixar o destino “misto” pelo “puro”, tornando-se uma geração “mais propriamente analítica e funcional”:

Eu creio muito, Mário Neme, na “função” dos indivíduos e na sua organização “em função” do tempo. Tenho repetido isso a cada momento nos meus rodapés da *Folha da Manhã*, e você vai me dar licença de não ficar me repetindo aqui.

Ora, encarada sob este aspecto funcional, me parece fora de dúvida que a minha geração é uma geração crítica. O que leva a admitir que, se é assim, é porque passamos no Brasil, ou pelo menos em São Paulo, por uma fase que exige um esforço de aclaramento, de compreensão, de classificação (CANDIDO, 2002I, p. 240).

Por fim, Candido passa à discussão do dever dos intelectuais de sua geração, começando por transcrever a pergunta que lhe fez o autor do inquérito, “qual o problema cruciante da moderna geração intelectual”, para em seguida oferecer uma resposta geral para o problema das gerações intelectuais, “não trair ao seu tempo, ao seu semelhante, nem a si mesmo”, e uma para um problema da sua geração de cidadãos em particular, o já mencionado “esforço de tomada de consciência” das contradições que se aguçavam com o desenvolvimento histórico brasileiro. Com isso, assinala os perigos da ideia do “dever” ou “missão” do intelectual, defendendo entretanto um rumo possível para a atuação deles, que seria a “tarefa máxima” de “combate a todos os tipos de pensamento reacionário”:

Aliás, se você me perguntar qual “o” dever específico da nossa geração, eu não saberei responder. Mas se me perguntar qual poderia ser, no meu modo de sentir, um rumo a seguir pela mocidade intelectual no terreno das ideias, eu lhe responderei, sem hesitar, que a nossa tarefa máxima deveria ser o combate a todas as formas de pensamento reacionário.

Nos domínios da inteligência, Mário Neme, a Reação assume os aspectos mais díspares e mais cavilosos. Se insinua por todo canto. E, num trabalho monumental de obstrução – tanto mais monumental quanto exercido inconscientemente por muitos intelectuais –, breca em todas as curvas a expansão do progresso humano e da inteligência livre.

Não nos compete, evidentemente, assumir uma cor política qualquer e descer à rua, clamando por ação direta. Cada um com as suas armas. A nossa é essa: esclarecer o pensamento e pôr ordem nas ideias (CANDIDO, 2002I, p. 245-246).

Ou, por outro, como defende no rodapé “Começando”, em 20 de setembro de 1945, sua estreia em *O Diário de S. Paulo*, dois anos depois do depoimento dado a Neme:

Precisamos convencer os jovens de que há tanta dignidade em perder noites estudando ou trabalhando uma obra de arte, quanto em distribuir boletins e lutar pelo futuro. Não nos furtemos ao dever de participar da campanha, mas não esqueçamos os nossos deveres para com a arte e a literatura. Vivamos o nosso minuto, mas procurando, como Fausto, pará-lo num assomo de plenitude. Ora, este assomo não nos pode vir do panfleto, mas da arte e do pensamento, que aspiram à permanência e atestam à posteridade o sentido do tempo em que vivemos (CANDIDO, 2002b, p. 44).

Na sequência, Candido define o que seria a “reação” e seu “trabalho monumental de obstrução” do progresso e da inteligência e quais as especificidades desse combate no campo intelectual, aqui diferindo do cidadão comum, pois não seria a “ação direta”, mas “esclarecer o pensamento e pôr ordem nas ideias”, como ele diz, batalhando contra “certas convenções intelectuais”, das quais ele exemplifica três: filosofia idealista, sociologia cultural e literatura personalista. E, então, Candido conclui retomando suas considerações preliminares para dizer que a busca afoita por regras de conduta a todo custo corresponde a uma tentativa de solução do problema sério do medo de não estar à altura das tarefas do tempo e não lhe ser útil, mas que ele prefere responder com a sugestão do critério mais amplo do “combate a todas as formas de reação”, que ajudaria a superar inclusive o medo, num claro recado ao sectarismo e sutil problematização de como ele ganha adeptos em momentos de polarização.

O tom do depoimento de Candido é descontraído, com uma série de gracejos com o interlocutor ao qual estava se dirigindo, chamando atenção por exemplo para a contradição entre a inspiração cosmopolita das perguntas feitas e o sotaque caipira de quem as fazia, Mário Neme, já aí a presença, ainda que de forma burlesca, da constatação da contradição original de nossa vida mental, que depois levaria à lei geral da dialética localismo e cosmopolitismo para a compreensão de nossa cultura. Como se vê, em meio ao tom de conversa informal, no entanto, Candido empreende uma primeira tentativa de responder seriamente ao desafio que, mais do que nunca, tornara-se premente para ele, posto que ingressara na militância política no ano anterior, no GRAP (início de sua passagem da “adesão puramente mental” para o “engajamento político”),⁵³ já sendo acadêmico profissional como assistente na cadeira de sociologia II, em circunstâncias que eram, como argumenta Jackson (2002, p. 78), “contraditórias”:

A primeira diz respeito à atmosfera intelectual geral dos anos trinta e quarenta, caracterizada, de acordo com depoimentos do autor, pela radicalização política que, como vimos, foi fator determinante em sua opção acadêmica. A

⁵³ Sobre a militância política do autor, ver por exemplo CANDIDO, 1988.

segunda seria a atmosfera intelectual da USP na mesma época, onde prevalecia a defesa da autonomia e da neutralidade do pensamento científico.⁵⁴

Tal é o texto inaugural da seção “Conduta” da referida coletânea de Dantas, que defende que esta para o autor foi marcada, desse período inicial na década de 1940 até o posterior à aposentadoria, pelo “tema comum da responsabilidade do intelectual” (DANTAS, 2001, p. 229). Passemos por mais alguns desses textos, abordados aqui em função das questões de interesse do trabalho.

Em “Carta a Luís Martins”, rodapé de 17 de setembro de 1944, Candido enfrenta o perigo que a geração literária mais velha via no predomínio crítico em vez de artístico entre as gerações mais novas, acusação vocalizada pelo destinatário da carta, crítico literário como ele. Mas era uma crítica que ia além do colega de rodapé, se lembrarmos que a esta altura Oswald já se referira ao grupo de *Clima* como “chato-boys”. Depois de recusar o antagonismo entre as duas formas de trabalho intelectual, que antes se fecundariam se cultivadas, e de mostrar existência de críticos em períodos anteriores e de bons ficcionistas naquele momento, Candido expressa um “palpite” otimista sobre o papel que vai desempenhar essa “corrente crítica, este desejo de estudar que caracteriza a mocidade de agora”:

Tenho o palpite de que, daqui a uns dez anos, quando o terreno semeado pela poeira dos ensaios e artigos se puser a frutificar nos livros e nos estudos alentados, muitos dos nossos problemas mais agudos serão aclarados por pontos de vista justos. Isto, em literatura, arte, sociologia, história, política. O movimento que começou em 22 e na década seguinte produziu homens como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Álvaro Lins. Nesta década de quarenta, amola-se muita faca e forja-se muito escudo. Sinal de que os tempos estão próximos, e que a crítica poderá, brevemente, passar à construção, iniciada por eles (CANDIDO, 2002i, p. 257).

Como sabemos, o otimismo não se verificou como esperado, afinal a construção nacional continua uma problemática de nossas agendas de pesquisa, e dez anos depois deste “palpite” Candido se afastava da militância partidária, descontente com os rumos já discutidos que então tomava seu PSB frente aos dilemas impostos pela realidade nacional. Esse afastamento foi momento em que ele se dedicou a mais estudo, na labuta que lhe parecia caber em sua espécie de indústria de base das armas de luta pela emancipação: seguir amolando facas e forjando escudos, para sabia-se lá mais quantos anos. Vinte anos depois do texto se chegou

⁵⁴ A visão é encampada, por exemplo e principalmente, por Florestan Fernandes, cuja concepção de conhecimento acadêmico em sua primeira fase, conhecida como “acadêmico-reformista”, identifica-se “à ortodoxia cientificista, à institucionalização acadêmica da sociologia e ao reformismo alinhados às concepções sociais e políticas do pensamento liberal” (GARCIA, 2002, p. 10).

mais próximo com a experiência do governo Goulart, sendo o processo interrompido pelo golpe e a ditadura civil-militar, para ficar em limites históricos próximos do recorte deste trabalho.

Em “A filosofia no Brasil”, Candido problematiza a tese do livro homônimo recém-publicado pelo professor de filosofia da FFCL Cruz Costa, segundo a qual a causa de não haver filosofia em Portugal e no Brasil seria a “inclinação prática do lusitano”, ao que Candido opõe a possibilidade de poder ser também a negativa disso, sua falta de inclinação à abstração o conduzindo à prática. Seja como for, o interessante é a discussão que Candido faz da possibilidade de união entre pensamento e ação, defendendo como resposta a eventuais más leituras da décima primeira tese de Marx contra Feuerbach que a “capacidade de bem agir depende da capacidade prévia de pensar bem” (CANDIDO, 2002j, p. 264). Diz ele:

Não creio, porém, que o prof. Cruz Costa aborde convenientemente o problema da *participação* e da *pureza*. Limitando-se a atacar esta última, deixa aberta uma questão magna do nosso tempo: a reconceituação de pureza intelectual. Por mais que desejemos negá-lo, há dois reinos solidários e complementares, mas não obstante distintos – o do pensamento e o da ação. São duas etapas, duas fases da mesma realidade, e o pensador encontra sempre dois termos no seu trabalho: padrão e atividade. Se nos limitarmos aos padrões ideais, sem indagarmos qual é a sua viabilidade, corremos o risco de ficar no puro jogo mental, que o autor reprova com razão. Mas se desprezarmos esses padrões, caímos no imediatismo, que é a morte do pensamento. Devemos pensar situações concretas, é verdade, mas inserindo-as em certas categorias mentais de generalidade e intemporalidade, sem o quê não duram e não chegam a matéria de filosofia. O praticismo excessivo propugnado pelo prof. Cruz Costa pode ser a morte da filosofia, reduzindo-a à reportagem inteligente e, de qualquer modo, à submissão ao imediato. À força de atacarmos a *pureza*, estamos chegando ao vício contrário e muito mais grave para o pensamento, que é a submissão da especulação ao capricho das situações contingentes, sob pretexto de fazer a inteligência *servir*. Tocando apenas no problema, o prof. Cruz Costa ficou numa certa imprecisão que não corresponde ao fundo das suas ideias, contribuindo talvez para desacreditar a posição do espírito livre (*ibidem*, p. 261-262, grifos do autor).

No texto, Candido recusa a oposição de Cruz Costa entre estudo dos problemas concretos do Brasil e a especulação desinteressada, pois, a despeito de afirmar que defende uma concepção de “missão da inteligência brasileira” vinculada a oferecer à sociedade brasileira o estudo dos seus problemas, os problemas da filosofia não seriam por isso secundários (*ibidem*, p. 262-263). Opera-se aí a dialética localismo-cosmopolitismo e, mais do que isso, o amadurecimento de uma reflexão pioneira sobre a posição do intelectual e sua possibilidade de participação e limites pela exigência de pureza. Dantas (2002b, p. 231) assim caracteriza o achado do texto, enfatizando a questão essencial do risco de instrumentalização política, haja vista o contraexemplo do PCB:

A unidade de pesquisa pura e participação, investigação desinteressada e função social, que se formula nesse rodapé, representa um padrão crítico de intervenção que, devolvendo o saber à vida, procura preservar sua autonomia cultural dos riscos de uma instrumentalização estritamente política.

Em “O grilo frança-eternista”, Candido enfrenta o problema da tentativa reacionária de, por ocasião da derrota da França então ocupada, “grilar” a verdade sobre a essência revolucionária e reformadora do país, na atitude que designa como “frança-eternista”. Mas o mais interessante não é tanto a disputa ideológica sobre o sentido da eventual essência histórica do povo francês, mas a crítica de Candido à falta de esclarecimento da opinião pública por parte da imprensa. No texto, ele vai apontar exceções, como texto de Rubens do Amaral, que mostra como o autor não estava sozinho ao pensar nos termos daquele tempo sobre o populismo, reflexões que, feitas antes da derrubada do Estado Novo, se mostrarão válidas depois e serão de certo modo recuperadas e refinadas pelo autor. Vejamos um trecho:

O fato é, porém, que permanecendo a fome – fome de alimentos, de vestuário, de habitação – não haverá homens livres, pensantes, capazes. Não haverá homens, enfim. Haverá escravos, rebanhos que aceitam, que reclamam um pastor, um caudilho, um duce, um führer, qualquer guia que lhes prometa pão e que, sob a fascinação das miragens, os arrastará a todas ignomínias no plano nacional e a todos os crimes no plano internacional (AMARAL *apud* CANDIDO, 2002h, p. 269).

Em “Alemanha = Nazismo?”, Candido assume postura que dá a medida da firmeza de espírito do então jovem sociólogo de 26 anos. Ele discute a opinião de Radcliffe-Brown, então em visita ao Brasil, sobre o destino da Alemanha no pós-guerra, a qual vai segundo ele na contramão do que se espera de um dos “maiores antrope-sociólogos vivos” (CANDIDO, 2002a, p. 272). A resposta de Radcliffe-Brown à entrevista da imprensa brasileira é de fato espantosa e merece ser reproduzida:

Não se trata apenas de tomar-lhes as casas; será preciso ir de casa em casa desalojar os moradores, fazer como fizeram os alemães intrusos com as nações invadidas (...) Removamos 40 milhões de alemães dos seus lares e das suas terras, para dá-las aos povos que ela (Alemanha) oprimiu. Ela o fez em nome da tirania, nós o faremos em nome da liberdade, da segurança do mundo de amanhã (RADCLIFFE-BROWN *apud* CANDIDO, 2002a, p. 273-274).

Com corajosa lucidez, o jovem Candido censura a atitude do mestre e referência e, mais do que isso, dá-lhe uma lição de racionalidade e humanismo políticos:

Não, meu respeitado mestre Radcliffe-Brown. Não se deve vencer o nazismo para continuar a empregar os seus métodos — onde quer que seja, de que lado seja, sob que pretexto for. Como sociólogo, como homem de pensamento, cabe-lhe pregar a humanidade nas relações do homem; cabe-lhe, ao invés de se queixar, como faz, que o tratado de Versalhes não tenha sido bastante rigoroso, ensinar que é preciso acabar com os odiosos tratados de Versalhes e

dar a todos os povos, quaisquer que eles sejam, condições que lhes permitam sacudir o jugo da contingência econômica e mesológica. A democracia não deve ser feita entre os homens apenas, mas também entre os países. O que se tem a fazer é esmagar o nazismo, punir os seus responsáveis e estender, larga, sincera, generosa e fraterna, a mão à Alemanha e ao seu povo (CANDIDO, 2002a, p. 276).

Vê-se, de um lado, a reação na mesma moeda aos adversários que condenamos, o que apenas adia a fatura de recuos para os avanços forçados na luta por emancipação e, de outro, a atitude mental compreensiva que, pela força de sua coerência, pode atravessar a história servindo de inspiração a essa mesma luta. Candido pertenceu e é referência desta segunda atitude.

Em “Discurso de paraninfo”, proferido aos formandos de 1947, Candido encara o problema da tarefa desses formandos no magistério secundário em fase que chama de “revolução”, que seria saldar a “grande dívida” com “patrícios desprivilegiados”, atacando o “pedantismo”, entendido como afastamento da vida e buscando reorientar atividade do magistério, sem cair em filosofias de aceitação ou trágicas:

Quem fala em carreira pressupõe uma série de deveres, e no capítulo dos deveres, desejo lembrar-vos o maior de todos, que paira incessantemente sobre todos nós, alunos e professores. É que somos um grupo de privilegiados a destacar-se da comunidade por vezes miserável de nossos patrícios pela oportunidade que tivemos de nos cultivar – não obstante os eventuais sacrifícios que isto possa ter custado a cada um – em escolas sustentadas pelo trabalho desta mesma comunidade. A ela, portanto, nós devemos em primeiro lugar, e tudo o que fizermos para o nosso progresso pessoal terá alcance realmente humano na medida em que nos cometermos à tarefa de saldar esta grande dívida (CANDIDO, 2002c, p. 311).

Comentando esse texto, diz Dantas (2002b, p. 233):

O paraninfo desilude a relação do saber universitário com a sociedade, advertindo para os riscos da especialização, ainda pouco palpável naquela quadra, mas também constatando como é inexorável a racionalização técnica do conhecimento. O timbre é humanista – os valores éticos não se dissociam da responsabilidade individual, o intelectual se examina sob a ótica da retribuição de um mandato da sociedade, no qual influem certamente o senso de missão e o fortalecimento da vontade, que purga o remorso da desigualdade. O intelectual que luta para diminuir o abismo social pratica uma ética que o leva a domar as forças da especialização a favor do coletivo e do bem comum, restaurando o sentido original do conhecimento. Antonio Candido propugna uma forma superior de discernimento, uma espécie de sabedoria para a vida que possa equilibrar a autonomia do indivíduo com as justas e humanas proporções das necessidades coletivas.

Nesse texto Candido ainda defende o fortalecimento da consciência individual e a recusa do otimismo que leva à aceitação de filosofias coletivistas, como o comunismo. A ação coletiva não alienada só seria, afinal, possível dessa maneira, e zelar por ela seria papel dos intelectuais.

Em “A situação brasileira”, artigo publicado em duas partes na *Folha Socialista*, em 27 de novembro e 15 de dezembro de 1947, Candido examina a posição do PSB no panorama partidário nacional e em relação à sociedade brasileira e sua estratificação social, defendendo que o PSB tinha posição única e mais adequada na esquerda, por procurar compreender a realidade brasileira e por empregar meios correspondentes aos fins (luta democrática pelo socialismo em vez de golpe), diferentemente do que faziam as boas intenções fossem burguesas, do trabalhismo ou do comunismo. Evidentemente, se estava no PSB, é porque considerava que, se havia algum instrumento partidário mais adequado naquele momento, era esse. O interessante aqui é ver como Candido constrói sua argumentação, que condensa muitas de suas convicções políticas mais importantes.

Por exemplo, no começo do texto, discutindo o ritmo lento de crescimento do PSB, Candido o relaciona à ideia que introduz de “doutrinação raciocinada”, oposta à “demagogia de massas”, linha de conduta que seria “única” (CANDIDO, 2002n, p. 338). A “demagogia de massas” era o que se podia observar no campo do trabalhismo, uma das “três forças políticas principais” do país de então ao lado do “campo tradicional burguês” e do “movimento comunista”, com a adoração a Vargas sendo devida a três razões: legislação social como arma, origem rural do novo proletariado e impedimento ditatorial de contrapropaganda (*ibidem*, p. 340). Ele insiste no ponto:

É preciso que os socialistas assimilem bem a noção de que, se o proletariado politicamente consciente e organizado é o fator decisivo da revolução econômico-social, o proletariado inconsciente, arrebanhado por líderes sem escrúpulo, pode dar a base de um movimento fascista. O proletariado não é revolucionário por força de milagre, mas apenas quando suas energias latentes se revelam à luz da sua consciência política, dando-se, deste modo, o encontro do seu destino histórico com a sua capacidade de ação (*ibidem*, p. 343).

Sobre o movimento comunista e a URSS, vai problematizar o que considera suas incoerências, que comprometeriam o conteúdo revolucionário, pois para ele “o ato não se separa do objetivo” e não se pode “crer que os homens possam ser preparados para a liberdade através de decênios de tirania, nem que a compressão prolongada e sistemática da consciência individual gere outra coisa além da mutilação moral e o hábito da subserviência”:

O seu conteúdo revolucionário está praticamente comprometido, quer pela subserviência às ordens da Rússia – dessa Rússia que não representa mais a

causa do proletariado mundial e sim os seus interesses nacionais – quer pela tendência golpista e antidemocrática. É preciso não confundir mudança revolucionária com golpe político: a primeira pode dar-se sem efusão de sangue, se comportar alteração radical e essencial do sistema econômico-social; o segundo pode representar, simplesmente, o estabelecimento de uma ditadura. Sabotando a consciência política da massa com os mais desavergonhados cambalachos políticos, o PCB está tornando impossível a consciência revolucionária e criando ambiente para o golpismo dirigido de cima para baixo (CANDIDO, 2002n, p. 341-342).

Como se vê, a situação não era fácil, pois às ilusões liberais da burguesia de educação das massas para a política se opunha geralmente, do lado da esquerda, o programa de revolução entendida como golpe político que, sem contribuir para a consciência do povo e sua autonomia, conduziria o país “pós-revolucionário” a uma tutela digna da linhagem conservadora de pensamento político nacional, um autoritarismo, mas em tese “justificável” uma vez que da “vanguarda” e do partido que se consideravam os portadores da revolução mundial e do socialismo. Prossegue Candido:

Atrás da linha tática da colaboração de classes, respeito à democracia etc., sabemos que o Partido Comunista visa a tomada do poder, logo que for possível, com a instauração de uma ditadura, por ele chamada “do proletariado”. Num país como o nosso, em que o proletariado, na sua imensa maioria, é uma classe esmagada e sem formação política – como também era o proletariado russo – sabemos muito bem que esta ditadura teria de ser tutela. Tutela integral, completa, definitiva – como aquela com que sonham os fascistas. Retomando o raciocínio que fizemos em relação aos partidos burgueses, digamos que, independente da eventual boa vontade e idealismo dos comunistas, a sua posição de fantoches da Rússia e as nossas condições de país atrasado leva-los-iam, fatalmente, a uma ditadura implacável, que desvirtuaria qualquer tentativa de levar a liberdade socialista ao povo brasileiro (*ibidem*, p. 344).

A solução preconizada, que mantém ao menos formalmente o proletariado como força potencialmente revolucionária, aponta para a necessidade de “compreender objetivamente as necessidades e os problemas brasileiros para traçar, de acordo com eles, a sua linha de ação”, o que no caso significava, em relação ao povo, a necessidade de serem “penetrados pela educação política, por meio da organização democrática da luta socialista” (*ibidem*, p. 345). Vê-se aqui uma oscilação que será constante no período entre a saída liberal da educação do povo, em que recaem Candido e seus companheiros, como Pedroso D’Horta, citado pelo autor nesse artigo, ao se oporem à tutela trabalhista ou comunista, e a ideia propriamente da “missão” da pequena e média burguesia radical como os intelectuais de diálogo com o povo, tomando-o como fonte dessa compreensão da realidade objetiva brasileira, a fim de poder falar-lhes sobre seus problemas empregando o estoque acumulado pela intelectualidade em função da divisão do trabalho material e imaterial, forma de saldar a “grande dívida” de que já se falou anteriormente.

Apesar das recaídas, o incômodo com a saída da mera ilustração do povo leva Candido a ressalvas discretas, como salientar os “critérios rigorosamente democráticos da atividade política educativa”, sem entrar no que queria dizer com isso. A convergência e entendimento entre proletariado e pequena burguesia que essa atividade educativa permitiria poderia levar ao necessário entendimento entre essas classes:

Só assim se fundirão, em invencível potência socialista, os setores oprimidos da população brasileira, que tornarão o socialismo um fato, sem recorrer ao totalitarismo. Em vez da socialização de golpe – por meio do ferro-em-brasa da tirania e por isso mesmo destinada a fracassar ou desvirtuar-se – teremos uma socialização pelo amadurecimento, apoiada na democracia e realizando, pela liberdade, os ideais de justiça sem os quais o homem não se realiza como homem (*ibidem*, p. 346).

Em “Economia e socialismo”, artigo publicado na *Folha Socialista* em 10 de janeiro de 1948, Candido discute as possibilidades de desenvolvimento nacional defendendo que a “dependência” como a primeira realidade particular nacional e, pelo fato de que a “vida política do país se move em dois planos diversos: o dos interesses locais e o dos interesses gerais”, a única solução possível seria a “planificação socialista da produção e do consumo”, pois os interesses contraditórios internos entre interior e atraso e vida moderna serviam de “plataforma para as manobras do capitalismo bancário e industrial, nacional e estrangeiro” (CANDIDO, 2002d, p. 348). Tal planificação ele contrasta com a “planificação totalitária”, afirmando que se diferencia pelo “sistema tríplice”, com União, estados e municípios, com “autonomia fundamentada economicamente” e “espírito de descentralização” análogo ao da própria estrutura partidária defendida pelo PSB, que salvaguardava as liberdades individuais.⁵⁵

Tal era o diagnóstico, que partindo dos achados anteriores da tradição intelectual brasileira, especialmente Caio Prado Jr., propunha um caminho ideal a ser perseguido, no qual entretanto, como veremos, haveria a pedra do que poderíamos chamar de “estágio de consciência do povo e sua cooptação pelo populismo”, o que impediria a mudança econômica pretendida, trazendo esse problema para primeiro plano após as eleições de 1950 e a recondução de Vargas à presidência, pois de nada adiantaria um programa avançado desses no plano econômico sem sujeitos conscientes de seus próprios interesses e organizados autonomamente para lutar por eles.

A intervenção de Candido na *Folha Socialista* não se resumia, porém, a discussões de interpretação mais ampla da sociedade brasileira e sua relação com as discussões teóricas mais

⁵⁵ Essa descentralização estava também no cerne das propostas do cristianismo social então emergente, como o do já mencionado Lebrecht, o qual inspirava parte considerável das lideranças e bases do PSB desde a sua fundação.

gerais no interior da tradição intelectual ou política inspiradas pelo marxismo. Ele também se preocupava com questões mais imediatas da conjuntura, por exemplo a posição do partido nas eleições em São Paulo. E contribuía de maneira tal que seu artigo “Forças conservadoras contra forças demagógicas”, publicado no jornal do partido em 12 de maio de 1948, seria incorporado pelo PSB-SP como resolução. O texto busca enfrentar o conflito político premente no estado, após a eleição de Adhemar de Barros ao governo com apoio do PCB, na primeira eleição após a abertura política, e cuja síntese se encontra já expressa no próprio título do texto.

Recapitulando historicamente a tradição política da burguesia brasileira desde a República Velha, Candido vai destacar o “personalismo” como forma política, que contudo estaria ameaçado pela instalação da vida moderna com o desenvolvimento da economia capitalista. Para ele, a Revolução de 1930 representou vitória da “tendência urbana”, sendo a urbanização o “fenômeno econômico-social mais importante na vida do Estado” até aquele momento, pois significava a incorporação das massas à vida política, ainda que isso tenha ficado mascarado pela ditadura. Com o fim desta, teria surgido o caudilhismo como “solução de novos setores da burguesia”. Candido pensava viver o momento de agudização da “revolução” sugerida pelo companheiro de partido Sérgio Buarque e a posição que sustenta é firme, sem a ilusão dos comunistas, por exemplo, que logo seria desfeita pelo não cumprimento por Adhemar das promessas feitas ao PCB: o “caudilhismo demagógico” seria uma terceira força reacionária, ao lado da reação conservadora e fascista, sendo portanto importante o PSB manter “independência”, com a tarefa de denunciar atentados contra a democracia, por meio da qual as massas poderiam ser ativamente incorporadas, o que incluía a denúncia também do comunismo, quando necessário. Isso tudo com o objetivo de fortalecer a atuação em prol da “politização efetiva e democrática das massas”, aqui novamente aparecendo a politização mas com a ressalva de que deveria ser “democrática”, preocupação que o autor parecia amadurecer com avanços e recuos em seus diversos textos que a tematizam.

Assim Candido resume o caráter da luta de classes no Brasil republicano até então e as mudanças trazidas pela urbanização:

A urbanização, acelerada pelo crescimento da indústria, trouxe ao plano da política as massas arrancadas ao primitivismo da vida rural e, ao mesmo tempo, libertou o pequeno-burguês da tradicional sujeição ao chefe. A burguesia dominante não sabe e não pode resolver o problema em benefício próprio; e apela atarantada para os velhos métodos – quer sob o colorido conservador, como o PSD, quer sob o colorido liberal, como a UDN. Surge, então, o velho recurso dos países sul-americanos nos momentos de crise: o caudilhismo. Desta vez, um caudilhismo enroupado de fórmulas novas, de tendência vagamente trabalhista com Getúlio e Borghi, de tendências

pequeno-burguesas com Adhemar de Barros. No entanto, só os ingênuos não veem que essas soluções são também soluções burguesas. A diferença está em que são soluções de novos setores da burguesia. Em 1889, a burguesia comercial, aliada à agricultura então moderna do café, fez a república para derrubar a aristocracia dos plantadores de açúcar; depois de 1930, a burguesia industrial derrubou a burguesia cafeeira e comercial; atualmente, a burguesia dos industriais de guerra, dos novos-ricos e do câmbio negro procura tomar lugar ao lado dos industriais e comerciantes da primeira fornada. E como, nos regimes burgueses, o governo é uma sociedade de auxílio mútuo entre privilegiados, os recém-chegados querem, a todo custo, furar o cordão de isolamento e entrar para o círculo dos eleitos. Daí darem força à demagogia queremista e adhemarista, que explora a inconsciência das massas semi-urbanizadas e o ressentimento do pequeno-burguês longamente controlado pelo chefão. No fundo, o caudilhismo demagógico resulta numa garantia da propriedade e do capital, do mesmo modo que o fascismo. Mais ainda: a demagogia é uma solução burguesa para controlar as massas recentemente incorporadas à vida política. Por isso, é uma constante fatal da moderna política burguesa nos países atrasados como os da América Latina (CANDIDO, 2002g, p. 356).

Do mesmo tipo, como documento para discussão interna, é “Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado”, tese apresentada em reunião plenária da Comissão Executiva Estadual em 27 de junho e publicada na *Folha Socialista* em 15 de agosto de 1948. No texto, Candido discute o

problema da posição que os socialistas devem assumir em face da orientação seguida pelo Partido Comunista do Brasil, posto na ilegalidade graças a uma situação que contribuiu para criar com os seus desmandos teóricos e práticos, mas que representa principalmente um ataque reacionário à liberdade de associação (CANDIDO, 2002m, p. 360).

E defende a posição consequente de que, seguindo o PCB a doutrina do capitalismo de Estado soviética, que não era a mesma coisa que comunismo ou socialismo, o PSB devia fazer oposição a ele como a todos os outros partidos, sem desconsiderar eventuais alianças pontuais ou táticas, como com qualquer outro menos o fascista (PRP), tendo em vista que, de acordo com essa avaliação, haveria entre PSB e PCB divergências de objetivo. Havia convergências sim, entre comunistas e socialistas, pensando na “socialização da propriedade” ou na “supressão progressiva do arcabouço do Estado”, mas os comunistas abandonavam sua doutrina em prol do capitalismo de Estado soviético, que esclerosara esses objetivos em “ditadura permanente” e representava seus próprios interesses nacionais, inclusive com recurso ao imperialismo, tal como a potência capitalista, os EUA.

A questão da interdependência entre meios e fins, devida às “concepções mais elevadas do humanismo ocidental, de que o socialismo é herdeiro legítimo”, volta à tona, pois para o autor “os meios empregados para obter um fim não podem substancialmente ser destacados

deste, sob pena de desvirtuá-lo, ou, por outras palavras, o fim não é mais do que a cristalização dos meios e sua projeção definitiva” (CANDIDO, 2002m, p. 361). E, com isso, aponta firmemente o quadro em que deve se circunscrever a luta política dos socialistas e por quê:

O Partido Socialista Brasileiro se propõe a lutar nos quadros da democracia burguesa, procurando liquidar, nela, as ameaças totalitárias e as escamoteações conservadoras. Sabe que a liberdade burguesa é em grande parte fictícia, mas que é um mínimo possível de ampliação por meio da luta diária, da doutrinação e da atividade legal; um mínimo que importa preservar em nossos dias de depravação do sentimento da liberdade, para que, fiel ao nosso programa de Socialismo e Liberdade, possamos atingir a democracia socialista, com o fim da exploração do homem pelo homem (*ibidem*, p. 364).

Em “Encarando o futuro”, artigo publicado na *Folha Socialista* em 21 de outubro de 1950, Candido discute qual deve ser a atitude dos socialistas frente à vitória de Vargas na eleição daquele ano, que foi para todos eles uma surpresa, que o sufrágio universal levasse ao poder aquele que havia liderado uma ditadura. Contra a perplexidade que dominava os “arraiais burgueses” e também a “lamentação decepcionada” ou a “sôfrega justificação adesista” que parecia tomar a esquerda, defende que a atitude dos socialistas devia ser a de examinar e compreender as condições históricas e sociais passíveis de análise e compreensão na qual se dera a vitória de Vargas como afirmação da vontade popular, para não serem mais surpreendidos e para que sua ação pela transformação social pudesse ser eficaz.

Como vimos anteriormente no balanço de Hecker sobre as avaliações que se fez dentro do PSB sobre a vitória de Vargas, Candido destoa ao não procurar culpados externos ou comemorar alguma vitória fictícia por meio de malabarismos retóricos. Ele faz o papel de analista e não de ideólogo, mais preocupado com a interpretação do fenômeno do que em mobilizar uma ação imediata sobre ele. Mas, por se tratar de fenômeno que surpreendera a todos, tratava-se pois de compreendê-lo em primeiro lugar, e nesse ponto o prognóstico oferecia também um caminho possível de ação para o partido, e não simplesmente a abstinência político-partidária. Contribuir com a “articulação da voz” do povo que começava a se incorporar no Brasil moderno e industrializado e urbanizado, tal seria a missão de um partido de pequena e média burguesia intelectualizada:

Nos países atrasados, como o nosso, a democracia sofre a mais rude provação. Com efeito, nem temos uma tradição política liberal para podermos assistir ao desdobramento natural das formas democráticas de vida, nem temos base popular esclarecida para caminhar decididamente nas vias que conduzem ao socialismo. E como, ao lado disso, o estado segue a marcha inevitável no mundo moderno, aumentando sem cessar o seu âmbito de ação e intervenção; como, por outra parte, a urbanização e a industrialização formam rapidamente massas sensíveis à opinião e à propaganda – segue-se que é muito grande a

inclinação para as formas bastardas de transição. É o caso da democracia getulista, borghista, ademarista, mas sobretudo a primeira, que servem à burguesia porque agradam o povo com certas concessões mínimas, e *servem ao povo porque parecem interessar-se mais diretamente pela sua sorte* do que os agrupamentos tradicionais da burguesia. A sua força vem daí. É aí que se deve buscar uma das bases mais sólidas do prestígio de Getúlio, homem bastante flexível e decidido para explorar o compromisso instável dos interesses burgueses com as aspirações ainda informes de grandes setores do povo que apenas agora começam a articular a voz (CANDIDO, 1950, p. 5, grifo meu).

Sobre essa avaliação, afirma Hecker (1998, p. 144-146):

A novidade analítica estava justamente em entender não apenas Getúlio acima de sua dimensão pessoal, e abandonar a crítica que se limitava a invectivas contra o velho ditador estadonovista, mas avaliar a participação popular numa nova sociedade de massas que mudava de perfil. Construía o populismo, como ele próprio afirmava, “formas bastardas” de democracia que não se devia considerar como repetição do passado ditatorial. Esta abertura para entender o novo tornava menos indignado o texto de Antonio Candido e mais percuciente. O que parecia serem fatos inegáveis de regressão pura e simples em outros autores como Arnaldo ou Febus, nele surgiam como dados da transição para uma sociedade de massas em que o Estado exerceria grande poder e, portanto – poderiam os militantes conjeturar a partir da sua análise –, sem uma política de penetração nesse Estado, os socialistas se manteriam alijados de qualquer atividade realmente participativa. O texto de Antonio Candido não determinava esta análise, mas estabelecia parâmetros que iriam viabilizá-la [...]

É evidente que a análise deste militante socialista não propunha um comportamento arrivista para o PSB, no entanto transferia o debate para o fulcro da luta nos “países atrasados”, qual seja a de participar do processo de “articulação da voz” dos setores populares, e participar ativamente, por meio de um Estado cada vez maior, quanto ao “âmbito de ação e intervenção”.

Em “O parlamentarismo”, artigo publicado na *Folha Socialista* em 20 de junho de 1953, um ano antes de seu afastamento definitivo e já após a eleição de Jânio para prefeito de São Paulo no chamado “movimento 22 de março”, Candido discute qual deve ser a posição do PSB em relação à adoção do parlamentarismo no Brasil. Ele defende que a crítica dos socialistas ao regime vigente então não era de forma, mas de conteúdo, e que a mudança de sistema de governo era uma mudança de forma, e não de conteúdo, sendo portanto secundária para eles.

Apesar disso, defende que não se deve ser indiferente a ela, pensando-a não em si mas em termos de relação com o meio social e a eficiência que pode ter em termos de luta emancipatória. Afirma ele:

Entra aí outra questão, que é a da eficiência do sistema; o socialista está interessado em que o governo burguês se organize de modo a garantir o mínimo de possibilidades para a nossa militância e para as reformas que reivindicamos. Interessa-nos um sistema em que possamos infiltrar cada vez mais as nossas ideias e os nossos princípios econômicos, políticos e culturais,

até que eles avultem de tal modo, que fiquem incompatíveis com a ordem social vigente. Aí, teremos a sua substituição por outro tipo de governo, popular e socialista. Assim, embora lutemos por uma reforma de *conteúdo* (isto é, por uma revolução), não nos é indiferente a *forma* que este possa revestir (CANDIDO, 2002k, p. 366-367, grifos do autor).

Para ele, a proposta de instauração do sistema parlamentarista feita por Raul Pilla devia ser rejeitada pelo partido, porque não seria eficiente desse ponto de vista, uma vez que o sistema parlamentar “pressupõe a existência de uma opinião pública mais ou menos definida”, para eleger um parlamento que fosse expressão de sua vontade soberana e sobre o qual ela pudesse manter constante vigilância, o que a formação histórica do Brasil até então não proporcionava. Nesse sentido, pode-se dizer que a intransparência do sistema tenderia à formação de pequenas oligarquias, o que afastaria a tão desejada “incorporação das massas à vida política do país”, além do risco de “anarquia”, tal como teria se dado na experiência do Império, provavelmente na época da Regência.

Com a discussão desta seção, pensa-se ter dado conta das “principais linhas de combate de nosso Autor nessa fase de militância a favor do socialismo democrático”, que procuraremos sintetizar no capítulo seguinte:

1º) incorporar à análise política os estudos brasileiros anteriores, fazendo-os render em campo que não lhes era próprio, inclusive politizando as melhorias recentes da formação universitária (oposto da cientificidade então preconizada por Florestan Fernandes); 2º) a partir dessa incorporação, esboçar uma análise do populismo brasileiro, demonstrando a continuidade entre o fascismo anterior e as modalidades renovadas do pós-guerra, no que Antonio Candido teve um papel pioneiro ainda não avaliado; 3º) lançar as bases de uma radicalização das classes médias que, no vazio de uma situação revolucionária, serviria de alternativa à fraqueza das opções burguesas e sub-burguesas atizadas pelo populismo; 4º) denunciar a sucessão de equívocos cometidos pela política comunista desde o fim do Estado Novo, sobretudo responsabilizando o stalinismo pela imobilização das forças de Esquerda, mas não sem antes deixar provada sua incompetência para produzir uma teoria política fundada na realidade brasileira (DANTAS, 2002b, p. 332).

Ao avanço na avaliação ainda não esgotada desses pontos pela literatura sobre Candido, em especial em relação ao segundo e ao terceiro deles, é que este trabalho se pretende como uma modesta contribuição, em diálogo de aprendizado com os predecessores, como Dantas e seu monumental trabalho de levantamento bibliográfico das obras do autor e suas instigantes e a meu ver corretas pistas de interpretação.

4 O radicalismo como “missão” do intelectual

Este capítulo busca sintetizar os dois anteriores a modo de conclusão. Para tanto, divide-se em duas partes.

A primeira parte busca rastrear e discutir a construção da plataforma de atuação intelectual que Candido elaborou despretensiosamente ao longo de toda a sua trajetória sob o epíteto de “radicalismo” e que encontra expressão em textos posteriores ao recorte proposta para a presente pesquisa, geralmente vinculados àquela “vertente importante” do trabalho do autor sobre a “formação do pensamento brasileiro”, nos termos de Jackson (2002, p. 24): em “Clima”, palestra dada no Instituto de Estudos Brasileiros da USP em 1974 e inicialmente publicada em 1978 no número 8 da revista *Discurso*; em entrevista dada em 1974 para a revista *Trans/form/ação* da Faculdade de Assis (“Sobre o trabalho teórico”, que ele próprio citaria posteriormente, por exemplo em “Feitos da burguesia”, de 1976); no artigo “Radicais de ocasião”, publicado em 1978 no número 9 da revista *Discurso*; em “Post-scriptum” acrescentado em 1986 ao prefácio que escreveu em 1967 para a obra-prima de Sérgio Buarque de Holanda (“O significado de *Raízes do Brasil*”, incorporado a *Teresina etc.* com o título “Raízes do Brasil”); “A Faculdade no centenário da Abolição”, aula inaugural dos cursos de graduação da FFLCH para o ano de 1988 publicada primeiramente em opúsculo; “Radicalismos”, palestra proferida no Instituto de Estudos Avançados da USP em 1988 e inicialmente publicada na revista do mesmo Instituto em 1990.

Tal plataforma, central para a compreensão da dimensão política de sua atuação intelectual, foi elaborada teoricamente *pari-passu* às necessidades impostas à prática política do intelectual periférico e parece representar um passo adiante nas interpretações do Brasil, ao dotar o intelectual de uma reflexividade e autoconsciência sobre as potencialidades e os limites de sua própria situação social, alertando-o desse modo acerca dos problemas de uma dissolução das contradições de uma sociedade estratificada como a brasileira numa identidade nacional homogênea. Ao refutar a ideia de que o intelectual pode alcançar o ponto de vista “arquimediano”, sem com isso abrir mão da tarefa de buscar alargar a sua mentalidade, para usar termos de Arendt tomados de Kant, Candido encontra uma “missão” para a intelectualidade brasileira no processo de modernização e emancipação na sociedade brasileira. Com isso, coloca-se em dia com o debate contemporâneo a relação entre identidades e universalismo, presentes na ideia de “lugar de fala”, por exemplo.

Sobre o prognóstico de Candido em relação aos bloqueios à emancipação de seu diagnóstico da situação brasileira, pela convergência entre classes e foco na tomada de consciência, afirma Dantas (2002b, p. 335):

Posto que formule uma compreensão do bloqueio objetivo da política brasileira, Antonio Candido não esmorece diante da modéstia de expectativas constatadas por sua própria análise de conjuntura, pois a orientação socialista pode fortalecer a auto-estima dos oprimidos e propiciar a compreensão inteligente da situação em que se achavam todos enredados. Esse otimismo da vontade se patenteia na confiança de que se difundia uma espécie de consciência crítica da dominação, que erga o nível da política e ensine a reconhecer na expectativa vivida os termos menos teóricos – às vezes brutais – de uma conjuntura local de forças. Algo diverso da manipulação das massas que praticavam o trabalhismo e os comunistas. Assim, como se vê pelos artigos transcritos, o teórico socialista não mascara os limites da ação revolucionária nas condições brasileiras e inova inteiramente ao se dirigir ao discernimento do cidadão e ao estimular a colaboração interclassista entre trabalhadores e pequena burguesia.

Já a segunda parte busca discutir a plataforma construída em termos do seu significado e atualidade, que é defendida pelo que representa de acúmulo e amadurecimento como reflexão sobre a realidade brasileira e sobre a condição de intelectual numa realidade como essa, ou seja, periférica e de formação e desenvolvimento alheio, embora não diverso, do centro capitalista que serviu e ainda serve em grande medida como referência intelectual para o mundo ocidental.

4.1 Gênese e construção de uma plataforma

Como já se disse, a despeito de extensa e ativa participação na vida pública brasileira, Candido pouco teorizou sobre a política em sentido estrito e, por essa razão, seu pensamento mais propriamente político não ocupa espaço de vulto em sua vasta bibliografia, apesar de perpassá-la como um todo. Seus escritos geralmente considerados mais políticos se concentram em duas obras de maturidade, posteriores à sua aposentadoria como professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, que ocorrera em 1978. Trata-se de *Teresina etc.*, de 1980, e da segunda parte de *Vários escritos*, livro publicado originalmente em 1970, mas com a parte política acrescentada apenas posteriormente, a partir da terceira edição da obra, de 1995. Há, evidentemente, outros escritos esparsos nesse sentido, de data, problemática e procedência variadas, sendo que os mais importantes se encontram coligidos na antologia *Textos de intervenção*, de 2002, em especial em sua terceira e quarta partes, que, como vimos, tratam dos temas “conduta” e “conjuntura”, respectivamente. Há, ainda, entrevistas concedidas pelo autor que tocam o assunto, sendo que essas, de conteúdo político mais pronunciado e também crescentemente reiterativo, começam a aparecer somente a partir da segunda metade da década de 1970, possibilitadas pela chamada “abertura” do regime ditatorial da época e

provavelmente incentivadas também pelo processo de fundação do PT, quando o autor passou a contar com uma base social de leitores potencialmente mais ampla que os estudiosos de ciências humanas e letras, que eram claramente o público-alvo mais restrito dos temas especializados tratados nas primeiras entrevistas.

O tema do “radicalismo de classe média” vai surgir pela primeira vez, salvo engano, na palestra sobre “Clima”, em que ele passa em revista sua geração e a formação do grupo, e numa entrevista sobre seu trabalho no âmbito da teoria literária acadêmica, em que ele trata de sua trajetória intelectual e a divisão dela em fases, do contexto institucional de trabalho intelectual de então no país, do balanço da literatura contemporânea no Brasil e na América Latina e dos debates teóricos mais gerais da área naquele momento (ambas, palestra e entrevista, são de 1974). Tratando do contexto institucional de seu trabalho, Candido vai expor a intuição de que existe um pensamento radical brasileiro para cuja formulação a fundação da Faculdade de Filosofia deu “elementos decisivos”, nova tradição que em parte se chocava com o monopólio do marxismo pelo partido comunista e outras organizações partidárias de esquerda:

Note-se que ela [a Faculdade de Filosofia] tem sido quase por instinto fiel a esse tipo de pensamento, o que leva frequentemente a esquerda a subestimar o seu papel, achando que ela devia por exemplo fazer a revolução... Ora, o seu interesse maior é justamente favorecer um pensamento radical e não assumir posição revolucionária; e isso representou um grande progresso em relação ao que eram as Faculdades brasileiras, que na melhor hipótese formulavam ou abrigavam posições liberais tradicionais como ponto extremo, porque o grosso do pensamento era maciçamente conservador e não raro reacionário (CANDIDO, 1974, p. 12).

Vale atentar para o que ele está chamando de “pensamento radical” a esta altura, bastante vinculado ao que procuravam fazer ele e seus colegas de FFCL (no caso dele, pensemos por exemplo em *Os parceiros do Rio Bonito*, já discutido). Ora, estavam dando continuidade ao ensaísmo e à literatura do modernismo da geração de 1930, não só de se interessar e descobrir o povo, como no caso do primeiro, mas de tomá-lo como fonte para a produção sistemática de conhecimento, como no caso do segundo, de acordo com o processo de “desburguesamento” já mencionado anteriormente:

Nesse sentido lembramos a obra de Florestan Fernandes e sua equipe; os estudos sobre o negro a partir de Roger Bastide; alguns trabalhos históricos feitos com ânimo de revisão de valores e conceitos; o desvendamento das condições de vida por vários geógrafos; a vigilância intelectual de muitos estudiosos de filosofia e literatura. E não esqueçamos que desse espírito surgiram instituições como o Cebrap. É a tudo isso que chamo genericamente de “pensamento radical”, sem fazer caso dos matizes. A partir do decênio de 1930 ele foi a primeira formulação coerente, em nível institucional, da classe média progressista, que deste modo se exprimiu, não como cupincha da

oligarquia, mas como categoria autônoma. Para muitos isso pareceria ridiculamente pequeno-burguês. Mas em perspectiva histórica é muito ponderável e positivo, porque significa a radicalização da classe média nas instituições culturais, com todo o deslocamento para a frente que isso implica em relação às posições tradicionais (CANDIDO, 1974, p. 13).

Como ficou dito, no Brasil a passagem da década de 1930 para a de 1940 representou um momento de especialização do trabalho de intelectuais e artistas. Estava em formação, segundo parece entrever Candido, uma fração potencialmente progressista, posto que “esclarecida”, da classe média de uma sociedade atrasada, mas de moderna estratificação já incipiente, que seria capaz de contribuir, de algum modo, para tirar o país da condição de retardo. A busca por esse modo de intervenção política dessa fração de classe emergente no país, com a qual Candido se identificava, mas de maneira legítima e eficiente segundo os ideais de democracia moderna que se pretendia construir por aqui, atravessa toda a sua obra, desde os escritos de juventude (entre as décadas de 1940 e 1950, antes de se tornar docente) até os mais tardios (após sua aposentadoria, em 1978), como temos buscado demonstrar. Sobre o perfil sócio-econômico, ainda vai dizer Candido na mesma entrevista, intuindo o que pesquisas posteriores viriam a explorar e confirmar (cf. MICELI, 1987, por exemplo):

Ele [Lévi-Strauss] conta que, ao chegar em São Paulo em 1934, percebeu que os professores estrangeiros tinham sido recrutados para fornecerem a sobremesa da oligarquia. Os setores esclarecidos da oligarquia paulista, já realizada e amadurecida como classe dominante, criaram uma Faculdade para ter a sua filosofia, os seus estudos de alto nível como enquadramento e viveiro de intelectuais a seu serviço. Mas, diz Strauss, bastava ver a composição dos alunos para perceber que isso não seria verdade: eram professores primários, gente da pequena burguesia, filhos de fazendeiros arruinados. Completando o pensamento, diríamos que a oligarquia suscitou um “aprendiz de feiticeiro”: criou condições para formar intelectuais que a exprimissem, mas estes desenvolveram uma atitude e um pensamento radical de pequena burguesia, que a negaram (CANDIDO, 1974, p. 13).

Como desenvolveria posteriormente, a condição de intelectuais e artistas de classe média é ambígua e há um certo descompasso ou autonomia relativa entre pensamento e ação. Embora não assumam um comportamento revolucionário, no sentido de se disporem a arriscar os próprios privilégios, por outro lado eram propensos a um pensamento revolucionário, tanto maior quanto mais próximos e animados pelos movimentos sociais. Trata-se aqui da ideia do autor de “ocorrência marcante”, por exemplo uma repressão que extrapole a aparência de legalidade e fira a sensibilidade humana, como ele discute em “A verdade da repressão” ou em “Radicais de ocasião”, por exemplo. Ela pode sensibilizar essa média ou pequena burguesia para as causas dos dominados e inspirar-lhe simpatia ou apoio mais ativo, ainda que por vezes inconstante e mesmo “ocasional”. Tal tipo de “ocorrência” é o gatilho que desencadeia a

mudança de comportamento no que ele vai chamar de “radicais de ocasião” no texto homônimo, cuja contribuição, embora discreta, seria para ele de grande valor se considerado o cômputo geral desse acúmulo: “Se fosse possível computar esses fatos ocasionais, essas atividades temporárias, talvez resultasse um total imenso de forças” (CANDIDO, 2007e, p. 77). Nessa visão por assim dizer mais gradualista das transformações, o autor deixa ler nas entrelinhas uma crítica sóbria às transformações bruscas, desempenhadas pelo tipo oposto ao “radical de ocasião”, que seria o “revolucionário profissional”:

O militante inteiramente consagrado à atividade política, materialmente sustentado por uma organização partidária, a quem em princípio deve dar adesão completa, obediência sem reservas, todo o seu pensamento e a sua ação, não devendo, como um clérigo, ter outro compromisso. A esses homens, formados segundo a mentalidade exclusivista das seitas, o nosso tempo deve algumas das suas realizações mais espantosas, tanto as redentoras quanto as atrozes (*ibidem*, p. 77).

Na palestra proferida no IEA-USP, Candido vai se aprofundar nesse tema do “radicalismo”, que já intuía em ocasiões anteriores, conforme demonstramos acima. No texto, que pode ser reconstruído em cinco partes (discussão da ocorrência de ideias radicais no Brasil, da relação entre ideias e classes, do radicalismo de Joaquim Nabuco, do radicalismo de Manoel Bomfim e do radicalismo de Sérgio Buarque de Holanda), Candido enfrenta a questão da existência e da função de um pensamento radical no Brasil, defendendo que o conhecimento do pensamento radical local pode funcionar como forma de adequação das ideias de transformação social universais, como as do marxismo, sendo condição de sua eficiência concreta. Por isso, considera importante definir essa corrente de pensamento e oferecer alguns exemplos, como os de Nabuco, Bomfim e Sérgio Buarque, que conectam métodos e metas importados à matéria e aos obstáculos locais, como ele próprio procurou fazer.

Ao intuito do texto apresentado logo de cara, “mostrar a ocorrência de ideias radicais no Brasil e tentar caracterizá-las por meio de alguns exemplos”, pois tal investigação seria indispensável para o “exercício adequado e eficiente das ideias de transformação social, inclusive as de corte revolucionário”, segue-se uma primeira definição:

Pode-se chamar de radicalismo, no Brasil, o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou [...] Digo que o radicalismo forma contrapeso porque é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, em oposição ao modo conservador. Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o seguimento potencialmente revolucionário da sociedade (CANDIDO, 2011b, p. 195-196).

Em seguida, Candido apresenta as primeiras problematizações desse radicalismo: a escala da reflexão na nação e não na classe social, o que resulta frequentemente em: harmonização (embora ele próprio em outro lugar problematize o que chama de “transferência semântica” da ideia de nacionalismo, da origem à direita pela apropriação crítica à esquerda, em “Uma palavra instável”, de 1989): ou na já mencionada ambiguidade da posição, resultante da autonomia entre pensamento e comportamento. O lado positivo seria o papel transformador possível do radical em países subdesenvolvidos e conservadores, por fazer avançar o nível de consciência do povo em situação de desigualdade extrema e por servir de possível corretivo à manipulação do dinamismo popular pelo populismo. Já o lado negativo seria essa ambiguidade de comportamento, nem sempre à altura do conhecimento produzido e podendo eclipsá-lo.

Essa primeira parte de “Radicalismos” é encerrada com uma breve discussão sobre o destino histórico do marxismo e as condições por trás do êxito onde houve revolução, justamente combinar-se às tradições locais:

Neste sentido, pode-se lembrar o destino histórico do marxismo, que é sempre apresentado como a doutrina em estado de pureza por todos os regimes que o adotam, mas que no entanto só tem funcionado quando se combina às tradições radicais de cada lugar, propiciando combinações que permitem seu êxito (CANDIDO, 2011b, p. 197).

O próximo passo é apresentar o radicalismo como fenômeno essencialmente de classe média e “normal” apenas para ela, e “aberração” nas classes dominantes, onde aparece às vezes como radicalismo intersticial ou ocasional em corpus de doutrina conservadores (exemplos de Gonçalves de Magalhães, Alberto Torres, Gilberto Freyre), e “diminuição” no povo trabalhador, cuja potencialidade seria revolucionária. Nas partes seguintes, ele busca oferecer um “comentário de algumas posições significativas, num período que cobre mais de meio século; digamos, do movimento abolicionista ao golpe de Estado de 1937”, com Nabuco, Bomfim e Sérgio Buarque passando por um teste ideológico de suas obras com seis questões sobre “problemas cruciais”: visão sobre o povo, o trabalho, a oligarquia, a questão racial, o imperialismo e o problema da estrutura social.

A parte que trata de Nabuco, exemplo de radical passageiro, temporário ou provisório, que no caso dele durou os dez anos da campanha abolicionista (entre 1879-1888), procura responder livremente às questões do teste ideológico, com especial atenção para o universo mais amplo que sua concepção de povo englobava para a época, incluindo não apenas trabalhadores livres mas também escravos. O mais interessante é a observação sobre os elementos que podem influenciar para um lado ou outro a ambiguidade da condição do

intelectual, sendo a proximidade com o povo e os movimentos sociais, como já se disse, um estímulo ao pensamento radical:

Mas isso [o fato de não ter acontecido a grande reforma social pela qual ele esperava e que transformaria a sociedade brasileira em mestiça e plurirracial com integração de ex-escravos à cidadania] não invalida a lucidez de Nabuco naquele intervalo de dez anos, de 1879 a 1888, quando o contato com as massas e o diálogo com o público estimularam a radicalização do seu pensamento e da sua sensibilidade, registrada no livro *O abolicionismo* (1883), e nas conferências e discursos pronunciados durante a campanha (*ibidem*, p. 202).

A parte dedicada a Manoel Bomfim é dividida em dois momentos, primeiro uma apresentação desse radical permanente pouco conhecido e depois uma discussão mais detida de sua obra-prima, *América Latina*, considerada por Candido e Darcy Ribeiro importante para a interpretação da formação do povo brasileiro. Candido discute as razões do esquecimento: o método de analogias biológicas e os pontos de vista incômodos para as ideologias dominantes. E destaca o contexto de publicação que influenciou as posições do autor na obra: muita fraseologia liberal no plano político, evolucionismo no plano filosófico, surgimento do anarquismo e do socialismo no plano ideológico e começo do imperialismo estadunidense no plano internacional. Candido avalia que ele estava à frente das opiniões dominantes da época, aproximando-se do socialismo. A ideia-chave de “parasitismo” na obra-prima do autor, por exemplo, aproxima-se simultaneamente da teoria da mais-valia de Marx e da circulação das elites de Pareto. As consequências do estado de coisas derivado desse parasitismo seria um “conservantismo mais afetivo que intelectual”, que torna o brasileiro conservador pela “herança social e cultural derivada da mentalidade espoliadora da colônia”, o que seria uma das ideias fundamentais do autor. Aqui as classes dominantes só aceitam o progresso na retórica ou as transformações depois de já terem se iniciado e não terem volta. Candido assinala o pioneirismo de Bomfim ao tratar da Independência do Brasil, que teria substituído um parasitismo por outro, com constituição liberal de fachada e apresenta uma tipologia de seis tipos de movimentos políticos na América Latina, variedade que quebraria a força das oposições. Por fim, assinala outros pioneirismos: recusa de explicações raciais, questionamento da historiografia oficial, recusa do pan-americanismo. Mas: as ambiguidades falam mais alto e surge a proposta da “visão ilustrada” discrepante da argumentação; ficando a preconização de “transformações revolucionárias” para o livro *O Brasil nação*, de 1931.

Passando a Holanda, Candido destaca que o pensamento propriamente político não tem grande vulto na obra dele. Seu escrito mais importante em termos políticos seria *Raízes do Brasil*, que ele passa então a contextualizar nas ideias dominantes do tempo, de corte

conservador, que defendiam o “dever de tutela” do povo. A outra alternativa comum aos mais liberais seria a “grande tarefa de educar o povo”. Candido destaca então o pioneirismo da recusa de Holanda, como intelectual de peso, dessas alternativas e da realização de uma opção pelo povo no terreno político, a democracia popular como atendimento dos interesses do povo e protagonismo deste, aqui se afastando do populismo. Holanda marca, na visão de Candido, uma ruptura da tradição elitista no pensamento social, indicando a necessidade de “revolução” e de estabelecimento da democracia:

Creio que Sérgio Buarque de Holanda foi o primeiro intelectual brasileiro de peso que fez uma franca opção pelo povo no terreno político, deixando claro que ele deveria assumir o seu próprio destino, por ser, inclusive, portador de qualidades eventualmente mais positivas que as da elite. Nesse momento, em 1936, rompia-se discretamente a tradição elitista do nosso pensamento social, inclusive porque Sérgio reconhecia a necessidade, para isso, de uma revolução cujos traços não sugere, mas que situa no horizonte da sua reflexão (CANDIDO, 2011b, p. 215-216).

Por ocasião dos cinquenta anos de *Raízes do Brasil*, Candido acrescentou um curto porém significativo “Post-scriptum” ao célebre prefácio que, em 1967, escrevera para a obra-prima de Sérgio Buarque de Holanda (CANDIDO, 2007f). É nesse prefácio, como se sabe, que Candido procurou fixar os três clássicos de interpretação do Brasil que funcionaram como “guias de conhecimento do país” para sua geração, trindade que se consagraria e seria reproduzida por gerações de discípulos até hoje: além do livro de Holanda, compõem-na também *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre (1933), e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr.⁵⁶ No “PS”, Candido reitera o que havia escrito quase vinte anos antes, sobre a importância dessas obras para o interesse e o conhecimento do país por parte de sua geração. Mas chama a atenção para algo que acreditava não ter destacado como devia: a mensagem política dos livros. Enquanto Freyre representava o liberal-conservadorismo das classes dominantes no que elas poderiam ter de mais avançadas e Prado Jr. era expressão de um “fecundo marxismo à brasileira” ainda incipiente, o caso de Holanda seria “diferente e curioso”:

⁵⁶ É digno de nota, entretanto, que de início, dos três, apenas Freyre e Prado Jr. são citados com recorrência nos escritos do jovem Candido como referências fundamentais, o que parece mudar com o contato com a obra de Holanda por ocasião da elaboração da tese *Os parceiros do Rio Bonito*, que se vale de seus estudos. Nesse momento (a partir de 1947, início da pesquisa de doutorado do autor), eles já eram também colegas de PSB-SP (Holanda se mudara do RJ para SP depois de 1945) e a segunda edição de *Raízes do Brasil* (considerada bastante modificada e menos autoritária do que a primeira edição, de 1936) já fora publicada (em janeiro de 1948), justificando as possibilidades e as condições para essa aproximação e revalorização ou reabilitação. Tal questão me parece muito interessante e está de acordo com o trato compreensivo de Candido das tendências políticas à direita, desde que reconhecesse que expressassem um verdadeiro interesse pela realidade do país e seu povo. Infelizmente, no entanto, não foi possível desenvolvê-la, ficando aqui apenas o registro.

Raízes do Brasil, caso diferente e curioso, exprime um veio pouco conhecido, pouco localizado e pouco aproveitado do nosso pensamento político-social, em cuja massa predominantemente liberal e conservadora ele aparece de maneira recessiva, entremeada ou excepcional. Falo do que se poderia chamar o radicalismo potencial das classes médias, que no caso de Sérgio adquire timbre diferenciado, ao voltar-se decididamente para o povo. Talvez tenha sido ele o primeiro pensador brasileiro que abandonou a posição “ilustrada”, segundo a qual cabe a esclarecidos intelectuais, políticos, governantes administrar os interesses e orientar a ação do povo. Há meio século, neste livro, Sérgio deixou claro que só o próprio povo, tomando a iniciativa, poderia cuidar do seu destino. Isto faz dele um coerente radical democrático, autor de contribuição que deve ser explorada e desenvolvida no sentido de uma política popular adequada às condições do Brasil, segundo princípios ideológicos definidos (CANDIDO, 1995, p. 23).

No “PS”, Candido remete o leitor a um “artigo posterior” ao prefácio, em que teria desenvolvido a questão da “mensagem política” da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Trata-se de “Sérgio em Berlim e depois”, publicado em 1982 na revista *Novos Estudos Cebrap*. Nele, Candido ainda não insistia na conceituação de “radicalismo de classe média”, com variação vocabular que alterna “radical”, que quase não aparece no texto (transcreverei as ocorrências a seguir), com “posição democrático-popular”, “consciência democrática avançada” etc. Mas a definição começa a ser tateada.

O artigo é dividido em três partes. Na primeira, Candido trata da viagem de Holanda à Europa como enviado de *O Jornal*, do RJ, entre junho de 1929 e dezembro de 1930. Aí ele descreve a chegada com o encargo de fazer reportagens sobre Alemanha, Polônia e URSS, mas do estabelecimento no primeiro país, com visita breve ao segundo e desistência de conhecer a última. Holanda dizia temer o frio moscovita, mas é mais provável que o que lhe dava frio na espinha fosse a ascensão de Stálin e as histórias contadas pelo então militante trotskista que encontrou logo em sua chegada, Mário Pedrosa. De início, a viagem foi retardada pela burocracia da embaixada soviética, criticada até mesmo pelos comunistas alemães, mas depois Holanda parece ter mesmo desistido por outras razões. E de nada adiantaria o convite entusiasmado do comunista brasileiro Astrojildo Pereira, que se encontrava então na URSS e o visitou na véspera do Natal de 1929 na Alemanha. Candido conta onde Holanda ficou, em que trabalhou, os contatos que estabeleceu, como esses com brasileiros, a imersão na cultura alemã que lhe era desconhecida e o testemunho da ascensão do nazismo.

A segunda parte se debruça sobre *Raízes do Brasil*, situando a obra-prima do autor no conjunto dos seus trabalhos, classificando-o como “prelúdio” do que viria depois, com mais sistematização, afinal o livro seria “meio alemão”, não só concebido durante a estadia do autor na Alemanha, mas no qual Holanda teria usado a “técnica da generalização”, tão ao gosto

alemão, como em Spitzer e Simmel, por exemplo. Mas, apesar da influência da cultura alemã, não se teria deixado levar por seus aspectos negativos, como o irracionalismo conservador de certo romantismo retrógrado, desaguando numa “interpretação aberta, extremamente crítica e radical” (CANDIDO, 2011c, p. 248). As características da influência alemã teriam sido notadas, como a tipologia e a ideia de “homem cordial” que lhe advém, mas a mensagem política do capítulo final teria ficado na sombra. Para Candido, até aquele momento, o de Holanda era “o único ‘retrato do Brasil’ que terminava de maneira premeditada por uma posição política radical em face do presente” (CANDIDO, 2011c, p. 248).

Aqui a ideia de radical aparece atrelada ao movimento de Holanda, quase um teórico crítico intuitivo, se pensarmos na discussão anterior feita a respeito desse campo teórico. Diz Candido:

De fato, o livro é ao mesmo tempo uma análise do passado (que pegou mais) e uma proposta revolucionária de transformação do presente (que pegou menos). Ora, a articulação de ambos os momentos é essencial e constitui a motivação de toda a obra; o desfecho, solidamente plantado nas proposições anteriores, tinha por isso mesmo uma validade que ainda permanece, ao contrário da maior parte dos numerosos ensaios político-sociais daquele tempo, que o vento levou. Os de direita, porque representavam um agravamento dos traços individualistas e oligárquicos do passado brasileiro, que Sérgio denunciava. Os de esquerda, porque eram uma repetição mecânica e ritualizada do marxismo oficial. (Só mais tarde Caio Prado Jr. começaria a usar com espírito aberto o método marxista para interpretar de maneira original as condições locais) (CANDIDO, 2011c, p. 249).

Assim como costumava fazer em outros trabalhos, por exemplo na discussão sobre Romero, Candido avalia a obra de Holanda primeiro a situando no contexto das décadas de 1930 e 1940 (função histórica) e depois mostrando como o desfecho da obra solidamente calcado na análise do passado chancelava a validade e permanência de sua posição (valor teórico). Em termos do contexto, opera a ruptura com o fascínio pela tradição luso-brasileira e a desqualificação das nossas classes dominantes de origem rural, além da redefinição da função do historiador, poderíamos dizer para teórico crítico, para o qual “o conhecimento do passado deve servir para facilitar a liquidação das sobrevivências; e não para gabá-las, nem para justificar a sua manutenção” (CANDIDO, 2011c, p. 250). Seu avanço era no sentido do combate ao autoritarismo que mantinha as classes dominantes em declínio e na garantia do advento das camadas populares à liderança, sem tutela ou dirigismo: “reflexão democrática não convencional” (CANDIDO, 2011c, p. 251). Como diz no “Post-scriptum”: “uma das forças de *Raízes do Brasil* foi ter mostrado como o estudo do passado, longe de ser operação saudosista,

modo de legitimar as estruturas vigentes, ou simples verificação, pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais” (CANDIDO, 1995, p. 24).

Já a terceira e última parte vai tratar da trajetória política, da tomada de posição em favor da chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932, da oposição ao Estado Novo, da fundação do PSB, da resistência à ditadura civil-militar e da fundação do PT,⁵⁷ em que o aplauso da base partidária aos velhos intelectuais fundadores do partido, como Holanda e também Mário Pedrosa e Apolônio de Carvalho (além do próprio Candido), estabelecerá uma conexão profunda com o pensamento radical do autor em *Raízes do Brasil*:

Simbolicamente, era como se houvesse uma ligação profunda entre a aclamação de agora e aquele texto de 1936, segundo o qual só a transferência de poder às camadas espoliadas e oprimidas poderia quebrar o velho Brasil da iniquidade oligárquica (CANDIDO, 2011c, p. 253).

4.2 Uma plataforma para novas gerações

Uma resposta possível para a questão sobre se há uma “missão” que os intelectuais enquanto tais poderiam desempenhar no Brasil moderno para colaborar com a emancipação e a realização da igualdade e da liberdade seria que eles podem *representar* os dominados do país, no sentido do romance do Nordeste no regionalismo dos anos 1930 ou dos primórdios das ciências sociais na FFCL, como já tivemos oportunidade de discutir.

Mas essa afirmação por si só não basta e requer mais explicações, até porque a solução conservadora de tutela do povo também não deixa de ser, em certo sentido, uma forma de *representação*. Para discutir então as diferentes acepções dessa palavra, recorro a Gayatri Chakravorty Spivak e seu célebre ensaio *Pode o subalterno falar?*, em que há a distinção entre a representação no sentido figurativo (“darstellung”) e político (“vertretung”), que ela mobiliza no contexto de uma complexa crítica que, recorrendo ao Marx de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, faz da postura defendida por Foucault e Deleuze acerca da relação entre intelectuais e dominados.

Nesse texto, ela entre outras coisas demonstra sensibilidade para as diferentes acepções da palavra “representação” e para o senso de responsabilidade política diferenciado que

⁵⁷ Existe uma confusão com as atas de fundação do PT. Numa delas, de encontro realizado em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, Mário Pedrosa seria o primeiro signatário, seguido por outros militantes históricos e intelectuais, como o próprio Candido. Essa primeira ata, no entanto, perdeu-se, não sendo possível consultá-la para falar com certeza dos nomes e da posição de cada um deles na lista. Na outra ata, a da reunião oficial de fundação do partido, ocorrida em 1º de junho de 1980, os nomes de parte considerável desses militantes históricos e intelectuais não aparece. Ela, que é assinada por 242 pessoas, tem Apolônio de Carvalho como signatário de número um e se encontra disponível para consulta no acervo de memória da Fundação Perseu Abramo.

intelectuais pós-coloniais podem adquirir. Crítica de literatura e originária de nação periférica tal como Antonio Candido, a indiana Spivak sugere uma atitude que, numa leitura possível, não só parece convergir com a posição do crítico brasileiro sobre a questão como ajuda também a iluminá-la.

Para ela, Foucault e Deleuze corriam o risco, ao estabelecerem uma relação mecânica entre desejo e interesse dos sujeitos em suas teorias, de contribuir para legitimar, e com isso reproduzir, a realidade de dominação empiricamente encontrada, exatamente o contrário daquilo que pretendiam fazer:

Sob o pretexto de uma descrição pós-marxista da cena do poder, encontramos, assim, um debate muito mais antigo: entre representação ou retórica como tropologia e como persuasão. *Darstellen* pertence à primeira constelação; *vertreten* – que sugere conotações mais fortes de substituição –, à segunda. Mais uma vez, os termos são relacionados, mas agrupá-los, especialmente com o objetivo de dizer que além desses termos se situa o lugar no qual os sujeitos oprimidos falam, conhecem e agem *por si mesmos* leva a uma política utópica e essencialista (SPIVAK, 2010, p. 35, grifos da autora).

A postura de Foucault e Deleuze incorreria, segundo Spivak, no perigo oposto àquele de que tentavam fugir seus colegas de Grupo de Estudos Subalternos ao recorrerem a esses autores. Tratava-se do perigo das respostas consideradas insatisfatórias e imperialistas dadas pelos chamados “marxistas ortodoxos internacionalistas” à questão da consciência empírica dos dominados locais, que deveriam ser desconsideradas em prol daquela consciência supostamente universal que esses marxistas achavam que os dominados deveriam ter. Se um tal perigo era real, para Spivak a substituição desse marxismo ortodoxo pelos pós-estruturalistas franceses não o resolveria, apenas levaria os intelectuais a um erro oposto igualmente perigoso: em vez de ignorarem a realidade da dominação, passariam involuntariamente a legitimá-la e, com isso, colaborar com a sua reprodução. Para ela, faltava-lhes uma teoria dos interesses e da ideologia, mas que não fosse esquemática.

Uma solução alternativa para essa difícil equação, então, teria de levar em conta o que a relação mecânica entre desejo e interesse elimina: a possível contradição entre o interesse logicamente atribuível a uma determinada posição social e a consciência empírica de um indivíduo que a ocupa, o que por sua vez levanta como problema central a necessidade de tomada de consciência da própria situação de dominação por parte dos indivíduos dos grupos sociais dominados. Se em países centrais a maior integração social assegurada pela divisão internacional do trabalho proporcionava algum fundamento para a hipótese de os dominados desses países falarem por si mesmos, representando-se no sentido político individualmente

como cidadãos ou coletivamente em organizações coletivas como partidos e sindicatos, em países periféricos a exclusão dos dominados da cidadania colocava uma questão anterior, de etapa civilizatória não cumprida pelo liberalismo. Afirma Candido:

Acostumados a falar em sociologia burguesa e a conceituar de maneira por vezes estreita o pensamento revolucionário, muitos intelectuais deixam de perceber a força progressista que as Ciências Humanas representaram numa sociedade atrasada, como era a brasileira dos anos 1930-1940, pelo simples fato de serem modos objetivos e sistemáticos de descrever a realidade (CANDIDO, 2011a, p. 233).

Nesse contexto, representá-los no sentido figurativo, investigando científica ou artisticamente sua realidade, entrando em contato,⁵⁸ ouvindo e falando, ativando um diálogo, poderia alargar a consciência dos próprios intelectuais acerca dessa realidade (além, é claro, de dar visibilidade aos excluídos e também contribuir para o aprimoramento da consciência destes sobre a própria realidade e as possibilidades de ação no sentido da transformação dela):

Portanto, ao lado dos radicalismos da época, é preciso levar em conta como fator positivo de avanço ideológico, e da capacidade de analisar corretamente a realidade o começo dos estudos sistemáticos sobre a sociedade, com a preferência pela vida das classes subalternas, os grupos marginais, isolados ou oprimidos, segundo um espírito que superou a mera curiosidade ou o senso do pitoresco, que antes animavam a literatura e o ensaio voltados para esses temas. Sob este ponto de vista, as Ciências Sociais nos decênios de 1930 e 1940 correspondem ao que ocorreu no romance, que naquela altura se preocupava com a vida do pobre de um modo que superava o ângulo exótico ou paternalista, antes predominante de maneira quase absoluta, sobretudo no regionalismo, que podia levar à degradação folclórica do homem rural pelo pitoresco, a caricatura ou o sentimentalismo. A distância que vai de uma pesquisa de Gioconda Mussolini sobre a vida do caçara à concepção de Oliveira Vianna sobre o que ele chama a “plebe rural” é a mesma que separa um romance como *Cacau*, de Jorge Amado, ou *Os corumbás*, de Amando Fontes, do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, ou das canções de Catulo da Paixão Cearense. A pesquisa, implicando contacto íntimo e compreensivo com o pesquisado, trouxe no seu movimento explicativo uma rotação ética e social de atitude, que mesmo sendo implícita era atuante (*ibidem*, p. 232-233).

Como cidadãos como outros quaisquer, os intelectuais podem tomar partido ou se posicionar a favor ou contra determinadas causas, como a ampliação do espaço de representação dos dominados nas instituições políticas ou dos direitos sociais que possam tornar essa representação mais efetiva. Mas existiria também, ao menos em países periféricos, uma tarefa particular com a qual, na sua condição específica, o intelectual também poderia contribuir: falar não pelos dominados, o que os silenciaria, mas sobre e para eles, produzindo a partir deles,

⁵⁸ Sobre a relação entre a falta de contato (ou de interação face a face) e a mistificação do outro, ver o trabalho microsociológico e bastante sugestivo de Goffman, 2008 [1959].

tomados como fontes ativas e não como objetos passivos, narrativas contra-hegemônicas, com o devido cuidado de não assimilá-los nem de recair no “politicamente correto” da idealizá-los, falando o que querem ouvir, em geral a confirmação das próprias crenças. Isso também contribui na luta, esta sim propriamente política, de os dominados passarem a se representar no sentido de falarem por eles próprios. Trata-se aqui, como se vê, de uma curiosa dialética da *representação*, que parece conectar politicamente campo teórico e partidário, numa complexa relação entre teoria e prática. Sobre a conexão, Candido a sugere algumas vezes, afirmando que a representação no sentido figurativo poderia favorecer a luta do povo pela representação dos seus próprios interesses, por exemplo: “Isso mostra que no Centenário da Abolição ela [a FFLCH] pode se orgulhar de alguns feitos positivos e reivindicar uma posição que, a partir da radicalidade sociológica inicial, abriu caminho para a radicalidade política” (*ibidem*, 238).

O caráter desse diálogo entre os intelectuais radicais nas instituições e profissões culturais e o povo dominado que ela poderia representar figurativamente também precisa ser melhor explicado. O modo como Candido aborda o romance de Amado permite recorrer ao debate entre as teóricas feministas Iris Young e Seyla Benhabib em suas tentativas de renovação da ética do discurso do modelo comunicativo de Habermas. O “respeito moral” pelo povo que leva o intelectual a estabelecer com ele o diálogo não deve induzi-lo a acreditar na simetria da reciprocidade nem na possibilidade da “reversibilidade de perspectivas”, para usar termos de Benhabib, que entende esta noção como a capacidade de assumir imaginariamente a perspectiva do outro para levá-la em consideração na hora de agir.

Ao contrário, tal como para Young, a “reversibilidade de perspectivas” não seria nem possível nem desejável, valendo no lugar dela a ideia de “reciprocidade assimétrica”, que significa levar a perspectiva do outro em consideração, mas não por meio do exercício imaginativo de um sujeito supostamente capaz de atingir o ponto de vista “arquimediano” pelo uso da razão, e sim pela abertura desse intelectual para o conhecimento de coisas novas como implica o conceito dela de “wonder”. Esse interesse, que leva a interpelar o outro, resulta não num conhecimento imparcial e total da perspectiva desse outro, mas num alargamento da própria mentalidade, que deveria ser afinal um dos objetivos do intelectual radical empenhado na tarefa de representar no sentido figurativo o povo, tendo como consequência o alargamento da consciência social. Como diz Candido (2004d, p. 47-48):

É certo que os sentimentos descritos e poetizados por Jorge Amado devem ser tomados como deformações – no sentido artístico. Os negros e os trabalhadores dos seus livros são descritos por um homem de outra cor, de outra classe, cuja obra importa numa estilização inevitável e necessária,

talhada no rico conteúdo emocional do povo. Na maneira de amar e de pensar dos seus negros, haverá uma deformação que a mais intensa simpatia e o mais minucioso conhecimento não conseguem atenuar. E nem há necessidade disto. Jorge Amado trouxe os negros da Bahia para a arte e deu existência estética, isto é, permanente à sua humanidade. Arte é estilo, e estilo é convenção.

A ideia de “reciprocidade simétrica” e de “reversibilidade de perspectivas” de Benhabib, conforme discute Young, pode ter além do mais consequências politicamente indesejáveis, como impedir em vez de ajudar essa comunicação entre intelectuais e dominados, pois os sujeitos podem não se abrir para ouvir a expressão da perspectiva dos outros por já se acharem capazes de imaginá-la, o que em geral está sujeito a projeções falsificadoras por estereótipos e ideologias que medeiam as relações e podem servir para legitimar privilégios. Nos termos de Spivak, seria a ilusão de falar pelos dominados, de representá-los no sentido político, o que resulta na prática em silenciá-los, o que fazia o populismo tão combatido por Candido e pelo PSB e o que se pretendia ter superado com o caráter popular inicialmente mais ativo da formação do PT.

Se a subcidadania de parcela expressiva da população brasileira ainda é uma realidade, assim como a condição periférica nacional, é possível afirmar que a “missão” do intelectual formulada por Candido para responder a essa realidade e ao dilema da relação entre teoria e prática também permanece atual e objeto do maior interesse. Tanto mais porque oferece instrumentos com flexibilidade suficiente para a compreensão crítica não apenas das dominações tradicionais como a de classe como também do desafio contemporâneo das chamadas questões “identitárias”, por exemplo, as quais podem ser articuladas numa perspectiva de multiplicidade de dominações compatível com a proposta do autor e suas implicações.

Referências⁵⁹

AGUIAR, Flávio. Antonio Candido. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (Org.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. (Org.). **Antonio Candido: pensamento e militância**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Humanitas, 1999.

ALEM, Silvio Frank. **Contribuição à história da esquerda brasileira: o Partido Socialista Brasileiro (1945-1964)**. 1988. 341 f. Tese (doutorado em história). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ANTUNES, Camila Almeida Vaz. **Os anos de aprendizagem de Antonio Candido (1930-1940)**. 2017. 102 f. Dissertação (mestrado em educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ARANTES, Paulo. [Entrevista.] In: NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. **Conversas com filósofos brasileiros**. São Paulo: 34, 2000. p. 337-372.

_____. Providências de um crítico na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília; ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido**, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-66.

_____. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Depoimento. In: AGUIAR, Flávio (Org.). **Antonio Candido: pensamento e militância**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Humanitas, 1999. p. 293-295.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes: vocação científica e compromisso de vida. In: SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André (Org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 310-323.

_____. Metrôpole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 9, n. 2, p. 39-52, 1997.

_____. **Metrôpole e cultura: São Paulo no meio século XX**. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 16, n. 1, p. 107-118, 2004.

_____. Trajetórias da sociologia da cultura no Brasil: os anos recentes. **Revista USP**, São Paulo, n. 50, p. 100-107, 2001.

⁵⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Horizontes das ciências sociais: pensamento social brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza (Org.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS/Discurso Editorial/Barcarolla, 2010. p. 475-496.

BENHABIB, Seyla. In defense of universalism. Yet again! A response to critics of Situating the Self. **New German Critique**, Durham, n. 62, p. 173-189, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 2001.

BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, 26 (75), p. 249-266, 2012.

_____. **Ideologia e Contraideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. Introdução. In: _____ (Org.). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 7-18.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Ideias e argumentos para o estudo da história das ideias políticas no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Ricardo (Org.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política**. São Paulo: ANPOCS/Discurso Editorial/Barcarolla, 2010. p. 367-376.

_____. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CANDIDO, Antonio. Alemanha = Nazismo? In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002a. p. 272-276.

_____. Clima. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007a. p. 141-156.

_____. Começando. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002b. p. 37-44.

_____. O Congresso dos Escritores. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007b. p. 99-103.

_____. Discurso de paraninfo. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002c. p. 310-319.

_____. Economia e socialismo. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002d. p. 347-350.

_____. [Entrevista realizada em 06/06/1996.] In: JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002e. p. 125-148.

_____. [Entrevista realizada em 30/09/1996.] In: JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito** e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002f. p. 148-176.

_____. Estouro e libertação. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004a. p. 11-27.

_____. Estratégia. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004b. p. 73-79.

_____. A Faculdade no centenário da Abolição. In: _____. **Vários escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011a. p. 229-241.

_____. Feitos da burguesia. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007c. p. 89-98.

_____. Forças conservadoras contra forças demagógicas. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002g. p. 351-359.

_____. O “grilo” frança-eternista. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002h. p. 266-271.

_____. Integralismo = fascismo? In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007d. p. 111-124.

_____. **Introdução ao método crítico de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. A militância por dever de consciência [entrevista concedida a Eder Sader e Eugênio Bucci]. **Teoria & Debate**, n. 2, São Paulo, 1988.

_____. Notas de Crítica Literária: Carta a Luís Martins. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002i. p. 237-250.

_____. Notas de Crítica Literária: A filosofia no Brasil. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002j. p. 251-257.

_____. **O observador literário**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

_____. Paixão dos valores. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004c. p. 101-109.

_____. Uma palavra instável. In: _____. **Vários escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011b. p. 217-227.

_____. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista. 1954. 226 f. Tese (doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1954.

_____. O parlamentarismo. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002k. p. 365-368.

_____. Paulo Emílio: a face política. In: _____. **Vários escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011c. p. 255-270.

_____. Plataforma da nova geração. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002l. p. 237-250.

_____. Poesia, documento e história. In: _____. **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004d. p. 41-55.

_____. Prefácio. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004e. p. 9.

_____. Radicais de ocasião. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007e. p. 77-87.

_____. Radicalismos. In: _____. **Vários escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011d. p. 195-216.

_____. Raízes do Brasil. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007f. p. 125-139.

_____. Repúdio à doutrina do capitalismo de Estado. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002m. p. 360-364.

_____. A revolução de 1930 e a cultura. In: _____. **A educação pela noite**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011e. p. 219-240.

_____. Roda de peru. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004f. p. 81-86.

_____. O Romance da nostalgia burguesa. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004g. p. 29-39.

_____. Romance popular. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004h. p. 63-71.

_____. Um romancista da decadência. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004i. p. 57-62.

_____. Sérgio em Berlim e depois. In: _____. **Vários escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011f [1970/1995]. p. 243-254.

_____. A situação brasileira. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002n. p. 337-346.

_____. Sobre o trabalho teórico [entrevista]. **Trans/form/ação**: revista de filosofia, Assis, n. 1, p. 9-23, 1974.

_____. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 18, n. 1, p. 271-301, 2006.

_____. Surrealismo no Brasil. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004j. p. 95-99.

_____. Uma tentativa de renovação. In: **Brigada ligeira**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004k. p. 87-93.

_____. Teresina e seus amigos. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007g. p. 11-74.

_____. A verdade da repressão. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007h. p. 105-109.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976a.

_____. **A Quarta República (1945-1964)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

_____. **A República Liberal**: instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1985.

_____. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976b.

DANTAS, Vinicius. **Bibliografia de Antonio Candido**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002a.

_____. (Org.). **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002b.

D'INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Org.). **Dentro do texto, dentro da vida**. São Paulo: Companhia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.

ESCOREL, Ana Luisa. **O pai, a mãe e a filha**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2013.

GIMENES, Max Luiz. Entre parceiros e companheiros: por uma releitura política de *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 418-425, 2018.

_____. **Hipóteses sobre o sentido das referências a Louis-Joseph Lebret na produção intelectual de Antonio Candido**. 2015. 43 f. Relatório final (iniciação científica em sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências sociais e filosofia**: o que é a sociologia? São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967a.

_____. A parte e o todo. In: _____. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967b. p. 1-25.

GUIMARÃES, Valéria Lima. Bambas comunistas: o velho PCB em outros carnavais. **Veredas**, Rio de Janeiro, vol. 6, p. 30-34, 2001.

_____. **O PCB cai no samba**: os comunistas e a cultura popular (1945-1950). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

_____. Craques e bambas comunistas: as relações entre a cultura partidária e a cultura popular durante a legalidade do PCB (1945-1947). In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (Org.). **Intelectuais Partidos**: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012. p. 181-208.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Ideologia e política: a trajetória do socialismo democrático como racionalidade político-partidária no Brasil. In: GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos (Org.). **Semeando democracia**: a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995. p. 21-236.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos (Org.). **Semeando democracia**: a trajetória do socialismo democrático no Brasil. Contagem: Palesa, 1995. p. 21-236.

HECKER, Alexandre. **Um socialismo possível**: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

_____. **Socialismo sociável**: história da esquerda democrática em São Paulo (1945 -1965). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

JACKSON, Luiz Carlos. Crítica e sociologia da literatura. In: SCHWARCZ, Lília; BOTELHO, André. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 268-281.

_____. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 22, n. 65, p. 33-49, 2007.

_____. **A tradição esquecida**: *Os parceiros do Rio Bonito* e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. **Sociologia no espelho**: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970). São Paulo: 34, 2014.

JACOBY, Russell. Marxismo ocidental. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 368-372.

KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Intelectuais brasileiros & marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KURZMAN, Charles; OWENS, Lynn. The sociology of intellectuals. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, vol. 28, p. 63-90, 2002.

LAFER, Celso (Org.). **Esboço de figura**: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

LEBRET, Louis-Joseph. **Guia del militante**. Montevideu: Editorial Mosca Hermanos, 1950a [1946]. vol. 1.

_____. **Guia del militante**. Montevideu: Editorial Mosca Hermanos, 1950b [1946]. vol. 2.

_____. A pesquisa brasileira de padrões de vida. **Serviço Social**, ano XIV, n. 72, p. 11-49, [sem local de publicação], 1954.

_____. **Princípios para a ação**. São Paulo: Duas Cidades, 1965 [1944].

_____. Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 89, 1951. Separata.

LEFÈVRE, Antonio Silvio. Um médico entre os chato-boys da revista **Clima**. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 23 out. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/10/1824989-um-medico-entre-os-chato-boys-da-revista-clima.shtml>. Acesso em: 23 out. 2016.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contracorrente da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 75-119, jan./abr. 2016.

MESQUITA, Alfredo. Manifesto. **Clima**, São Paulo, n. 1, p. 3-6, mai. 1941.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1930-1964). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 2, n. 5, p. 5-26, 1987.

_____. **A elite eclesiástica brasileira (1980-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945). In: _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MUSSE, Ricardo. Duas ou três coisas sobre Antonio Candido. **Trans/form/ação**: revista de filosofia, Assis, n. 18, p. 43-50, 1995.

NITRINI, Sandra. Teoria literária e literatura comparada. **Estudos Avançados**, São Paulo, 8 (22), p. 473-480, 1994.

NOBRE, Marcos (Org.). **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

_____. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Org.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015

PEDROSA, Célia. **Antonio Candido**: a palavra empenhada. Edusp, 1994.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. (Org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PONTES, Heloísa. **Destinos mistos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMASSOTE, Rodrigo. A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1970). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 19, p. 13-34, 2010.

_____. Inquietudes da crítica literária militante de Antonio Candido. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 23, n. 2, p. 41-70, 2011.

REBELO, Aldo. **Palmeiras x Corinthians 1945**: o jogo vermelho. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RENZI, José Pedro. **Um terceiro partido nos caminhos da liberdade**: socialistas brasileiros na redemocratização em 1945. 1994. 174 f. Dissertação (mestrado em sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 38, p. 64-77, 1998.

_____. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. **Em busca do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. Comentário. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa (Org.). **Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente**. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/Embrafilme, 1986a. p. 75-81.

_____. Declaração. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa (Org.). **Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente**. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/Embrafilme, 1986b. p. 72-74.

_____. Manifesto da União Democrática Socialista (UDS). In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa (Org.). **Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente**. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/Embrafilme, 1986c. p. 96-107.

_____. Plataforma da nova geração. In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa (Org.). **Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente**. São Paulo/Rio de Janeiro: Brasiliense/Embrafilme, 1986d. p. 82-95.

SINGER, Paul. Apresentação. In: HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945 -1965)**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. p. 9-15.

SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André. Esse enigma chamado Brasil. In: _____ (Org.). **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 10-17.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. O Partido Socialista Brasileiro e o marxismo (1947-1965). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. vol. 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. p. 167-196.

_____. O projeto de cidadania do PSB (1945-1964). In: GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; VIEIRA, Margarida Luiza de Matos (Org.). **Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil**. Contagem: Palesa, 1995. p. 237-394.

WILLIAMS, Raymond. O círculo Bloomsbury. In: _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 201-230.

_____. Literatura e sociologia: em memória de Lucien Goldmann. In: _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 15-42.

YOUNG, Iris Marion. Asymmetrical reciprocity: on moral respect, wonder, and enlarged thought. **Constellations**, Oxford, vol. 3, n. 3, p. 340-363, 1993.

Anexo – “Encarando o futuro (I)” – Antonio Candido

Os socialistas devem aplicar-se com atenção a compreender e analisar a situação aberta com as presentes eleições. Pode-se mesmo dizer que a reação em face delas serve de pedra-de-toque para definir a posição política e ideológica das pessoas e dos grupos.

De qualquer forma, a perplexidade não deve e não pode ser uma atitude socialista, como tem sido nos arraiais burgueses. Nem tampouco duas outras atitudes frequentes a nós mesmos, a saber, a lamentação decepcionada de um lado, a sôfrega justificação adesista, de outro.

Na verdade, a vitória de Getúlio não significa traição do eleitorado, nem erro de escolha, nem esperteza e habilidade dos queremistas. Significa muito simplesmente a afirmação de uma vontade popular ainda em esboço, enquadrada por condições históricas e sociais suscetíveis de análise e compreensão.

Os anos da guerra, alterando completamente os pontos-de-reparo comuns, trouxeram ao mundo uma sorte de ilusões ou esperanças, que vão agora se desvanecendo ou se revelando menos acessíveis do que à primeira vista nos pareceram. Assim, no campo da burguesia liberal, parecia que a democracia se encaminhava definitivamente para a consolidação, tornando-se insustentáveis as formas de desvio à direita. O fim do Estado Novo getulista significou, no Brasil, um reflexo dessas novas exigências de após guerra.

No campo das esquerdas, parecia igualmente que as formas de desvio antidemocrático haviam cumprido a sua hora, e cederiam ante a tendência que em toda a parte se manifestava para o socialismo livre. No Brasil, a fundação da Esquerda Democrática representava essa tendência e essa aspiração, já concretizadas anteriormente em pequenos agrupamentos, como a UDS (União Democrática Socialista), de onde vieram vários militantes para o nosso partido.

Assim, pois, tanto à direita como à esquerda, parecia efetuar-se uma reorientação para as formas democráticas de vida política, com maior ou menor abandono das formas capitalistas e totalitárias de organização social e econômica.

A história desses cinco anos mostrou a marcha inversa dessa esperança e dessa possibilidade. Vimos aumentar a área, o poderio, a irradiação das tendências totalitárias do socialismo. Vimos, por outro lado, reforçar-se nos estados capitalistas a máquina de manutenção da sociedade de classes, pronta como sempre a apelar para as formas antidemocráticas. Assim, em vez de presenciarmos uma tendência comum para a democracia, o que vimos foi um movimento comum para posições antidemocráticas. Em consequência, ficaram certamente abalados por toda parte os movimentos socialistas, salvo nos lugares em

que o grande avanço da vida democrática os impunha como continuação normal e acessível (Inglaterra, Suécia, Noruega).

Nos países atrasados, como o nosso, a democracia sofre a mais rude provação. Com efeito, nem temos uma tradição política liberal para podermos assistir ao desdobramento natural das formas democráticas de vida, nem temos base popular esclarecida para caminhar decididamente nas vias que conduzem ao socialismo. E como, ao lado disso, o estado segue a marcha inevitável no mundo moderno, aumentando sem cessar o seu âmbito de ação e intervenção; como, por outra parte, a urbanização e a industrialização formam rapidamente massas sensíveis à opinião e à propaganda – segue-se que é muito grande a inclinação para as formas bastardas de transição. É o caso da democracia getulista, borghista, ademarista, mas sobretudo a primeira, que servem à burguesia porque agradam o povo com certas concessões mínimas, e servem ao povo porque parecem interessar-se mais diretamente pela sua sorte do que os agrupamentos tradicionais da burguesia. A sua força vem daí. É aí que se deve buscar uma das bases mais sólidas do prestígio de Getúlio, homem bastante flexível e decidido para explorar o compromisso instável dos interesses burgueses com as aspirações ainda informes de grandes setores do povo que apenas agora começam a articular a voz.

ENCARANDO O FUTURO

— I —

Antonio Candido

Os socialistas devem aplicar-se com atenção a compreender e analisar a situação aberta com as presentes eleições. Pode-se mesmo dizer que a reação em face delas serve de pedra-de-toque para definir a posição política e ideológica das pessoas e dos grupos.

De qualquer forma, a perplexidade não deve e não pode ser uma atitude socialista, como tem sido nos arrastais burgueses. Nem tão pouco duas outras atitudes frequentes nos mesmos, a saber, a lamentação descepcionada de lado, a sofrega justificação adestrada, de outro.

Na verdade, a vitória de Getúlio não significa traição do eleitorado, sem erro de escolha, sem esperteza e habilidade dos queremistas. Significa muito simplesmente a afirmação de uma vontade popular ainda em esboço, enquadrada por condições históricas e sociais suscetíveis de análise e compreensão.

Os anos da guerra, alterando completamente os pontos-de-reparo comuns, trouxeram ao mundo uma sorte de ilusões ou de esperanças, que vão agora se desvanecendo ou se revelando menos acessíveis do

que a primeira vista nos pareceram. Assim, no campo da burguesia liberal, parecia que a democracia se encaminhava definitivamente para a consolidação, tornando-se insustentáveis as formas de desvio à direita. O fim do Estado Novo getulista significou, no Brasil, um reflexo destas novas exigências do após guerra.

No campo das esquerdas, parecia igualmente que as formas de desvio anti-democrático haviam cumprido a sua hora, e cederiam ante a tendência que em toda a parte se manifestava para o socialismo livre. No Brasil, a fundação da Esquerda Democrática representava esta tendência e esta aspiração, já concretizadas anteriormente em pequenos agrupamentos, como a UDS (União Democrática Socialista), de onde vieram vários militantes para o nosso partido.

Assim, pois, tanto à direita quanto à esquerda, parecia efetuar-se uma reorientação para as formas democráticas da vida política, com

maior ou menor abandono das formas capitalistas e totalitárias de organização social e econômica.

A história desses cinco anos mostrou a marcha inversa dessa esperança e dessa possibilidade. Vimos aumentar a área, o poderio, a irradiação das tendências totalitárias do socialismo. Vimos, por outro lado, reforçar-se nos estados capitalistas a máquina de manutenção da sociedade de classes, pronta como sempre a apelar para as formas anti-democráticas. Assim, em vez de presenciarmos uma tendência comum para a democracia, o que viamos foi um movimento comum para posições anti-democráticas. Em consequência, ficaram seriamente abalados por toda parte os movimentos socialistas, salvo nos lugares em que o grande avanço da vida democrática o impunha como continuação normal e acessível (Inglaterra, Suécia, Noruega).

Nos países atrasados, como o nosso, a democracia sofre a mais rude provação. Com efeito, nem temos uma tradição política liberal para podermos assistir ao desdobramento natural das formas democráticas da vida, nem temos base popular esclarecida para caminhar decididamente nas vias que conduzem ao socialismo. E como, ao lado disso, o estado segue a marcha inevitável ao mundo moderno, aumentando sem cessar o seu âmbito de ação e intervenção; como, por outra parte, a urbanização e a industrialização formam rapidamente massas sensíveis à opinião e à propaganda — segue-se que é muito grande a inclinação para as formas bastardas de transição. É o caso da democracia getulista, borghista, ademarista, mas sobretudo a primeira, que serve à burguesia porque agrada ao povo com certas concessões mínimas, e serve ao povo porque parecem interessar-se mais diretamente pela sua sorte do que os agrupamentos tradicionais da burguesia. A sua força vem daí. É aí que se deve procurar uma das bases mais sólidas do prestígio de Getúlio, homem bastante flexível e decidido para explorar o compromisso sustentável dos interesses burgueses com as aspirações ainda informes de grandes setores do povo que apenas agora começam a articular a voz.

Ensino Universitário

orientações das Universidades inglesas — Novas considerações das matérias facultativas

Verifica-se isso no campo do estudo da legislação operária, da organização política, da mecânica, da tecnologia, da física superior, enfim, de todas as técnicas. Fato de maior importância e que permeia cogitações sobre o futuro desenvolvimento dos programas de ensino é a criação de novas cátedras em quase todas as universidades britânicas: na universidade de Glasgow há um curso superior de salários; no Birmingham College, um curso de organização sindical operária; no Manchester College of Technology foi criada a cátedra especializada de "contrato de trabalho".

ROTAS INDEPENDENTES

O desenvolvimento do ensino uni-

versitário, como resultado da influência trabalhista na Inglaterra, apresenta rumos que permitem as mais fugacitárias esperanças com relação ao futuro. Desde já, pode afirmar-se que essa experiência não se limitará à Grã-Bretanha: já se realizaram importantes intercâmbios de operários sindicalizados entre a Escandinávia e a Inglaterra. Matremente, da aplicação de todas essas medidas e do desenvolvimento desta forma particular de ensino, está surgindo um novo fenômeno: a criação de dirigentes sindicais eficientemente treinados para a direção, orientação e organização de corpos e organismos docentes, capazes de imprimir rotas independentes ao ensino universitário inglês.